



Rafael Navarro Costa

**Tecendo as redes da política:
articulações e projetos na construção do amaralismo**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em História Social da Cultura,
do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Luís Reznik

Rio de Janeiro
Agosto de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



Rafael Navarro Costa

**Tecendo as redes da política:
articulações e projetos na construção do amaralismo**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Luís Reznik

Orientador
Departamento de História
PUC-Rio

Profª Marieta de Moraes Ferreira

Centro de Pesquisa e Documentação de História
Contemporânea do Brasil-CPDOC
FGV

Prof. Marcelo de Souza Magalhães

Departamento de História
PUC-Rio

Prof. Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2008.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Rafael Navarro Costa

Graduou-se em Licenciatura Plena em História (Faculdade de Formação de Professores da Universidade do estado do Rio de Janeiro – FFP/UERJ), em 2005. Participou de diversos congressos na área de História e atua como professor do ensino fundamental e médio e como tutor de disciplinas do curso de licenciatura à distância.

Ficha Catalográfica

Costa, Rafael Navarro

Tecendo as redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo ; orientador: Luís Reznik. – 2008.

112 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da cultura. 3. Ernani do Amaral Peixoto. 4. Política fluminense. 5. Rio de Janeiro. I. Reznik, Luís. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Para Esther Martinez Navarro (in
memorian) pelo carinho que sempre me
dedicou.

Agradecimentos

Antes de tudo, agradeço a Deus por ter me proporcionado a felicidade de concluir mais esta etapa em minha formação acadêmica e profissional. Escrever agradecimentos é sempre uma tarefa ingrata, pois são tantos os amigos e incentivadores que podemos cometer injustos esquecimentos.

Começo, então, pela minha família, local de apoio nos momentos difíceis e onde sempre encontrei incentivo para persistir. Agradeço em especial aos meus pais e aos familiares mais próximos o sucesso desta empreitada.

Agradeço a Luís Reznik, orientador e amigo, pelo incentivo e pelas leituras e considerações que fez sobre este trabalho. A Rogério Soares, companheiro de graduação e mestrado, amigo que sempre manifestou seu apoio e confiança.

Não posso deixar de agradecer aos funcionários do Departamento de História da PUC-Rio, em especial a Edna Maria Timbó e Cláudio Santiago, sempre atenciosos e prontos a ajudar no que fosse necessário e aos professores do programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura por suas contribuições em minha formação acadêmica.

Agradeço também a Marcelo Magalhães e Marieta de Moraes Ferreira por suas contribuições na banca de qualificação e por suas leituras atentas e minuciosas deste trabalho como componentes da banca examinadora. Ao CNPq e à PUC-Rio agradeço o provimento de recursos indispensáveis à pesquisa, sem os quais tudo seria bem mais difícil.

Deixo para o final destes agradecimentos alguém muito especial. A pessoa que mais me incentivou durante os últimos anos e que sempre confiou em mim: minha esposa e eterna namorada, Vanessa Carvalho Nofuentes, com quem traço planos para o futuro. Companheira, sincera, amiga, cativante... inúmeras são suas qualidades. Ao meu grande amor agradeço o apoio e os momentos felizes que me proporciona.

Resumo

Costa, Rafael Navarro; Reznik, Luís (Orientador). **Tecendo as redes da política: articulações e projetos na construção do amaralismo**. Rio de Janeiro, 2008. 118p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho tem como personagem central Ernani do Amaral Peixoto, político de maior destaque no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1937 e 1975. Analisando a correspondência disponível no seu arquivo pessoal e depoimentos de políticos que de alguma forma mantiveram relações com Amaral Peixoto, identificamos o amaralismo como a cultura política dominante no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 1937 e 1955 e as práticas que levaram a construção e consolidação da figura de Ernani do Amaral Peixoto como líder político fluminense no período em questão. Neste sentido, o presente trabalho se propôs a analisar de que maneira Amaral Peixoto, um “estrangeiro” na política estadual até 1937, conseguiu formar um grupo político durante o Estado Novo e manter sua hegemonia no Rio de Janeiro mesmo após o fim deste regime. Apesar da importância deste personagem na política estadual e nacional, a escassez de trabalhos sobre o Estado do Rio de Janeiro no pós-1930 contribuiu para que sua trajetória não tenha sido explorada pelos historiadores. O “Comandante”, como ficou conhecido por seu posto na Marinha Brasileira, teve participação decisiva na política fluminense e desempenhou papéis de destaque também em âmbito nacional, participando ativamente do processo de democratização do país em 1945.

Palavras-chave:

Ernani do Amaral Peixoto; Política fluminense; Rio de Janeiro;

Abstract

Costa, Rafael Navarro; Reznik, Luís (advisor). **Weaving the networks of politics: joints and construction projects in the Amaralismo.** Rio de Janeiro, 2008, 118p. MSc. Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work has as its main character Ernani do Amaral Peixoto, one of the most detached politicians in Rio de Janeiro between 1937 and 1975. Analyzing the available letters of his personal files and the statements from politicians that somehow were related to him, we have identified the “amaralismo” as a predominant policy culture in Rio de Janeiro State between 1937 and 1955 and the actions that have led the construction and consolidation of Ernani do Amaral Peixoto as a policy leadership at this period. This work intent to analyze how Amaral Peixoto, a “foreign” in the state policy until 1937, was able to form a politic group in the course of the “Estado Novo” and keep his supremacy in Rio de Janeiro, even after the end of this political system. Although his importance to the state and national policy, the scarcity of works about Rio de Janeiro State after Getúlio Vargas’ government (1930-1945) has contributed to the fact of his trajectory has been unexplored by historians. The “Commander”, as he was known by his position on the Brazilian Navy, had decisive participation in the fluminense policy and performed important rolls also in national ambit, participating actively of the process that led the country to democratization at 1945.

Keywords:

Amaral Peixoto, Fluminense politics, Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. Introdução	10
1.1. Entre cartas, negociações e idéias: caminhos para a formação do amaralismo	13
2. As “memórias” do Comandante	22
2.1. O Comandante por ele mesmo	23
2.2. O Comandante e a imagem construída pelo políticos do estado do Rio de Janeiro	27
2.3. O amaralismo encontra seu pior adversário: Chagas Freitas	31
3. Amaral Peixoto e a interventoria fluminense: a formação do grupo político	35
3.1. A política fluminense na década de 1930	39
3.2. Novos rumos na política fluminense: o líder político inicia a caminhada	47
3.3. A nova liderança e as diretrizes da política fluminense	49
3.4. Interventor e líderes locais em contato: a formação do amaralismo	53
3.5. Negociação política e clientelismo no Estado Novo	61
4. A “raposa” em tempos democráticos	65
4.1. A formação do PSD fluminense	66
4.2. Os amaralistas sofrem o primeiro revés: a interventoria Hugo Silva e o fortalecimento da UDN	70
4.3. Amaral Peixoto e seu grupo fora do poder: o governo Edmundo Macedo Soares	74
5. O Comandante de volta ao poder: a campanha de 1950 e o governo democrático de Amaral Peixoto	84
5.1. As eleições de 1950	87

5.2. Amaral Peixoto e a negociação política no governo democrático	93
5.3. Mudam os atores, permanecem as práticas	99
6. Considerações finais	104
6.1. O amaralismo no estado do Rio de Janeiro	104
7.Referências bibliográficas	109
8. Fontes	112

Introdução

A política fluminense tem uma grande lacuna: poucos estudos referem-se ao período republicano do antigo estado do Rio de Janeiro. Esta lacuna existente na História fluminense deve-se em grande parte ao fato da Cidade do Rio de Janeiro ser a capital do país e centro das atenções neste período. Neste aspecto, citamos como obras relevantes os trabalhos de Marieta de Moraes Ferreira sobre a política fluminense na Primeira República e de Surama Conde Sá Pinto, que abordam a formação do grupo nilista no estado.

De forma correlata à escassez de trabalhos sobre o Estado, poucos estudos se apresentam sobre o seu mais destacado político: Ernani do Amaral Peixoto. Político de grande projeção no cenário nacional, Amaral Peixoto foi “esquecido” por grande parte dos historiadores. Sobre sua trajetória política, existem apenas dois trabalhos realizados até o momento: o livro “Tempos de Amaral”¹, elaborado por Regina da Luz Moreira e a tese de Doutorado de Silvia Pantoja². Entretanto, o foco principal destes trabalhos é a administração do interventor e governador.

A chegada de Amaral Peixoto ao estado do Rio de Janeiro ocorreu em 1937, com a indicação de Getúlio Vargas para que ele ocupasse o cargo de Interventor Federal no Estado. Foi durante este período autoritário que Ernani do Amaral Peixoto apareceu no cenário político com maior destaque. Ao assumir a interventoria do estado do Rio de Janeiro, Peixoto desempenhou um papel importante em âmbito estadual e nacional, ganhando destaque na política brasileira. Como homem de confiança do chefe do executivo nacional, Amaral Peixoto foi um dos poucos interventores que ocuparam este posto durante todo o período do Estado Novo, sendo um dos articuladores do processo de democratização política do país em 1945, juntamente com Marcondes Filho, Agamenom Magalhães e Benedito Valadares.

Amaral Peixoto ingressou ainda jovem na política, incentivado por seu irmão Augusto, que havia participado dos levantes tenentistas da década de 1920.

¹ Regina da Luz Moreira. **Tempos de Amaral**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do estado do Rio de Janeiro, 2005.

² Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto**. Tese de Doutorado. Niterói: 1995.

Após estes levantes, Amaral Peixoto passou a participar de reuniões políticas e esteve presente nas articulações que visavam organizar o movimento revolucionário de 1930. Sua primeira participação efetiva na política ocorreu em 1933, quando se filiou ao Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF) e ocupou o cargo de chefe de gabinete do prefeito Pedro Ernesto Batista.

Este foi o primeiro passo de uma trajetória de cinco décadas na política brasileira e, sobretudo, fluminense. Além do cargo de interventor federal entre 1937 e 1945, foi deputado constituinte em 1946 e exerceu mandatos em três legislaturas federais (1946-51, 1963-67 e 1967-71), governador do estado do Rio de Janeiro (1951-55), embaixador brasileiro nos Estados Unidos (1956-59), titular dos ministérios do Tribunal de Contas da União, da Viação e da Reforma Administrativa (entre os anos de 1959 e 1963) e senador da República entre 1971 e 1987.

Ao assumir o cargo de interventor federal no Rio de Janeiro, Amaral Peixoto encontrou o estado em uma situação complicada, seja no plano político ou no econômico. Na política, havia uma enorme discordância de interesses, resultando na criação de diversos partidos até a instalação do Estado Novo.³ Na economia a situação não era menos problemática, pois o estado ainda não havia conseguido se reerguer definitivamente após a grande depressão de 1929. Estes fatos só comprovam a habilidade política e administrativa de Ernani do Amaral Peixoto, que criou um grupo capaz de se sustentar no poder e minimizar as disputas políticas, além de alavancar a economia fluminense. O ano de 1946 é o início da consolidação do domínio deste grupo político. Entre 1946 e 1951, Amaral Peixoto controlou a política estadual sem estar diretamente envolvido no executivo, pois exerceu mandato de deputado federal. O terceiro momento compreende os anos entre 1951 e 1955, quando retornou ao Palácio do Ingá para sua segunda administração no Rio de Janeiro, transformando o amaralismo e o pessedismo em referências políticas fluminenses.

O período que pretendemos investigar neste trabalho compreende os anos situados entre 1937 e 1955, quando Amaral Peixoto consolidou seu domínio na

³ Tendo em vista as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte de 1933, foram criados diversos partidos no estado do Rio de Janeiro. Merecem destaque aqui a União Progressista Fluminense, o Partido Socialista Fluminense, o Partido Popular Radical, a reorganização do Partido Republicano Fluminense e o Partido Evolucionista, que dominaram a Assembléia durante este período.

política fluminense. Durante estes anos, o Comandante organizou o PSD-RJ e comandou a formação do grupo amaralista no estado. Nosso objetivo é entender quais foram os mecanismos utilizados por ele para cooptar integrantes para seu grupo político e – conseqüentemente – para o PSD e de que forma conseguiu “enraizar” seu nome na política estadual e nacional.

Este recorte nos remete a três períodos distintos na trajetória política de nosso personagem. O ano de 1937 é o da entrada no cenário político fluminense e o início da formação de seu grupo político, que se prolongou até o fim do Estado Novo, em 1945. Entre 1946 e 1950, Amaral esteve na Câmara Federal, participando da política fluminense como organizador e mediador. Este foi um período importante para seu grupo, pois como líder teve que tentar manter o controle da política fluminense mesmo não estando presente na administração estadual e com um governador que trabalhava contra os políticos amaralistas, visando alcançar o posto de líder político do estado do Rio de Janeiro. Já a partir de 1951, exerceu o mandato de governador do estado, estando à frente das decisões políticas e administrativas do Rio de Janeiro, além de ser o responsável pelas articulações desenvolvidas com prefeitos e lideranças municipais. Entendemos que este governo, até janeiro de 1955, foi o momento da confirmação do amaralismo e do pessedismo como referências da política fluminense.

O período de democratização do país é um momento específico e importante de nossa história política. Com este processo, iniciaram-se as articulações em torno dos políticos mais influentes de cada Estado para a organização dos partidos que disputariam as próximas eleições. Neste momento, os aliados do Presidente Getúlio Vargas e os interventores articularam-se em torno da criação de um partido forte, capaz de controlar a política nacional e nos estados. Além do PSD, outros dois partidos se destacaram neste processo: o PTB e a UDN. Os principais adversários de Vargas e dos interventores articularam-se na UDN, que se configurou no maior partido de oposição ao varguismo.

Quando se iniciou o processo de democratização após o Estado Novo, o grupo político que viria a constituir o PSD-RJ já estava consolidado, pois era o mesmo chefiado pelo então Interventor Federal fluminense. Vale lembrar que com a democratização, as lideranças que estavam alijadas do poder no Estado poderiam se reorganizar para tentar voltar a ocupar uma posição de destaque no cenário político. Certamente, os principais adversários dos pessedistas neste

momento seriam os partidários de Macedo Soares, que dominavam a política fluminense antes da chegada de Amaral Peixoto. Como aliado de Vargas, Amaral enfrentaria os udenistas como principais adversários na política estadual a partir de então (é bom lembrar que esta oposição era ainda mais aguda no caso fluminense, já que ao chegar ao estado para assumir a interventoria o Comandante utilizou-se da aproximação com os macedistas para controlar a política e formar seu grupo e logo depois rompeu a aliança que havia sido costurada em 1937).

1.1. Entre cartas, negociações e idéias: caminhos para a formação do amaralismo.

O trabalho que pretendemos desenvolver tem quatro importantes frentes de documentação a serem analisadas: o arquivo privado de Ernani do Amaral Peixoto, o arquivo do Partido Social Democrático do Rio de Janeiro, a entrevista concedida pelo líder político a pesquisadores do CPDOC e o material de propaganda desenvolvido pelos correligionários do “Comandante” no período eleitoral (mais especificamente para as eleições de 1950, quando Amaral Peixoto candidatou-se ao governo do estado, para a sucessão de seu antigo aliado Edmundo de Macedo Soares).

Nas últimas duas décadas, os arquivos privados tornaram-se fontes muito utilizadas pelos historiadores, quando passaram a ser considerados como elementos importantes para a construção de estudos históricos, tal qual os arquivos públicos. O Brasil, não muito diferente, também experimentou um crescimento de trabalhos que utilizam os arquivos privados como documentação principal na última década.

No caso deste trabalho, utilizaremos a correspondência como um espaço de troca de idéias e projetos para a política. Estamos entendendo que as cartas são importantes veículos para a formação do grupo e para sua coesão. Além disso, através destas missivas Amaral Peixoto teve a possibilidade de levar para todo o Estado, a partir de seus aliados nos municípios, o seu modo de conduzir a política.

No Brasil, o interesse pelos arquivos privados manifestou-se nos estudos sobre intelectuais. Contudo, o estudo destes arquivos no âmbito político vem ganhando cada vez mais adeptos e projeção. A escrita epistolar é dotada de traços

peculiares, utilizada como um espaço de sociabilidade, no qual estão presentes a troca de idéias e a construção de projetos. A utilização da correspondência como fonte foi possibilitada pelo alargamento na noção de documento, já que passou a ser vista como um local de entendimento dos processos sociais e, conseqüentemente, uma importante documentação para a investigação e produção histórica.

As cartas permitem que tenhamos acesso às representações elaboradas pela pessoa que as escreve (o missivista assume, ao mesmo tempo, as funções de sujeito e personagem de si mesmo). A correspondência nos permite associar as práticas sociais à subjetividade deste documento, propiciando uma análise do modo como a realidade social é construída e também a observação da relação do indivíduo com o seu “eu” e com os demais.⁴ Afirmamos, então, que a correspondência constitui um “teatro de memórias”, pois os indivíduos passam a construir uma identidade a partir dos seus documentos.

A utilização de correspondência para o estudo das relações políticas tornou-se interessante para identificar as redes de sociabilidade traçadas pelos articuladores da política, uma vez que a correspondência, como já dissemos anteriormente, é um local de sociabilidade e as elites culturais e políticas fizeram dela um local de construção de projetos, debates e pedidos.

No desenvolvimento de um trabalho sobre as correspondências entre políticos, o conceito de sociabilidade elaborado por Maurice Agulhon é significativo. De acordo com este autor, “a sociabilidade é uma categoria descritiva, que serve para designar uma atitude geral das populações ao viver relações públicas, não implicando, necessariamente, uma ligação com associações formalmente organizadas, como as instituições”.⁵ Enfim, entendemos a sociabilidade como o suporte social das formas de politização.

O estudo sobre as sociabilidades teve um crescimento considerável nas duas últimas décadas, concomitantemente ao de correspondência. Entretanto, este conceito existe há algum tempo, apesar de ser utilizado de uma forma mais genérica, quando se referia a qualquer pessoa ou grupos em sociedade, desde que

⁴ Rebeca Gontijo. “História, cultura, política e sociabilidade intelectual”. In: Rachel Soihet, Maria Fernanda Baptista Bicalho, Maria de Fátima Silva Gouvêa (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

⁵ Apud Rebeca Gontijo. **Op. cit.**

imersos em todo e qualquer tipo de laços sociais como agrupamento, socialização e civilização, o que resultou em sua simplificação.

Foi a partir do trabalho de Agulhon que a sociabilidade ganhou destaque e uma crescente utilização como instrumento teórico/metodológico. Este crescimento deve-se a proposta de tratar as sociabilidades através da densidade das associações que se constituíram e as alterações dentro de um recorte espaço-temporal. Para realizar este tipo de abordagem, a análise de dados comparativos e quantitativos se tornou essencial, além do estudo da identidade cultural. Apesar da complexidade, Agulhon considerou importante definir uma tipologia das sociabilidades presentes nas associações de cada período, já que se constituíam em grupos com particularidades bastante específicas.

A correspondência possui lugar de destaque nas relações sociais por ser um dos elementos definidores das redes de sociabilidade, uma vez que são documentos relacionais e dependem necessariamente do outro. A utilização das missivas como instrumento de identificação da sociabilidade está relacionada ao fato de que nelas existem indícios das relações sociais que permitem pensar as redes de sociabilidade. A partir do estabelecimento destas relações nas correspondências entre Amaral Peixoto e os chefes políticos do estado do Rio de Janeiro será desenvolvida esta pesquisa, tornando possível a identificação da rede de relações e as práticas de cooptação para a formação de seu grupo político.

Neste sentido, podemos citar os trabalhos de Angela de Castro Gomes⁶, José Murilo de Carvalho⁷, Surama Conde Sá Pinto⁸, Jorge Ferreira⁹ e Luciana Quillet Heymann¹⁰. Estas cinco produções citadas são trabalhos realizados a partir da análise das missivas enviadas ou recebidas por políticos.

Os trabalhos de Jorge Ferreira nesta área retratam duas situações distintas com relação à vida política de Getúlio Vargas. Em sua primeira publicação nesta temática, aborda as cartas enviadas ao Presidente da República pelos trabalhadores, demonstrando que ele era a instância que a população julgava mais

⁶ Ângela de Castro Gomes (org). **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

⁷ José Murilo de Carvalho. “Rui Barbosa e a razão clientelista”. **Dados**, Vol. 43, n. 1, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

⁸ Surama Conde Sá Pinto. **A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

⁹ Jorge Ferreira. **Trabalhadores do Brasil; o imaginário popular**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

¹⁰ Luciana Quillet Heymann. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, n.º. 19, 1997.

próxima para encaminhar seus pedidos. Em sua segunda publicação, abordou a relação pessoal entre Vargas e João Goulart no Sul do Brasil, traçando um paralelo desta relação com a carreira política de Jango.¹¹

José Murilo da Carvalho e Surama Conde Sá Pinto abordam dois personagens com atuações destacadas durante a Primeira República: Rui Barbosa e Nilo Peçanha, respectivamente. Carvalho trabalhou com a correspondência de Rui Barbosa com o intuito de analisar sua atuação política, uma vez que ocupou cargos importantes desde o Império, e a relevância das missivas para investigar o fenômeno clientelista, baseando-se nos pedidos de favores enviados ao político (correspondentes a 40% de sua correspondência). Surama Pinto desenvolveu sua pesquisa de forma semelhante. Através das correspondências de Nilo Peçanha, procurou demonstrar as relações entre o político fluminense e os chefes locais, destacando aquelas em que se discutiam as composições de chapas e o controle destes chefes locais sobre os votos.

Luciana Quillet Heymann investigou o arquivo privado de Filinto Müller. Seu objetivo maior neste artigo foi o de demonstrar como os arquivos privados de políticos podem sofrer interferências em sua estrutura e conteúdo, não sendo uma manifestação concreta da memória de seu “proprietário”. Neste caso, a autora demonstrou a preocupação dos familiares do político em desconstruir a imagem de autoritário deixada por ele em razão de ter ocupado o cargo de chefe da polícia do Distrito Federal durante o Estado Novo. Além desta problematização sobre o caráter dos arquivos privados, a autora discutiu também a influência e o prestígio adquiridos por Müller durante o período em que esteve mais próximo ao poder central, uma vez que muitos dos pedidos endereçados a ele não correspondiam à função que exercia.¹²

A produção de Angela de Castro Gomes é a mais diferenciada neste sentido, pois seu personagem central foi o intelectual e político Gustavo Capanema. No artigo “O Ministro e sua correspondência: projeto político e

¹¹ Jorge Ferreira. “As cartas de Jango a Getúlio”. In: Angela de Castro Gomes. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

¹² Luciana Heymann descreve em seu artigo que os pedidos encaminhados a Filinto Muller eram de natureza variada, que podiam ou não possuir relação com o cargo que ocupava. Como exemplo, a autora cita pedidos de empregos e de intercessão em favor de algumas pessoas frente a Getúlio Vargas.

sociabilidade intelectual”¹³, a autora identificou quais eram os principais correspondentes de Capanema e as temáticas recorrentes nas missivas, destacando-se as cartas enviadas por intelectuais e políticos, sendo o assunto mais freqüente os pedidos e os de âmbito familiar. Afirmamos que a produção sobre Capanema era diferenciada das demais porque enquanto político, jamais deixou de lado a sua posição de intelectual, tornando-se um estudo interessante devido ao amalgamento entre as missivas de caráter pessoal e profissional em sua documentação. Além do livro sobre Capanema, a autora organizou “Escrita de Si, Escrita da História”¹⁴, livro no qual estão uma série de artigos que se utilizam dos arquivos privados como fontes principais para estudos acerca de intelectuais e políticos, o que demonstra o progressivo interesse pelos pesquisadores em trabalhar com documentação privada dos políticos.

Os arquivos de Amaral Peixoto e do PSD-RJ estão depositados no CPDOC. Estes arquivos possuem aproximadamente 2000 missivas, dentre as quais cerca de 600 remetem ao recorte temporal de nossa pesquisa. É possível encontrarmos também algumas cartas enviadas pelo interventor nos arquivos de Agamenom Magalhães, Getúlio Vargas e Augusto do Amaral Peixoto. Estes arquivos possuem diversos fundos, separados, em sua maioria, de forma cronológica. É importante destacarmos uma particularidade do arquivo de Ernani do Amaral Peixoto: assim como Gustavo Capanema, o político fluminense por diversas vezes anexava ao telegrama recebido uma cópia da resposta que havia enviado ao remetente do mesmo. Ou seja, analisando este acervo podemos observar não só as cartas remetidas ao Comandante, mas suas respostas e posições acerca dos assuntos sobre os quais era consultado.

A análise das cartas depositadas nos arquivos de Amaral Peixoto e do PSD-RJ nos permite identificar a rede de sociabilidade a partir dos missivistas e a relação que mantêm com cada um deles, já que as formas de tratamento empregadas nas cartas nos indicam o grau de proximidade entre remetente e destinatário. No caso específico dos políticos, as correspondências possuem uma relação de grande de proximidade com o poder público. Uma das temáticas com maior incidência nas missivas destinadas aos políticos são os pedidos feitos por

¹³ Ângela de Castro Gomes (org.). **Capanema: o Ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

¹⁴ Idem. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

populares ou por elementos ligados ao partido, que esperam benesses deste ou do governo, caracterizando estas relações como clientelistas. Nossa abordagem pretende ir além, pois compreendemos que havia um grau de complexidade maior nas relações entre políticos e por parte destes com os cidadãos. Desde os pedidos até o “aconselhamento” de quais seriam os candidatos das localidades ao legislativo municipal ou ao executivo municipal, o que estava em jogo era o controle da política fluminense, legitimado por suas lideranças e, mais adiante, por seus habitantes.

Na correspondência do chefe político fluminense, encontramos um número relativamente grande de missivas destinadas e recebidas por conta de negociações em torno da política local. Entre o período de sua interventoria e o que exerceu o cargo de governador do estado, Amaral Peixoto esteve representando o estado do Rio de Janeiro na Câmara Federal. Mesmo estando um pouco mais distante da política estadual durante os quatro anos de seu mandato, a correspondência do período nos indica que Amaral Peixoto continuava sendo a referência para as lideranças locais, inclusive intermediando as indicações para as eleições municipais que ocorreram neste período.

Desta forma, o arquivo privado de Ernani do Amaral Peixoto nos permite um estudo mais detalhado sobre as articulações políticas do estado, uma vez que demonstra uma série de negociações entre as lideranças municipais e estaduais do grupo amaralista e, posteriormente, pessedista.

As entrevistas também são fontes importantes para a realização deste trabalho. Como já afirmamos anteriormente, nem sempre temos acesso a correspondência enviada pelo nosso personagem principal. Entretanto, as entrevistas podem suprir algumas lacunas importantes. Além de preencher estes espaços, as entrevistas foram indispensáveis para a construção da memória acerca de Amaral Peixoto, explorada no primeiro capítulo. A partir delas, foi possível a construção da imagem do líder político fluminense e suas principais “virtudes” e “defeitos” ao conduzir seu grupo.

A entrevista concedida por Amaral Peixoto aos pesquisadores do CPDOC durante a década de 1980 foi muito útil no decorrer da pesquisa e na construção de nossa argumentação. Desta forma, o confronto desta entrevista com as cartas depositadas nos arquivos de Amaral Peixoto e do PSD-RJ, será de grande valor para o desenvolvimento deste trabalho, auxiliando na interpretação destas

missivas, haja visto que muitas delas estão sem as respostas do líder político. Através da utilização destas duas fontes, teremos um quadro mais preciso do jogo político elaborado pelo Comandante na política fluminense durante o período que pretendemos investigar.

O material de propaganda do governo Amaral Peixoto será relevante para demonstrar como o político construiu sua imagem perante a população do estado do Rio de Janeiro, assegurando seu lugar na memória coletiva fluminense. Entre estas publicações, encontramos o livro publicado por Heitor Gurgel, que havia sido secretário de Amaral na interventoria em 1950 (ano das eleições para o governo do Estado), no qual ressalta a importância do período em que nossa personagem esteve à frente da interventoria fluminense, destacando as realizações mais importantes do interventor. O que visamos demonstrar com a utilização destas fontes é a imagem que Amaral Peixoto tentava passar aos fluminenses, sempre em momentos estratégicos da política, para manter seu grupo no domínio da política estadual.

Assim sendo, temos como principais fontes de nosso trabalho a correspondência de Ernani do Amaral Peixoto, que nos indica os meandros da política e suas articulações. Além delas, a entrevista e o material de propaganda elaborado pela equipe do chefe político em momentos estratégicos nos auxiliam no sentido de entender melhor a dinâmica que estava sendo estabelecida para formar um forte grupo político e consolidar a imagem de Amaral Peixoto frente aos fluminenses, transformando o amaralismo em referência política do Estado.

Ernani do Amaral Peixoto foi, como já afirmamos anteriormente, em parte, esquecido pelos historiadores e cientistas políticos nos últimos anos. Suas décadas de liderança no Estado do Rio de Janeiro foram deixadas de lado pelos pesquisadores após a fusão entre os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Com esta fusão, ocorreu o embate entre amaralistas e chaguistas, do qual saiu vitorioso o grupo liderado por Chagas Freitas, líder político do estado da Guanabara e, conseqüentemente, da Cidade do Rio de Janeiro. Sobre sua trajetória na política, como já foi mencionado, temos apenas dois trabalhos, sendo apenas um deles publicado.

O primeiro é a tese de doutorado apresentada por Silvia Pantoja, “Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto”. Segundo a autora desta tese, sua intenção era dar ênfase na formação do grupo e nos artifícios

políticos para tal prática e na análise de projetos econômicos e sociais desenvolvidos por Amaral Peixoto em suas gestões à frente do executivo fluminense. Com este trabalho, dialogaremos no que diz respeito a formação do grupo político de Amaral Peixoto durante o Estado Novo. A partir das cartas e da entrevista de Amaral Peixoto, poderemos fazer uma leitura acerca de sua entrada na política fluminense.

Acerca das questões administrativas, optamos por não fazer uma abordagem sobre este tema. Pantoja faz interessantes ponderações sobre as realizações de Amaral Peixoto no tocante a recuperação econômica do Estado, sobre a recuperação do setor produtivo e também a respeito da modernização da infra-estrutura, com destaque para os planos rodoviários e de eletrificação.

Na parte final de seu trabalho, Pantoja destaca ainda a derrocada do pessedismo amaralista, entendendo como seu início a eleição de Roberto Silveira como governador e a autonomia conquistada por vários membros de seu grupo, que haviam criado suas próprias bases eleitorais nestas quase duas décadas em que o amaralismo esteve sempre presente nas principais negociações políticas estaduais.

O Livro “Tempos de Amaral”, de Regina da Luz Moreira, foi publicado em 2005 pela Imprensa Oficial do Rio de Janeiro, faz parte da coleção Memória Fluminense e foi publicado pouco antes do centenário de Ernani do Amaral Peixoto. Esta obra tem por característica a construção de uma “linha do tempo” do seu personagem central, fazendo uma pequena biografia do ex-interventor e governador. Regina Moreira utiliza-se, principalmente, da entrevista concedida por Amaral Peixoto para traçar suas principais ações nos âmbitos político e administrativo e também sobre sua trajetória familiar e na Marinha, destacando a forma pela qual foi inserido na política por intermédio de seu irmão Augusto do Amaral Peixoto.

Nosso trabalho apresenta diferenças marcantes em relação aos dois apresentados até aqui. O trabalho de Silvia Pantoja tem uma dimensão de análise dos governos de Ernani do Amaral Peixoto no Rio de Janeiro, analisando de que forma o governante conseguiu reerguer o Estado economicamente e organizar sua administração. Já o trabalho de Regina Moreira busca (re)construir a trajetória de Amaral Peixoto através de uma organização comentada da entrevista concedida a Aspásia Camargo. Neste trabalho, estamos voltados para os atos estritamente

políticos de Ernani do Amaral Peixoto, independente da função que estivesse exercendo. Iremos narrar a constituição do amaralismo como grupo político entre 1937 e 1955, com ênfase na correspondência, visando apontar a existência de um compartilhamento de práticas políticas.

O Capítulo I, *As “Memórias” do Comandante*, tem por objetivo apresentar ao leitor as memórias construídas sobre Ernani do Amaral Peixoto. Neste capítulo, abordaremos a memória construída sobre o político Amaral Peixoto, a partir de entrevistas de aliados e opositores do Comandante, além das suas próprias memórias.

O capítulo seguinte, *A formação do grupo amaralista*, apresenta de que forma Amaral Peixoto foi inserido na política fluminense e quais são suas estratégias para arregimentar aliados e conquistar apoio para sua gestão durante o período de interventoria, na qual ficou durante todo o período do Estado Novo apesar de ser um período extremamente agitado politicamente na maioria dos estados brasileiros com uma grande rotatividade de interventores no cargo.

O terceiro capítulo (*A “raposa” em tempos democráticos*) tratará do período de democratização. Inicialmente um período complicado para os amaralistas, pois a aliança com a UDN para eleger Edmundo Macedo Soares acabou sendo quebrada pelo governador do estado durante seu governo. Desta forma, veremos como Amaral Peixoto e seu grupo articulavam a política sem estar diretamente no poder dentro do estado.

No quarto e último capítulo, *O Comandante de volta ao poder: a campanha de 1950 e o governo democrático de Amaral Peixoto*, analisaremos a volta do Comandante ao governo fluminense. O objetivo deste capítulo é propor uma comparação entre as práticas políticas em tempos democráticos com aquelas do período da interventoria, buscando identificar semelhanças e diferenças entre elas. Além disso, a análise da campanha para o governo do estado em 1950 nos oferece a possibilidade de observar a forma com que se comportava o político que chegou ao poder em 1937 sendo indicado pelo Presidente da República no contato com seus eleitores.

A partir das análises feitas nestes capítulos, concluímos que o amaralismo constitui-se em uma cultura política dominante no estado do Rio de Janeiro, estabelecendo as formas utilizadas pelo Comandante para construir suas relações com os políticos e, mais tarde, com a população fluminense.

As memórias do Comandante

Ernani do Amaral Peixoto foi mais conhecido como político que contornou situações, evitou crises e participou, com intensidade, dos mais relevantes momentos do século em que viveu.¹

A citação acima, retirada de um artigo produzido por Celina Vargas do Amaral Peixoto, filha do protagonista deste trabalho, o Comandante Ernani do Amaral Peixoto, traduz com precisão a imagem construída por um político que marcou seu lugar na história fluminense por sua habilidade na formação de seu grupo político e por realizações importantes por todo o estado do Rio de Janeiro. Celina Vargas continua seu texto apresentando as realizações políticas do pai, como a condução do processo que daria início a trajetória do Partido Social Democrático (PSD), suas eleições consecutivas para a Câmara Federal, para Governador e a chefia da campanha de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República, além de evidenciar suas ligações com importantes nomes da política nacional, como Getúlio Vargas e Ulysses Guimarães. Celina lembra ainda que seu pai, além de grande habilidade política, tinha uma inquestionável habilidade para governar. Ressalta entre os principais feitos do Interventor e Governador a recuperação econômica do Estado do Rio de Janeiro, o investimento na educação básica e também a criação de escolas rurais, avanços na área da saúde e dos transportes e, sobretudo, o incentivo à industrialização e colaboração para a construção da CSN. Celina Vargas termina seu artigo definindo Ernani do Amaral Peixoto como “um homem público que associava uma rara sensibilidade política com uma capacidade administrativa que deixou marcas profundas em cada município do Estado do Rio de Janeiro”.

Esse artigo certamente agradou àqueles que fizeram parte do grupo amaralista, pois sua construção exalta as qualidades do líder político fluminense e contribui de forma positiva para a formalização da memória de administrador competente e político habilidoso construída desde o fim do Estado Novo. Entretanto, a política fluminense não foi palco apenas de um grupo. O amaralismo

¹ Celina Vargas do Amaral Peixoto. **Amaral Peixoto, governador**. *Jornal do Brasil*, 25 de setembro de 2003.

conviveu sempre com grupos opositores no estado, seja antes da fusão, quando travou intensa disputa com os macedistas, ou após este momento, quando se deparou com o chaguismo, corrente que se destacava no estado da Guanabara.

Entendemos que a memória, tão disputada por vários grupos sociais e políticos, é construída através da seleção. Construir a memória de um indivíduo ou grupo é escolher determinados pontos para serem lembrados e outros para serem esquecidos. A memória construída acerca de um político ou grupo pode nos indicar o sentimento de pertencimento e também os elementos necessários para que seja mantida a coesão interna e também para a defesa dos sinais que apontam para o pertencimento a este grupo.

Neste capítulo, temos como objetivo retratar a construção da imagem do político Ernani do Amaral Peixoto. Para apresentar este personagem, iremos percorrer diferentes memórias sobre ele. Estamos utilizando o termo “memórias” porque iremos nos utilizar aqui não apenas da imagem que o próprio Amaral e seus pares na política tentaram construir sobre ele e sua administração à frente do estado, mas também as impressões de políticos que não faziam parte de seu grupo, que não eram amaralistas ou pessedistas.

Como a memória desempenha uma função social importante, entendemos que a escolha pela diversidade de impressões poderia nos indicar caminhos interessantes para esta pesquisa. A partir da investigação da imagem que integrantes de grupos políticos opositores ao amaralismo configuraram sobre aquele personagem, podemos apresentar uma visão mais ampla sobre o político, que ultrapasse os limites do grupo formado por Getúlio Vargas no Estado Novo e, posteriormente, dos pessedistas. A opinião daqueles que divergiam politicamente de Amaral Peixoto é importante para que possamos fazer uma melhor leitura da relação entre nosso personagem central e todos aqueles que o cercavam, independente da orientação política ou partidária.

2.1. O Comandante por ele mesmo

Embora não pretenda com isso fazer História, entendo ser obrigação dos que atuaram na vida do país deixar seu depoimento sobre o que viveram, fizeram, tomaram conhecimento, e até mesmo do que pensaram. Isso

servirá aos historiadores como fonte e material necessários para escrever a História.²

Amaral Peixoto estava certo ao prever que sua entrevista serviria como fonte para futuros trabalhos de historiadores, mas foi um tanto comedido em suas pretensões de não querer fazer história com seu depoimento.

Em sua entrevista, o período em que esteve à frente da Interventoria fluminense foi lembrado com muito carinho e um certo saudosismo daquele que considerou seu melhor momento na vida política. Uma das principais bandeiras defendidas por ele para alcançar o sucesso na política fluminense foi a de ter percorrido cada município do estado e de ser capaz de conciliar famílias declaradamente rivais em suas localidades. Além disso, demonstra grande satisfação por sua administração e pela confiança que os habitantes do estado depositavam nele. Como era um nome novo na política fluminense, Amaral Peixoto deveria conquistar a confiança da população local, como podemos perceber pelo seguinte trecho de seu depoimento:

Tive uma grande satisfação quando foram projetar um sistema de abastecimento de água. Um proprietário que estava ameaçado de desapropriação, um desses homens rústicos do interior, discutiu com o engenheiro que foi lá, um rapaz novo, meio pedante. O proprietário conhecia bem a região e disse ao engenheiro: 'Não é preciso desapropriar muito. Para chegar à cota tal, basta desapropriar tanto.' O engenheiro queria desapropriar mais, e o proprietário se aborreceu e disse: 'Então o senhor se entenda com o meu procurador'. O engenheiro perguntou: 'Quem é ele?' E o homem respondeu: 'É o Comandante Amaral Peixoto.' Isto é, ele via no interventor alguém que defendia seus interesses.³

Por este trecho, percebemos que Amaral Peixoto deixa subentendido que, apesar de governar em um período autoritário, no qual não havia recebido um voto sequer para assumir as funções executivas no estado do Rio de Janeiro, conseguiu angariar a simpatia de seus futuros eleitores. Este respeito que adquiriu em muito se devia às viagens que realizava ao interior do estado, que o aproximava não apenas dos políticos locais, mas também de toda a população destes municípios.

² Nota de Ernani do Amaral Peixoto. In: Aspásia Camargo. **Artes da política: diálogos com Ernani do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 9.

³ Aspásia Camargo. **Idem**. p. 192.

O ex-interventor constrói sua imagem neste depoimento como a de um político que sabia contornar situações que emergiam com naturalidade da política, como a cobrança por nomeações de aliados e pressões por parte dos grupos que o apoiavam. De acordo com seu depoimento, o início de sua interventoria coincidia com um período extremamente turbulento na política fluminense. Em menos de uma década, o estado do Rio de Janeiro havia sido governado por cinco interventores e um governador eleito indiretamente. Entre eles, destacaram-se Ari Parreiras (Interventor) e Protógenes Guimarães (Governador). Apesar destes políticos terem acabado com a intensa rotatividade na chefia do executivo fluminense, não conseguiram pacificar a política estadual. Amaral destaca que Ari Parreiras era “o homem indicado para o estado do Rio” e tinha totais condições de ter se tornado o chefe da política no estado, mas como não tinha interesse pelas disputas políticas resolveu se afastar do cargo.

Sobre Protógenes Guimarães, Amaral comenta principalmente o período no qual o governador teve que se ausentar para tratar de problemas de saúde, causando um enorme descompasso na sua política de pacificação. Sobre o estado do Rio de Janeiro neste período, a opinião daquele que viria a ser o substituto de Protógenes no governo era a seguinte:

Inteiramente jogado... havia um grupo manobrando para o Protógenes renunciar, e outro grupo querendo por força que ele não renunciasse, para evitar que o Collet assumisse o governo, pois não havia Vice-governador.⁴

A partir deste momento, o caminho de Amaral Peixoto começava a se cruzar com o de José Eduardo Macedo Soares. A substituição do Almirante Protógenes Guimarães era uma questão de tempo, mas o Presidente Getúlio Vargas não nomearia para o cargo qualquer adversário do governador que estava se ausentando, pois possuía ligações estreitas com ele. Dessa forma, não aceitaria que Heitor Collet assumisse o cargo por suas ligações com José Eduardo, líder do Partido Radical, do qual fazia parte o Presidente da Assembléia.

Foi neste momento conturbado da política fluminense que o nome de Amaral Peixoto passou a ser cogitado para assumir um importante papel no

⁴ Heitor Collet era o Presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Sendo assim, assumiria o governo em caso de renúncia do seu chefe executivo, já que não havia Vice-governador. Aspásia Camargo. Op. Cit. p. 153.

estado. Como era muito próximo ao Presidente da República, o nome de Amaral não enfrentaria maiores resistências do próprio Protógenes e de seu grupo.

Segundo Amaral Peixoto, já neste período a ala macedista e seu líder, José Eduardo, espalhavam o boato de que ele seria indicado pelo Presidente para ser o Interventor Federal no estado até as eleições de 1938. Neste período, a intenção do grupo macedista era formar uma equipe competente para auxiliar Amaral Peixoto, que teria como missão principal organizar o estado administrativamente, e em 1938, com o saneamento das finanças estaduais, lançar a candidatura de José Eduardo Macedo Soares ao governo. Sabendo das pretensões de Macedo Soares, Amaral tinha consciência de que seria muito difícil sua manutenção no cargo e afirmou em seu depoimento que já havia alertado ao Presidente Getúlio Vargas sobre isso:

Quando o Dr. Getúlio efetivou o convite, eu lhe expliquei o plano: ‘Presidente, o senhor se prepare porque virá depois a campanha do José Eduardo. O verdadeiro candidato não sou eu, é ele.’ O Dr. Getúlio respondeu: ‘O José Eduardo não tem condições de governar estado nenhum.’ Realmente não tinha. Era muito inteligente, mas muito boêmio, não se fixava em nenhum assunto. E o Dr. Getúlio: ‘Você vai para lá, e o futuro depende de você.’⁵

A declaração de Vargas sobre as ponderações feitas por Amaral Peixoto já era um indício da postura do Presidente com relação ao futuro do interventor na política fluminense. A partir da indicação de Amaral para coordenar a transição do governo do Almirante Protógenes Guimarães até as próximas eleições, Getúlio Vargas dava o pontapé inicial para um longo domínio na política do Rio de Janeiro.

Amaral Peixoto deixa evidente em sua entrevista que, em sua opinião, sua maior virtude para tornar-se o maior líder político do estado neste período foi sua capacidade de negociação com os políticos que já tinham sua base formada. Entretanto, reconhece que seus primeiros momentos na interventoria foram de extrema dificuldade devido ao quadro que se apresentava:

A sensação que eu tive nos primeiros dias de governo foi muito interessante, porque conversava muito, recebia muita gente, mas não governava. Sentia que não estava realmente governando. Perdia muito

⁵ Aspásia Camargo. **Idem**. P.154.

tempo com o preenchimento de cargos imediatos da administração, em conversas sobre as prefeituras. [...] Eu era cercado de manhã à noite, os auxiliares meio tontos, os secretários ainda sem tomar pé... Procurei então começar a governar, a cuidar dos problemas. O que me preocupava muito é que em todas as conversas nenhum assunto do estado era abordado.⁶

Amaral Peixoto explica como resolveu a situação em que se encontrava, “ilhado”, como descreveu em sua entrevista:

Aí comecei a viajar mais e a receber mais gente [...]. Fui conhecendo e sendo conhecido, porque eles me receberam com muita desconfiança – e não podiam deixar de fazê-lo. Eu era um ilustre desconhecido, um homem que de repente tinha sido jogado no governo do estado! Eu compreendia a desconfiança e procurava quebrá-la, fazendo perguntas, tratando bem, pedindo que me procurassem no palácio, que me levassem as reivindicações locais. Quando recebia os prefeitos, eu os submetia a uma verdadeira sabatina. Era um primeiro teste para saber se os manteria ou não. De alguns tive boa impressão; eram principalmente homens rudes, homens do interior, mas atilados. Outros eram péssimos e não podiam permanecer nas prefeituras. Isso é que me foi dando base no Estado. Eu não tinha nenhum objetivo político, apenas queria me preparar para poder governar.⁷

Como vimos no decorrer das declarações de Amaral Peixoto, a imagem que o próprio Comandante tenta construir de sua trajetória na política é a de um articulador, capaz de cooptar para si e para seu grupo um grande número de aliados, capazes de se manterem no poder por duas décadas. De acordo com o líder político, a receita para ter se mantido em situação privilegiada durante tantos anos foi manter a mesma postura “conciliadora” desenvolvida durante o Estado Novo no período democrático, tendo sido esta uma de suas propostas de campanha, haja visto as conturbações políticas que ocorreram durante o governo Edmundo Macedo Soares.

2.2. O “Comandante” e a imagem construída pelos políticos do estado do Rio de Janeiro

[...] tinha antipatia pelo Amaral Peixoto, acreditava em tudo o que diziam contra o coitado do Amaral. Ouvia dizer certas coisas e acreditava piamente: “Amaral Peixoto é o dono do Quitandinha, é o dono da água

⁶ Aspásia Camargo. *Idem*. P. 154-155

⁷ *Idem*. P. 155-156.

Salutaris, é o dono da Vidreira...”. Ou então: “Quem manda no governo é a Alzira, o Amaral não manda nada, é apenas o marido da Alzira...” Eu aceitava aquilo e tinha uma tremenda antipatia pelo Amaral.⁸

Esta declaração foi dada por Hamilton Xavier, filho de político gonçalense e que se inseriu na política através do grupo liderado pelo Cel. Manoel Gonçalves Amarante no município de São Gonçalo e se destacou no PSD, partido pelo qual foi eleito Deputado Estadual. Suas declarações evidenciam, como ele próprio define, uma antipatia por Amaral Peixoto. Entretanto, a referida “antipatia” não tem suas raízes nas relações com o interventor fluminense.

Hamilton Xavier explica em seu depoimento que as circunstâncias pelas quais o Estado Novo foi implantado, inclusive com a sua prisão por ter enfrentado a Polícia Especial, a suspeita sobre o Presidente simpatizar com o integralismo e a deposição de seu pai do cargo que ocupava foram os fatores determinantes para a “antipatia” com o homem que havia sido designado pelo chefe do governo que teria praticado todos estes atos. Entretanto, como o trecho reproduzido acima indica, essa desconfiança foi sendo superada aos poucos, tanto que a carreira política de Hamilton Xavier foi desenvolvida no PSD-RJ, organizado pelo Comandante.

Hamilton Xavier revela que se aproximou de Amaral Peixoto após a eleição de Edmundo Macedo Soares para o governo do estado, segundo ele uma “asneira” na qual Amaral caiu ao fazer aliança com o futuro governador do Estado e o Presidente Dutra.

Edmundo entrou e começou a torcer o nariz para o Amaral. E aqueles deputados todos (cerca de 20 dos 24 deputados eleitos pelo PSD eram diretamente ligado ao líder de seu partido), que tudo deviam ao Amaral, começaram a tremer: ‘Você compreende, não podemos desagradar ao governador, porque o governador...’ Achei aquilo tão repugnante, tão grosseiro e horroroso, que numa reunião da bancada, na sala à direita do plenário, eu disse: ‘Meus amigos, quero dizer aos senhores o seguinte: eu não sou amigo do Sr. Amaral Peixoto, não frequento a casa do Sr. Amaral Peixoto, não como na mesa do Sr. Amaral Peixoto, sou apenas um correligionário do Sr. Amaral Peixoto. Mas acho que o Edmundo é governador porque o Sr. Amaral Peixoto quis. Porque se ele quisesse a mim, seria eu. Então fica entendido aqui que, se houver briga, eu fico do

⁸ Depoimento de Hamilton Xavier. Marieta de Moraes Ferreira (coord.). **Conversando Sobre Política: Hamilton Xavier e Saramago Pinheiro**. Trabalho do núcleo de memória política carioca e fluminense. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

lado do Sr. Amaral Peixoto. O lado correto é esse'. (...). O fato é que me afastei do Edmundo e comecei a ver que o Amaral era um homem direito, correto, sério, inteligente. Com cara até não muito vivaz, mas inteligentíssimo, de uma acuidade tremenda, de uma invejável sagacidade.⁹

Percebemos por estes trechos que a chegada de Amaral Peixoto ao estado do Rio de Janeiro, entrando na política estadual diretamente em seu maior cargo, como chefe do executivo estadual, suscitou diversas dúvidas nos políticos locais. Primeiro, por ser um homem ligado e indicado por Getúlio Vargas e com ele possuir relações estreitas, inclusive familiares. Segundo, por ser um ilustre desconhecido pela maioria da população do Rio de Janeiro. Entretanto, assim como ocorreu com Hamilton Xavier, o interventor aos poucos conquistou seu espaço, seja com o apoio da família Macedo Soares, que o introduziu entre as lideranças políticas, ou a partir da formação de seu grupo político, ocorrido após o rompimento com os macedistas.

Hamilton Xavier atribui um lugar de destaque na trajetória política de Amaral Peixoto a sua disputa pelo controle da política fluminense com José Eduardo de Macedo Soares, líder dos macedistas. Os principais pontos desta disputa, iniciada com o rompimento entre os dois durante o período da interventoria, que frustrou os planos de Macedo Soares em assumir o governo estadual, ocorreram no governo Edmundo Macedo Soares, que foi eleito através de um acordo entre Dutra, Amaral e o próprio Edmundo. O governador eleito, que tinha boas relações com o seu antecessor, acabou trilhando um caminho parecido no que diz respeito às relações com aquele que havia lhe proporcionado a chance de ocupar um cargo de destaque na política, rompendo com Amaral Peixoto e o PSD. Xavier explica da seguinte forma o rompimento da aliança entre Amaral e Edmundo:

Porque o Edmundo tinha medo do Zé Eduardo, que era parente dele. Na minha opinião era isso. O Zé Eduardo era um panfletista primoroso, liquidava com o sujeito. Escrevia: 'O velho Vargas mata de tocaia e chora no enterro'... Isso diz tudo! Nossa Senhora! No dia em que nós fundamos o PSD em Campos, ele escreveu um artigo que começava assim: 'O bravo almirante Peixoto, que neste país faz a política do genro, de triste memória

⁹ Marieta de Moraes Ferreira (coord.). **Ibid.** p. 27-28.

em outras partes do mundo, vai exibir hoje em Campos a sua mercadoria política'.¹⁰

Reconhecidamente, o grande adversário de Amaral Peixoto entre 1937 e 1955 foi o grupo macedista, liderado por José Eduardo. Entretanto, o Comandante conseguiu sair vitorioso deste embate, mantendo-se sempre em posição privilegiada na política fluminense. Um dos integrantes do grupo macedista foi o advogado Saramago Pinheiro, figura de destaque na UDN. Saramago Pinheiro sempre teve uma relação muito próxima com o governador Edmundo Macedo Soares e foi um dos Deputados mais votados de seu partido naquele pleito, assumindo um lugar na Assembléia Estadual.

Apesar de sua posição udenista, Saramago reconhece que o rompimento da aliança estabelecida antes das eleições com o PSD fluminense foi decisiva para as pretensões de seu partido nas eleições seguintes, nas quais foram derrotados pelo candidato pessedista:

Nós acabamos sofrendo uma derrota terrível na eleição de 50, porque o candidato da UDN foi Prado Kelly, que era uma capacidade, um jurista de um valor enorme, mas um homem que não conhecia o interior. Já o Amaral, muito hábil, fora interventor muitos anos e tinha uma amizade enorme pelo interior todo. Além do mais, Amaral tinha sofrido uma hostilidade injusta. Eu era udenista, mas achei que o Edmundo não devia ter rompido com o Amaral. Ele tinha sido apoiado pelo PSD!¹¹

Em mais um depoimento, desta vez de um membro da oposição, percebemos a imagem de político que foi deixada por Amaral Peixoto, de um político hábil que soube aproveitar o momento de sua interventoria para formar sua base política e também eleitoral, com suas viagens ao interior do estado. Por esta grande rede de políticos que conseguiu montar, Hamilton Xavier classificou seu correligionário como “o dono” da política no estado, pois mesmo fora do poder e sofrendo investidas contra seu grupo, ocorridas no governo udenista entre 1947 e 1950, Amaral Peixoto continuou a possuir um cacife eleitoral que inviabilizava a vitória de seus opositores, como reconheceu Saramago Pinheiro, quando perguntado sobre as chances de vitória de Prado Kelly nas eleições de 1950, que consagraram a volta de Amaral Peixoto ao governo e a supremacia do

¹⁰ Marieta de Moraes Ferreira (coord.). **Op.cit.** P. 29.

¹¹ Depoimento de Saramago Pinheiro. Marieta de Moraes Ferreira (coord.). **Idem.** p.112.

amaralismo no estado: “Não tinha condição eleitoral. Amaral derrotou o Prado Kelly e voltou a governar o estado do Rio”.¹²

Entretanto, destacamos no início de nosso trabalho que Amaral Peixoto passou um longo período em esquecimento. Este esquecimento deve-se, sobretudo, ao embate entre Amaral Peixoto e Chagas Freitas a partir da fusão do Rio de Janeiro com a Guanabara, em 1975. Com a fusão, os dois grupos foram obrigados a conviver no mesmo espaço (o MDB). Entretanto, o acordo entre as duas correntes e seus líderes era uma missão muito difícil pelas características de cada um deles. Paulo Duque, oriundo do MDB carioca aponta os motivos que levaram os dois protagonistas da política de seus estados ao enfrentamento:

Vocês já imaginaram se nós tivéssemos feito uma harmonia entre o Amaral e o Chagas? Mas havia uma novidade de que não se pode esquecer: o estado do Rio de Janeiro era uma realidade e a Guanabara outra completamente diferente, em tudo e por tudo, desde a mentalidade, a formação cultural, até a questão sócio-econômica.¹³

Apesar deste período não estar inserido no recorte temporal deste trabalho, é importante fazermos breves comentários sobre o confronto entre amaralistas e chaguistas.

2.3. O amaralismo encontra seu pior adversário: Chagas Freitas

Acho que o Chagas teve uma preocupação com a história menor do que o Amaral. Voou mais rasante. Chegou a ser citado para Vice-Presidente, mas vice dos generais... O Amaral, na verdade, tinha uma coisa favorável e negativa na condição de genro do Getúlio. Não tinha outro caminho a não ser o que trilhou. E trilhou com dignidade, com muita moderação. Já o Chagas, o destino de governador caiu no colo dele. Em condições normais, Chagas jamais poderia ter sido governador do estado do Rio, a despeito de sempre ter sido um deputado muito bem votado.¹⁴

Tanto Amaral Peixoto como Chagas Freitas tinham suas bases políticas consolidadas em seus respectivos estados. Com a fusão entre a Guanabara e o Rio de Janeiro, estabeleceu-se que os diretórios da ARENA e do MDB também

¹² Ibid. p.115.

¹³ Depoimento de Paulo Duque. Carlos Eduardo Sarmiento (coord.). **Conversando sobre política: Paulo Duque**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 132

¹⁴ Depoimento de Paulo Branco. In: Marieta de Moraes Ferreira (coord.). **Crônica Política do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. P. 254.

deveriam se unir e formar apenas um diretório estadual. Além de implicar em um enfrentamento natural de dois grupos extensos, fortes e sólidos na política, essa fusão dos diretórios fez com que estes mesmos grupos se alinhassem no mesmo partido e, conseqüentemente, em um mesmo diretório. A grande questão era a de saber como seria a reação daqueles dois políticos, acostumados à liderança, ao se depararem dentro do mesmo bloco. Como destaca Marieta de Moraes Ferreira, “tratava-se de conciliar duas correntes políticas, a dos chaguistas e a dos amaralistas, ou, caso isso fosse impossível, de decidir quem ganharia a partida”.¹⁵

Amaral ressalta em suas memórias que era terminantemente contrário à fusão. Segundo ele, não existia um projeto bem definido para que este processo tivesse o sucesso desejado. Entretanto, com muita pressão por parte do governo para que o projeto fosse aprovado, acabou sendo impossível frear o movimento que resultou na fusão. De acordo com o ex-interventor, os problemas com Chagas Freitas começaram logo na organização do diretório, quando Amaral Peixoto foi derrotado e não conseguiu fazer parte da comissão provisória que organizaria o partido no novo estado. Entretanto, após alguns atritos que levaram ao rompimento total entre os dois líderes, Chagas Freitas e Amaral Peixoto sentaram-se à mesa para costurar um novo acordo político, devido a proximidade das eleições para a sucessão do governo do estado. Amaral revela que havia um consenso entre os dois de que um deles deveria ser o candidato ao governo e o outro ficaria com a vaga para o senado e relata a forma pela qual foram decididas as posições de cada um:

Conversamos até chegar a um ponto em que eu disse: ‘Não adianta ficarmos procurando um candidato, tem que ser um de nós dois. Acho que deve ser você, porque tem maiores ligações com o governo federal, com a revolução, e eu ficarei sempre numa posição de constrangimento. Com isso, o estado será prejudicado.’ Ele me abraçou efusivamente, agradeceu e saiu candidato.¹⁶

Para ceder a candidatura ao governo do estado para seu adversário político, Amaral Peixoto e seu grupo fizeram algumas exigências e assinaram um acordo, que não foi colocado em prática por Chagas Freitas:

¹⁵ Marieta de Moraes Ferreira. A fusão: chaguismo x amaralismo. In: SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). **Chagas Freitas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

¹⁶ Aspásia Camargo. **Op. cit.**

Acredito que o Chagas tenha rompido o acordo para evitar a indicação de secretários, porque na ânsia de obter o meu apoio ele facilitou demais – só compreendi isso depois. Eu indicaria dois ou três secretários, e as autarquias seriam divididas proporcionalmente à votação que cada grupo obtivesse nas eleições. Ele deu demais. O Wellington [Moreira Franco] vinha com umas exigências que eu achava um pouco descabidas, e o Chagas aceitava. Nessa ocasião, fui prevenido que ele não ia cumprir o acordo, mas eu achava impossível. Tive a ingenuidade de achar impossível.¹⁷

Paulo Duque, integrante do MDB e do grupo liderado por Chagas Freitas, relata em seu depoimento a visão dos partidários do chaguismo sobre este acordo:

Chegaram a conclusão de que era melhor haver um entendimento. Haveria uma eleição de governador, havia a vaga de senador, tantas secretarias para cá, tantas para lá. Foi feito um protocolo e assinado. Só que, depois que o Chagas se elegeu governador, não deu mais bola para o protocolo. Deu a senatoria para o Amaral e ficou por isso. Como é que o Amaral, do alto de sua sabedoria política, do seu passado e do seu nome, iria dizer que tinha feito uma barganha?[...]. Chagas teria que dar várias secretarias para o Amaral indicar e, na hora H, não deu. [...]. Quando houve a possibilidade do acordo, achamos que ele viria beneficiar todo mundo. No momento em que o Chagas deixou de cumprir, os amaralistas se sentiram lesados e as coisas voltaram a funcionar quase como antes, embora com menos intensidade.¹⁸

Este acordo, não cumprido por Chagas Freitas enfraqueceu o grupo amaralista, que já vinha sofrendo golpes desde os governos de Miguel Couto e Roberto Silveira, e a partir de então o chaguismo tornou-se a principal referência na política estadual. Amaral Peixoto já havia cometido um outro “erro político” anteriormente, quando aceitou a indicação do nome de Edmundo Macedo Soares para o governo do estado. Entretanto, Edmundo não era um político tão articulado quanto os personagens do pós-fusão e com a influência que o líder pessedista possuía no antigo estado do Rio de Janeiro, conseguiu contornar a situação e retomar o poder.

O depoimento de Paulo Duque é importante também para evidenciar a diferença no estilo de fazer política destes líderes e de sua relação com seus “comandados”:

¹⁷ Ibid. p. 510.

¹⁸ Depoimento de Paulo Duque. Ibid. pp. 130-131.

As principais figuras ligadas ao Amaral Peixoto eram pessoas com boa escola política. De modo geral tinham boa cultura, mas grande parte era muito provinciana. Alguns tinham talento, outros não, mas sabiam vencer uma eleição. A relação deles com o Amaral era diferente da nossa com o Chagas: enquanto nós tínhamos um medo muito grande do Chagas, eles tinham uma enorme reverência pelo seu chefe.¹⁹

A desconfiança permanente que Chagas Freitas nutria pelos seus pares, mesmo aqueles que faziam parte de seu grupo desde muito tempo, fez com que o político carioca conseguisse controlar de forma mais eficiente os passos de seus aliados, evitando sofrer golpes como os que Amaral Peixoto, por não ter a mesma postura de seu adversário, acabou sofrendo do próprio Chagas e de Macedo Soares.

No período após a fusão, a configuração política já não era a mesma, pois agora havia áreas em que o amaralismo não conseguia penetrar para conquistar aliados. Na contramão deste processo, Chagas Freitas já havia, mesmo antes da fusão, enviado aliados políticos para regiões do estado do Rio de Janeiro para conseguir formar uma pequena base nestes locais, prevendo que a fusão seria uma questão de tempo. Após este novo “erro político”, o grupo amaralista sofreu um grande revés e não mais recuperou a preponderância política de duas décadas atrás.

Certamente, a fusão e a vitória de Chagas Freitas no embate com Amaral Peixoto são os motivos principais para o esquecimento de uma figura tão emblemática na política fluminense, sobretudo entre 1937 e 1955, quando comandou a política local e teve participações decisivas em processos importantes em âmbito nacional, como no processo de construção de uma nova lei eleitoral para a democratização do país.

¹⁹ Depoimento de Paulo Duque. Ibid. p. 133.

Amaral Peixoto e a interventoria fluminense: a formação do grupo político

Niterói, 14 de setembro de 1944.

Meu caro Agamenom:

Sempre na expectativa (sic) de sua vinda, não lhe escrevi há mais tempo, conforme era meu desejo. Informado, agora, de que aí aguarda a chegada do Presidente, quero pô-lo a par do que o Valadares e eu vimos fazendo em relação ao problema político.

Há dois meses, o Valadares entregou ao Presidente dois projetos: um de constituição estadual e outro de lei eleitoral, para realização do plebiscito. Ambos foram remetidos ao Marcondes, que os modificou, apresentando algumas sugestões interessantes e outras rejeitadas desde logo, por não julgarmos aconselhável sua aceitação.

Como já disse, aguardávamos sua vinda, para ouvir sua opinião, não só sobre esses assuntos como também, mais fundamentalmente, quanto à organização política do país.

Quando me avistei com o Marcondes, a primeira pergunta que fiz foi no sentido de saber se ele já se havia entendido com o Presidente sobre o que pretendia fazer em relação a este assunto. Achava eu que a lei eleitoral devia ser função, em grande parte, dessa organização. Quis, por exemplo, saber se era pensamento do Presidente organizar um grande partido nacional. Respondeu-me ele que não havia ainda conversado com o Presidente a respeito, mas que o seu ponto de vista era contrário. E como lhe perguntasse se a oposição ou oposições ficariam também na impossibilidade de uma arregimentação partidária, respondeu-me não ver na Constituição qualquer empecilho a isso.

Ficáramos, assim, em minha opinião, destinados sem qualquer organização, a travar combate com um adversário perfeitamente enquadrado em partido político.

Verá o meu amigo, pela sucessão de projetos que lhe remeto, que era pensamento do Marcondes fazer com que a eleição fosse realizada o mais possível dentro das organizações sindicais existentes, não achando necessário qualquer trabalho político, pois o seu Ministério – o que efetivamente exerce – faria toda a propaganda.

É evidente que isso se torna desaconselhável, não só sob o ponto de vista interno, pois as influências locais não podem deixar de se fazer sentir fortemente, como também pela repercussão no exterior.

O Presidente, com o seu senso político, felizmente, concordou conosco e a última redação do projeto já satisfaz razoavelmente.

O meu ponto de vista, em linhas gerais, é o seguinte: o Presidente, com uma ou mais leis constitucionais, atenuaria alguns dispositivos que poderiam servir de pretexto a combates encarniçados. Para que fazer, por exemplo, Ministros de Estado dispenderem seu tempo presidindo sessões

da Câmara dos Deputados ou do Conselho Federal? Não lhe parece isso uma intromissão do Executivo no Legislativo, sem qualquer resultado prático?

Assim como esse, outros senões seriam corrigidos. Ainda por lei constitucional, poder-se-ia estabelecer o sufrágio direto para a primeira eleição presidencial, pois para reunir o colégio eleitoral, partindo das eleições diretas para vereadores e Delegados eleitorais dos municípios, levaríamos muito tempo, meses até. Não lhe parece também mais simpática essa idéia e não acha que daria no momento mais prestígio ao novo governo que assim fosse constituído?

Aguardo sua opinião sobre o assunto e, principalmente, desejo muito conhecer o projeto de constituição que deve estar organizando.

Um cordial abraço do
Ernani do Amaral¹

Com estas palavras, Ernani do Amaral Peixoto, Interventor Federal do Estado do Rio de Janeiro desde 1937, expressava suas opiniões quanto a reorganização política do país ao Interventor de Pernambuco, Agamenom Magalhães, em carta escrita em 14 de setembro de 1944, em papel timbrado do governo fluminense.

Na conversa entre os interventores (Agamenom Magalhães, assim como Amaral Peixoto, estava no cargo desde 1937), percebemos a intensa negociação que estava sendo realizada neste período sobre a nova organização política do país e os cuidados que seus articuladores deveriam tomar para que não prejudicassem os planos do grupo até então dominante de continuar no poder, mas que ao mesmo tempo não causasse a impressão de que estariam se aproveitando da máquina criada e controlada por eles para que fossem beneficiados neste processo.

A negociação política acontecia também por intermédio das cartas, pois já estamos nos últimos momentos do Estado Novo e a decisão sobre os rumos a serem tomados era emergencial e conseguir estabelecer encontros periódicos entre os articuladores do processo não era uma tarefa fácil, como podemos perceber pela carta enviada por Agamenom Magalhães. Na missiva de Amaral Peixoto, podemos identificar quais eram os personagens principais envolvidos nestas negociações para que se buscasse o modelo desejado de Constituição e Lei eleitoral a serem adotados. O político fluminense expõe que estes diálogos vinham ocorrendo entre Benedito Valadares, Alexandre Marcondes Filho, Agamenom

¹ Carta de Amaral Peixoto a Agamenom Magalhães, em 14/09/1944. Arquivo Agamenom Magalhães, AGM c 44.09.14, rolo 3, fot. 71.

Magalhães e ele, lideranças importantes nos seus estados e também de grande relevância nacional a esta altura.

Exatos quinze dias depois, em 29 de setembro de 1944, Agamenom Magalhães respondeu ao Interventor fluminense, expondo seu ponto de vista sobre o que lhe havia sido apresentado:

Recife, 29 de setembro de 1944.

Amaral:

Recebi a sua carta e os projetos. Mandei tirar cópia do que é essencial e vou depois ouvir os técnicos eleitorais. Uma coisa, entretanto, me impressionou e não encontrei explicação. Não compreendo como, simultaneamente com o plebiscito, se possa fazer eleição dos vereadores e delegados eleitores para as Câmaras. Antes de ter uma constituição, como poderemos executá-la ou eleger os órgãos políticos, que dependem das leis complementares do estatuto básico? Isto sob o aspecto técnico. Se considerarmos o lado político, então, todos os raciocínios, a meu ver, desaconselham a precipitação da outorga das constituições estaduais e das eleições, simultaneamente, com o plebiscito. Vamos examinar o assunto em partes. Realizado o plebiscito temos a constituição e o Presidente constitucional. Está dado o passo essencial. O Presidente constitucional terá ano e meio de mandato, após a revogação do estado de guerra. Nesse período será decretada a lei eleitoral e aberto o alistamento. É a oportunidade para a formação dos partidos nacionais. Será, então, fixada nesse setor a luta com os nossos adversários. As correntes nacionais predominantes irão com o nome do Presidente às urnas. A sua reeleição será imposta por necessidades da política interna e externa. Temos o precedente Roosevelt, insuspeito para os democráticos de todos os matizes.

Aberta a instância eleitoral, os Estados, de acordo com a Constituição e as leis da sua competência, irão também organizando as suas Câmaras e elegendo seus governadores. É o que me parece aconselhável e mais certo. O fato político aí está. Contorná-lo com os projetos eleitorais de emergência, só explicáveis para o plebiscito, é oferecer aos inimigos armas para impugnar a legitimidade dos órgãos eleitos antecipadamente ou, digamos a verdade, com certo medo, que a tanto importa a fuga de um pleito em condições regulares. Se o regime democrático está sendo imposto por transformações de ordem internacional, devemos aceitá-lo com todas as suas conseqüências. Aceitá-lo, dirigindo-o e não procurando afastá-lo dos olhos para não ver. Essa atitude é que nos dará autoridade e elementos de vitória na opinião.

Os projetos, como providências eleitorais de emergência para o plebiscito, são aceitáveis. O plebiscito é anterior à Constituição e às leis ordinárias e complementares nela previstas.

- As eleições do Presidente e Governadores devem ser diretas. É o processo que mais consulta a um pronunciamento amplo da união e dos Estados. O argumento de luta eleitoral, propaganda e agitação não

podem prevalecer, porque essa agitação aí está e não podemos suprimi-la. É da época.

- A massa está estruturada nos quadros sindicais. Nesses quadros deve permanecer, concorrendo às eleições políticas e exercendo o operário o direito de voto, individualmente e como cidadão. Essa arregimentação será a maior força eleitoral. Maior do que a dos partidos. Esse trunfo os adversários não nos arrancarão em nenhum pleito.

- Acho também que a Constituição deve ser emendada, transigindo com os princípios que vão emergindo. A política do Presidente deve continuar realista. O momento é de tumulto e transição. Não se sabe o que vai ficar, como definitivo. O Estado, nas épocas tumultuosas, tem que andar às guinadas. Temos felizmente timoneiro experimentado.

- não tive mais notícias sobre a vinda do Presidente ao Norte. Só depois é que poderei ir ao Rio conversar demoradamente com você, Valadares e Marcondes sobre assunto tão importante e que demanda muita reflexão, pesando fatores e rumos.²

Com a resposta do interventor nordestino, a negociação política e os rumos que o processo de democratização deveriam tomar vão ganhando forma e destaque nas conversas entre os políticos mais influentes do período. Entretanto, o que nos interessa nestas missivas não é a negociação política em si (quais seriam as medidas adotadas por estes políticos para a organização de uma nova constituição e da lei eleitoral), mas sim a participação de nosso personagem neste processo.

Como podemos perceber, Amaral Peixoto está inserido em um grupo de políticos reconhecidos nacionalmente, como Agamenom Magalhães, Benedito Valadares e Alexandre Marcondes Filho, um dos principais membros da equipe formada por Vargas durante o Estado Novo, já que ocupou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo fundamental para a consolidação da imagem criada pelo Presidente perante aos trabalhadores. Com certeza, a “relação familiar” entre Amaral Peixoto (casado com Alzira Vargas, filha do Presidente) e Getúlio Vargas contribuiu para a escolha de seu nome para a Interventoria fluminense, afinal, o cargo de interventor deveria ser entregue para pessoas da confiança do Presidente da República. Entretanto, não foi apenas a proximidade o fator central para a estabilidade de Amaral Peixoto em um cargo com intensa rotatividade. Apesar do apoio de seu futuro sogro, o interventor demonstrou uma grande capacidade para formar um grupo político sólido e forte, capaz de dar

² Carta de Amaral Peixoto a Agamenom Magalhães, em 14/09/1944. Arquivo Agamenom Magalhães, AGM c 44.09.14, rolo 3, fot. 71.

sustentação a ele durante estes oito anos. Para termos uma noção da dificuldade encontrada por um interventor para permanecer no cargo, apenas Amaral Peixoto, Agamenom Magalhães e Benedito Valadares (Interventor de Minas Gerais) conseguiram passar todo o período do Estado Novo como interventores. Amaral Peixoto foi também um dos idealizadores do projeto da Legião Cívica Nacional, que seria formada a partir dos interventores de todo o Brasil para que se consolidasse uma base nacional de apoio ao Estado Novo.

3.1. A política fluminense na década de 1930

Art. 11^o- O Governo Provisório nomeará um interventor federal para cada Estado, salvo para aqueles já organizados, nos quais ficarão os respectivos presidentes, investidos nos poderes aqui mencionados.³

Após a deposição de Washington Luís, assumiu o governo brasileiro até a posse de Getúlio Vargas a Junta Governativa Provisória, composta pelos generais Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante Isaías Noronha. Com a posse de Getúlio Vargas, foi oficializado o sistema de interventoria federal nos estados.⁴ As características que norteariam a escolha dos interventores seriam as seguintes: ser “estrangeiro”, que significava não ser do Estado ou não possuir raízes políticas nele; ser militar, pois o exército era uma das bases de sustentação do movimento; e ser neutro politicamente, pois um homem de partido teria dificuldade de incompatibilizar-se com seus partidários para tomar as medidas devidas e desejadas pelo governo federal.⁵

A interventoria federal foi um sistema implantado pelos adeptos do tenentismo para colocarem em prática suas políticas centralizadoras e intervencionistas, visando alcançar a almejada representação política em todo o país. Entretanto, estes critérios adotados para as nomeações dos interventores

³ Decreto de 11/11/1930, institucionalizando o Governo Provisório. Apud. Edgard Carone. **A Segunda República (1930-1937)**. Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1978. 3^a edição.

⁴Edgard Carone. **Op. cit.**

⁵ Dulce Chaves Pandolfi. “A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político”. In: Ângela de Castro Gomes. **Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. PP. 339-425.

encontraram resistências nas forças políticas tradicionais, que entravam em conflito com estas autoridades e geravam crises políticas continuamente.⁶

Para regular as ações de seus representantes nos estados, o chefe do governo provisório publicou em 28/08/1931 o código dos interventores. Este código tinha por objetivos estabelecer uma ação uniforme nas interventorias federais e procurava evitar que houvesse uma grande concentração de poder nas mãos dos interventores, restringindo as ações dos chefes estaduais. Com a publicação deste código, Vargas procurava cercear os “tenentes”, visando não apenas controlar este grupo, mas também impedir a ofensiva das oligarquias que se opunham ao novo governo.

Esta limitação de poderes pode ser notada pela proibição aos estados de contrair empréstimos sem autorização do governo federal e restrição dos recursos que cada estado poderia aplicar nas forças policiais, impedindo que rivalizassem com o exército nacional. Os interventores ficaram proibidos também de criar, aumentar ou conceder isenção de impostos, criar cargos, aumentar vencimentos e fazer qualquer outro tipo de concessão sem a prévia autorização do chefe da nação.

Além destas medidas, foram criados os Conselhos Consultivos nos estados e nos municípios, que se reuniram somente quando convocados pelo interventor ou pelos prefeitos. O Conselho Consultivo Estadual era composto por cinco membros e nenhum deles poderia estar ligado de alguma forma à administração estadual. As indicações dos membros dos conselhos eram feitas pelos interventores, elas somente seriam homologadas depois de apresentadas e aprovadas pelo Governo Provisório. Já o Conselho Consultivo Municipal era composto por, no mínimo, três membros, sendo uma indicação para o prefeito, uma para o interventor e uma para os maiores contribuintes locais, mas o número de membros deste conselho era variável, pois cada interventor poderia nomear quantos membros julgasse necessário e os contribuintes poderiam ter até três representantes. O Conselho Consultivo Municipal poderia ou não ser instituído, ficando esta decisão a cargo dos interventores.

⁶ Segundo Edgard Carone, a crise política, atrelada à crise econômica, acabou conduzindo o país a instabilidade. Para piorar a situação, alguns interventores se excediam nas prerrogativas de seus cargos, o que gerou uma ofensiva das oligarquias locais, lideradas por São Paulo, perante Getúlio Vargas (vale lembrar que neste momento as lideranças oligárquicas estavam com suas máquinas administrativas restritas). Edgard Carone. **Op. cit.**

Podemos perceber, então, que os interventores eram peças fundamentais do plano político que viria a ser desenvolvido. Como eram indicados pelo chefe do executivo nacional, suas práticas deveriam estar em consonância com aquelas imaginadas pelo Governo Federal. Ao mesmo tempo, seriam os interventores os responsáveis por conquistarem o apoio dos líderes estaduais e, conseqüentemente, dos municipais para o grupo que assumia o poder político em cenário nacional após o movimento de 1930. Para conseguir êxito nessas funções, era necessário aos interventores estreitar cada vez mais suas relações com as oligarquias estaduais.

O papel de mediador exercido pelos interventores era importante para que o Governo Provisório conseguisse o seu intuito de dar continuidade a seu governo e suas ações após as eleições e a Assembléia Constituinte. Além da função de controle da esfera federal sobre os estados e suas oligarquias, os interventores tinham como responsabilidade a nomeação dos Prefeitos e a reunião de todos os grupos políticos do estado, sempre com a intenção de aproximá-los do executivo nacional.

Outro importante ponto com relação às interventorias era o fato de que, mesmo com a construção de uma relação mais próxima entre os governantes estaduais e os membros das oligarquias locais dominantes, os políticos designados para a chefia dos estados não representavam ameaça significativa a Getúlio Vargas e seus interesses. Os interventores estavam subjugados ao Presidente da República não só legalmente, mas também pela sua permanência no cargo estar relacionada ao desempenho que tivessem ao controlar as elites políticas do estado que eram responsáveis e, principalmente, pela fidelidade ao seu chefe político, que os havia indicado para exercer tais funções. Desta forma, os interventores não dependiam diretamente das oligarquias estaduais para que fossem mantidos em seus postos, mas do chefe do executivo nacional.

O estado do Rio de Janeiro foi um dos que se enquadraram na dinâmica de intensa rotatividade no cargo de interventor. Logo após o fim do “movimento pacificador”, a Junta Governativa Provisória nomeou como governador provisório no Rio de Janeiro o Coronel Demócrito Barbosa, até que chegasse ao Rio de Janeiro Plínio Casado, o escolhido pelos generais para ocupar tal cargo. Para comprovar tal argumentação, inserimos aqui uma tabela com os interventores

federais no Rio de Janeiro, excetuando-se os cinco dias do governo provisório do Coronel Demócrito Barbosa.

Interventores fluminenses	Início	Término
Plínio de Castro Casado	29/10/1930	30/05/1931
General João de Deus Mena Barreto	30/05/1931	04/11/1931
Tenente Coronel Pantaleão da Silva Pessoa	04/11/1931	16/12/1931
Tenente Ari Parreiras	16/12/1931	08/11/1935

Fonte: Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Amaralismo e pessedismo fluminense: O PSD de Amaral Peixoto**. Tese de doutoramento apresentada ao curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1995.

Plínio Casado foi nomeado como interventor provisório, mas acabou confirmado no cargo de forma definitiva após a posse de Getúlio Vargas. Foi um político influente, fato comprovado pela manifestação liderada por Cristóvão Barcellos que pediu ao chefe do Governo Provisório sua permanência no cargo⁷.

Plínio de Castro Casado nasceu em Porto Alegre e exerceu mandatos como Deputado Federal em 1897 (eleito pelo Partido Federalista do Rio Grande do Sul) e de 1924 a 1930 (eleito pela Aliança Libertadora), sendo um dos líderes oposicionistas aos governos de Artur Bernardes e Washington Luís. Em 1922, ao lado do governador gaúcho Borges de Medeiros – do Partido Republicano Riograndense – apoiou a candidatura de Nilo Peçanha e participou da campanha da Reação Republicana no Rio Grande do Sul. Quando a candidatura de Júlio Prestes tornou-se pública, em 1928, articulou com os mineiros Afrânio de Melo Franco e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (Presidente de Minas Gerais) uma candidatura oposicionista tendo Getúlio Vargas à frente. Neste momento, Plínio Casado era líder do Partido Libertador (PL) e foi um dos fundadores da Frente Única Gaúcha (FUG)⁸, uma das bases para a organização da Aliança Liberal.⁹

⁷ “A Revolução triunfante”. **O Fluminense**, 28e 29/10/1930, p. 1.

⁸ A Frente Única Gaúcha foi resultado da união entre o Partido Libertador e o Partido Republicano Riograndense em favor da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1930.

⁹ Silvia Pantoja. “Plínio Casado”. In: Alzira Alves de Abreu [et. al.] (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001.

Durante o ano de 1930 o interventor fez constantes viagens ao interior do estado do Rio de Janeiro para prestigiar a posse dos prefeitos nomeados por ele e foram publicadas diversas matérias no periódico “O Fluminense”¹⁰ exaltando a personalidade e as atitudes de Plínio Casado no governo estadual. Estas viagens do interventor podem ser explicadas pelo fato de procurar estabelecer ligações com os chefes políticos locais, uma vez que deveria buscar nestes a base de apoio ao seu governo para alcançar estabilidade.

Entretanto, a situação econômica do Rio de Janeiro era preocupante devido aos reflexos da crise de 1929, sendo a organização administrativa e financeira um aspecto muito explorado nos jornais. A economia fluminense ficou paralisada após a crise de 1929 e a recuperação tornou-se ainda mais difícil após a Revolução de 30, pois o Governo Provisório passou a intervir na economia estadual, retraindo a produção cafeeira após a criação do Conselho Nacional do Café (CNC), que posteriormente viria a ser renomeado como Departamento Nacional do Café (DNC), o que acarretou prejuízos para a economia do Rio de Janeiro.

Como esta situação permanecia inalterada, começaram a surgir críticas dos políticos locais sobre o interventor. Entre janeiro e fevereiro de 1931 tais críticas foram intensificadas devido à demissão do chefe da Aliança Liberal no Rio de Janeiro, Arthur Victor, do cargo que exercia na Faculdade Fluminense de Medicina.¹¹

Ao mesmo tempo, as pressões exercidas por diversos municípios para ter suas reivindicações atendidas aumentavam. Dessa forma, a crise econômica do estado acabou transformando-se também em crise política, com os municípios passando a questionar veementemente os atos do interventor. A lista de pedidos dos municípios era extensa e diversa, sendo publicada sistematicamente na imprensa. Campos era um dos municípios em que a oposição ao executivo fluminense se manifestava mais forte, sob a alegação que desejava ser a capital do Estado. Itaboraí argumentava que não recebia a devida atenção do governo estadual e reclamava o prestígio que lhe era dispensado no período imperial, além

¹⁰ O periódico “O Fluminense” publicou diversas matérias entre novembro e dezembro de 1930, nas quais exaltava a atitude do Interventor em se deslocar ao interior do Estado para conhecer as necessidades dos municípios.

¹¹ “O chefe da Aliança Liberal recompensado...”, **O Fluminense**, 03/01/1931.

de municípios como Capivari, Macaé e Barra de São João reclamarem a realização de obras de natureza estrutural e incentivo ao comércio desenvolvido nestas regiões. Criticado pelas lideranças municipais e sem conseguir resolver a situação financeira do estado, Plínio Casado encaminhou seu pedido de demissão ao Governo Provisório, sendo substituído pelo General Mena Barreto.¹²

A nomeação de Mena Barreto demonstra a importância do estado do Rio de Janeiro em âmbito nacional, uma vez que o militar gaúcho foi um dos integrantes da Junta Governativa Provisória instalada em 1930. Diferentemente de Plínio Casado, Mena Barreto não apoiou a Reação Republicana em 1922, atuando na repressão aos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. Entretanto, em 1930 comandou as operações militares da Revolução antes de integrar a Junta Governativa.¹³

A passagem de Mena Barreto pela interventoria fluminense foi marcada também por problemas na questão financeira, fato já identificado na gestão de seu antecessor. O interventor não realizou as viagens ao interior do estado como fizera Plínio Casado, mas convocou o Congresso dos Prefeitos como forma de tentar controlar as elites municipais, no que alcançou relativo sucesso, pois não enfrentou resistências das lideranças municipais enquanto esteve à frente da interventoria fluminense. Todavia, o general acabou pedindo demissão cinco meses após sua posse devido às limitações impostas pelo código dos interventores e sua indicação para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Militar.¹⁴

Pantaleão da Silva Pessoa, também gaúcho, ficou apenas 42 dias no cargo de interventor e havia exercido o cargo de secretário geral na administração de Mena Barreto. Sua passagem como interventor deveu-se a disputa entre a oligarquia local e os tenentes com relação ao nome que ocuparia este posto.

O escolhido foi Ari Parreiras, o interventor fluminense que ficou mais tempo no cargo. Diferentemente dos demais interventores, Parreiras nasceu no Rio de Janeiro, em Niterói. Este personagem teve importante participação na Conspiração Protógenes em 1924 e acabou sendo preso pela polícia do Distrito

¹² O periódico “O Fluminense” traz diariamente matérias com líderes políticos dos municípios fluminenses reivindicando maior atenção do governo estadual para seus problemas. As matérias que nos referimos foram publicadas entre janeiro e fevereiro de 1931. Ver Rafael Navarro Costa. **Op. cit.**

¹³ Renato Lemos. “Mena Barreto”. In: Alzira Alves de Abreu [et. al.] (coord.). **Op.cit.**

¹⁴ “O General Mena Barreto deixou o governo do Estado do Rio”. **O Fluminense**, 05/11/1931.

Federal. Participou também da Revolução de 1930 e do Governo Provisório antes de sua nomeação para o cargo de interventor federal no estado do Rio.¹⁵

Ao assumir a interventoria, Ari Parreiras encontrou o estado em situação complicada na questão econômica, tendo como principal viés de sua administração os ajustes na área financeira. Sua política de austeridade foi recompensada pelo crescimento na produção açucareira e da produção de laranja, que passou a ser o principal item de arrecadação do estado.¹⁶ Como exemplo desta política financeira, podemos citar diversas matérias publicadas em “O Fluminense”, sobretudo a que elogia o interventor comparando os gastos dos governantes fluminenses da Primeira República com os de Ari Parreiras, demonstrando a economia nos gastos do governo.¹⁷

O Interventor cumpriu durante os quase três anos em que esteve no cargo um extenso cronograma de viagens aos municípios fluminenses, principalmente para prestigiar inaugurações e vistoriar obras, além de ter abolido a censura imposta à imprensa fluminense (fato que mereceu destaque nos periódicos estaduais e do Distrito Federal). As constantes visitas aos municípios, demonstram, mais uma vez, a importância das oligarquias locais para a estabilidade do interventor no cargo (apesar de ser um cargo ligado ao Governo Provisório), pois era uma forma de Parreiras demonstrar aos chefes locais que eram parte integrante da engrenagem política fluminense. Foi também durante sua gestão à frente do estado que ocorreram as eleições para as Assembleias Constituintes Nacional e Estadual e a conseqüente reorganização partidária fluminense, que abordaremos no capítulo seguinte.

A partir deste breve ensaio biográfico dos interventores fluminenses, podemos notar que a maioria das exigências para a indicação do interventor foi respeitada no estado. Os quatro interventores nomeados pelo Governo Provisório eram militares, três eram estrangeiros e nenhum deles possuía raízes políticas no

¹⁵ A Conspiração Protógenes fez parte do segundo ciclo de revoltas tenentistas. Ocorreu no Distrito Federal em apoio ao movimento tenentista de São Paulo, mas foi descoberto e reprimido pela polícia. Ari Parreiras fez parte deste movimento tenentista e, posteriormente, do “Gabinete Negro” durante o Governo Provisório. O “Gabinete Negro” foi o embrião do Clube 3 de outubro, fundado pelos tenentes em 1931, que funcionava como uma organização para representar seus interesses. Ari Parreiras ocupou a Vice-presidência desta organização. Robert Pechman, “Protógenes Guimarães” e Carlos Eduardo Leal, “Clube 3 de outubro”. In: Alzira Alves de Abreu [et. al.] (coord.). **Op. cit.**

¹⁶ Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Op. cit.**

¹⁷ “Enquanto os velhos esbanjam, os novos juntam...”. **O Fluminense**, 03/06/1932, p. 1.

Estado. Mostramos também a intensa rotatividade no cargo, com a estabilidade sendo conseguida apenas no ano de 1932 com a nomeação de Ari Parreiras, que apesar de ter sido escolhido pelos tenentes era natural do Rio de Janeiro, o que agradou a oligarquia local.

O período da interventoria Ari Parreiras (16/12/1931-08/11/1935) foi marcado pela reestruturação partidária, que acontecia em todo o país, e por quatro eleições em um curto espaço de tempo: a Constituinte Nacional, a Constituinte Estadual, a eleição para a Câmara dos Deputados e para as Câmaras Municipais.

Entretanto, o que devemos destacar sobre este período da Interventoria Ari Parreiras é a sua permanência por quase quatro anos no cargo, uma continuidade que até então não havia ocorrido no estado. Esta permanência se deve a dois fatores principais: o contato do interventor com as lideranças locais (o que abordaremos mais detalhadamente adiante) e o seu pouco apreço pelas disputas políticas e pela conquista de cargos em nível nacional, fazendo com que ele não fosse alvo dos grupos políticos do estado. Ari Parreiras esteve a frente do governo estadual durante todo o processo de preparação para as eleições, mas em momento algum interferiu nele. Sua relação com os partidos que se organizavam era extremamente distante e não assumiu o controle de nenhum deles, apesar dos apelos do grupo situacionista. Com o processo de reconstitucionalização, foi eleito para o governo do estado pela Assembléia Fluminense o Almirante Protógenes Guimarães.¹⁸

Ao assumir o governo do estado, Protógenes tentou dissipar as disputas políticas dentro da Assembléia com o que chamou de política de pacificação. Esta política teve como intenção desviar o foco das disputas partidárias entre os deputados para que as prioridades de seu governo pudessem ser a administração estadual e o auxílio às municipalidades. Com a pacificação, foram desfeitos os blocos partidários comandados por membros da União Progressista Fluminense (UPF) e do Partido Popular Radical (PPR) e as discussões passaram a ter como pano de fundo os municípios e suas necessidades mais emergenciais.

Em decorrência disso, as disputas partidárias que ocorreram na Assembléia foram deslocadas para as municipalidades. Como este “acordo” elaborado pelo

¹⁸ Ver Rafael Navarro Costa. **A política fluminense no pós-30: uma análise da interventoria Ari Parreiras e do governo Protógenes Guimarães (1932-1937)**. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, 2005.

governador somente teria validade para assuntos que pudessem ser resolvidos pelo Estado, e sendo 1936 ano eleitoral nos municípios, o que se viu foram inúmeras discussões sobre política municipal na Assembléia Estadual. Os deputados ocupavam a tribuna para relatarem supostas perseguições políticas a seus aliados por parte de integrantes do grupo adversário ou favorecimento daqueles que detinham o poder a determinados setores para que sua permanência fosse viabilizada.¹⁹

Como podemos perceber, a política fluminense durante a década de 1930 foi bastante conturbada e com uma troca intensa de interventores até a chegada de Ari Parreiras. Após a reconstitucionalização, a tentativa do Governador em pacificar a política através da Assembléia não surtiu o efeito esperado, pois as municipalidades tornaram-se focos ainda mais intensos de disputas pelo poder, culminando com o esgotamento do modelo político implementado por Protógenes. É importante destacar o papel das municipalidades, que constituíam o principal mecanismo deste jogo político durante a década de 1930.

3.2. Novos rumos na política fluminense: o líder político começa sua caminhada

Foi neste cenário de incerteza política que, após o afastamento do Governador Protógenes Guimarães (com a saúde debilitada e incapaz de apaziguar a política fluminense), Amaral Peixoto foi nomeado interventor federal no Rio de Janeiro.

O início da carreira foi de grande valia e aprendizado para Amaral Peixoto, pois esteve na equipe de governo da Capital Federal e passou a auxiliar do Presidente da República. Neste sentido, tinha acesso e/ou participação em várias negociações políticas. Sobre este período inicial, encontramos algumas cartas em seu arquivo pessoal, mais precisamente no grupo “início da carreira política”. Neste grupo de cartas, nos deparamos com cópias de missivas que nem mesmo eram destinadas a sua pessoa, mas que tinham relação com a política brasileira, sobretudo no que se refere à Revolta Constitucionalista de 1932 e sobre o “Caso

¹⁹ Rafael Navarro Costa. **Op. Cit.** pp. 39-54.

Mineiro”. Sobre este último assunto, havia uma grande expectativa em torno da divulgação do nome do novo Interventor de Minas Gerais. Chegavam notícias de que havia uma predisposição por parte dos mineiros de não aceitar alguns nomes que vinham sendo cogitados para o cargo, o que poderia instalar uma crise política no país.

Saúde é o que desejo-te em companhia dos teus. Por aqui tudo está na mesma. Diga ao Sr. Presidente que a Força Pública continua sempre com a mesma disciplina, e o interventor que for nomeado será bem recebido. Não acredite em boatos. Responda-me urgente.²⁰

A tua saúde e dos teus é o que desejo. Será possível que o Capanema seja nomeado ministro? Consta isto por aqui. É preciso que os nossos amigos tenham conhecimento que quando ele se despediu dos comandantes das unidades da F.P., nos falou que a cousa aí estava muito ruim e devíamos acompanhá-lo, que ele iria para onde achasse mais conveniente, afim de não levar a F.P. para o abismo. Demonstrou mesmo estar contra o governo. É bom lembrar os nossos amigos que é conveniente mandar alguns comandantes com reserva – quando nos retiramos do palácio, procurei o chefe do E.M. e combinamos apoiar o Sr. Presidente Getúlio sem o Capanema, ficando resolvido o nosso apoio incondicionável, caso recebêssemos alguma ordem contra o Sr. Ditador. Guarde reserva desta e se for preciso mais esclarecimentos, mande aqui um portador de confiança. Estou admirado da falta de respostas das minhas cartas! Passa-me que não tem lhe interessado.²¹

As duas cartas enviadas ao então ajudante de ordens do Presidente demonstram a ligação que existia entre Peixoto e Vargas no período anterior ao Estado Novo. Além disso, evidenciam que Amaral já era uma figura importante e reconhecida pelos aliados de Vargas mesmo antes do Estado Novo e que já estava inserido nos meandros das articulações políticas.

Durante o período de sua interventoria, Amaral Peixoto conseguiu formar um extenso e influente grupo político. Para conseguir formar este grupo, o Interventor precisou costurar alianças por todo o estado. Entretanto, uma das características para assumir a interventoria em qualquer estado era a de que o Interventor fosse “estrangeiro”. Apesar de ser natural do estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto passou a maior parte de sua vida fora desta região e jamais havia ocupado qualquer cargo político no estado. Sua inserção na política foi na cidade

²⁰ Carta de Elpídio a Ernâni do Amaral Peixoto, em 28/10/1933. EAP ICP 33.10.28

²¹ Carta de Elpídio à Ernâni do Amaral Peixoto, em 20/01/1934. EAP ICP 33.10.28

do Rio de Janeiro, trabalhando com Pedro Ernesto Batista durante sua gestão na Prefeitura e, mais tarde, como ajudante de ordens de Getúlio Vargas.

Para conseguir dar prosseguimento aos projetos de sua interventoria, Amaral necessitava do apoio e do reconhecimento dos políticos fluminenses à sua administração. Para isso, utilizou-se de duas estratégias:

1) No início de seu governo, procurou associar-se a um grupo político que tinha representantes por todo o estado do Rio de Janeiro e era politicamente forte, os macedistas (liderados pela família Macedo Soares); aliado aos macedistas, conseguiu a penetração necessária para tornar-se conhecido no estado e, aos poucos, arregimentar aliados para suas bases.

2) A forma encontrada por Amaral para conquistar o apoio dos políticos foi realizar a política nos municípios, construindo as bases a partir deles para controlar a política estadual. Ao perceber que seu grupo começava a tomar forma, Amaral Peixoto rompeu com os macedistas e passou a controlar seu próprio grupo político.

Portanto, o que pretendemos neste capítulo é demonstrar quais foram as estratégias utilizadas por Amaral Peixoto para formar e articular este grupo político, que se consolidou e polarizou as disputas com o grupo macedista nas eleições posteriores à democratização.

3.3. A nova liderança e as diretrizes da política fluminense

Com referência ao seu desejo de receber sugestões sobre a administração do estado, envio-lhe dous velhos artigos meus. São de 1932, sendo que um deles refiro outro de 1929. Versam sobre o qual tive sempre opinião uniforme.

Veio depois a constituição democrática de 34 e nada haveria que fazer. Como a nova carta de 37 traça diretrizes muito próximas dos que ali estão enunciados, se o estado do Rio tiver de elaborar nova constituição, seria o caso de deixar a faculdade de adotarem as cidades o sistema técnico de administração pelo city manager, sem torná-lo, entretanto, obrigatório, principalmente pela falta de selecionamento dos técnicos nas primeiras épocas.

Mandei buscar o livro do Anhaia Mello sobre o assunto e vou lhe oferecer. Outro documento interessante é a Carta Municipal Modelo, organizada pela National Municipal League, dos Estados Unidos, de que tenho um exemplar.

Uma vantagem que vejo para o sistema em causa é que poderá congregar a todos: os democratas consideram-no como um aperfeiçoamento da democracia; os antidemocráticos, como de longa data me prezo de ser, julgam-no a substituição da mesma. Uns e outros concordam, porém, ser este um sistema que funciona melhor e que beneficia mais as populações. Este o ponto importante. Só para a politicagem será ele execrável, simplesmente porque significará a sua morte no foco mais intenso: o município.²²

Reproduzimos aqui, na íntegra, a carta destinada ao Comandante Ernani do Amaral Peixoto em 26/11/1937, assinada por Saturnino de Brito Filho. A carta faz referência à busca de orientações pelo Interventor para melhor controlar a política estadual. Observamos na carta que a indicação de seu missivista era para que o novo chefe do executivo estadual concentrasse o eixo de sua política nos municípios, que, segundo suas palavras, eram o “nascidouro”, o “núcleo de desenvolvimento da política” e o “foco mais intenso” das disputas políticas. Além disso, o remetente aponta para a questão do sistema de “valorização” dos municípios ser do agrado de diferentes grupos políticos, o que poderia facilitar a negociação política no estado.

Saturnino de Brito Filho cita em sua carta o City Manager e a National Municipal League, modelos de governo utilizados em cidades norte-americanas. Quanto à National Municipal League, foi um movimento organizado em 1894 que uniu vários grupos reformistas nas cidades americanas, que se espalhou por todo o país no século XX. Estes reformistas tinham como principal finalidade o banimento de governos locais corruptos e uma série de mudanças sociais e econômicas visando um melhor atendimento a todas as classes sociais das cidades. Foi a National Municipal League a responsável pela implementação dos sistemas de comissão (delegava toda a responsabilidade a um pequeno grupo de comissionários, cada um responsável por um único departamento) e pelo City Manager, no qual um prefeito – necessariamente um profissional treinado – administrava a cidade, sendo também responsável por uma assembléia eleita pelo

²² Carta de F. Saturnino de Brito Filho a Ernani do Amaral Peixoto, em 26/11/1937. EAP INT 37.11.23

povo. Essas duas formas de governo foram as mais utilizadas nas cidades americanas por pelo menos duas décadas.²³

O City Manager se diferencia do modelo de administração de cidades que conhecemos hoje, com as cidades sendo governadas por um Prefeito em um modelo de assembléia administrativa. Neste sistema, as principais funções e responsabilidades dos prefeitos seriam:

- Supervisão diária das operações de todos os departamentos da cidade;
- Supervisionar os chefes dos departamentos;
- Preparar, anualmente, um orçamento para a cidade com opções para serem votadas pela assembléia;
- Pesquisar e fazer recomendações sobre tópicos de interesse da Assembléia;
- Reunir-se com cidadãos ou grupos de cidadãos para melhor compreensão de suas necessidades;
- Demonstrar liderança executiva que encoraje a boa performance dos trabalhadores;
- Administrar a cidade com uma compreensão profissional de como todas as funções da cidade atuam juntas para obter seu melhor resultado;

Analisando as diretrizes básicas deste modelo, encontramos grandes diferenças entre o City manager e o modelo de administração que conhecemos. Percebemos que este é um modelo próprio do pensamento autoritário e tecnocrático. O Prefeito (City manager) não é eleito, é um funcionário que tem a responsabilidade de administrar o município, já que, neste modelo, governar é administrar tecnicamente. Podemos notar algumas diferenças também no que diz respeito ao poder da Assembléia neste modelo de administração. De acordo com as regras do City Manager, apesar dos prefeitos terem o poder de admissão e demissão dos empregados municipais, estas decisões devem ser aprovadas pela Assembléia, obedecendo às leis locais.²⁴

²³ Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article-77843>>."United States." Encyclopædia Britannica. 2008. Encyclopædia Britannica Online. Acesso em 19 de Fevereiro de 2008.

²⁴ Disponível em <<http://www.britannica.com/eb/article-77843>>."United States." Encyclopædia Britannica. 2008. Encyclopædia Britannica Online. Acesso em 19 de Fevereiro de 2008.

Não podemos afirmar que esta carta tenha sido decisiva ou um elemento-chave para o direcionamento que o interventor tomaria em seu governo. Entretanto, é fato que Amaral Peixoto construiu uma forte e eficiente máquina política, que lhe proporcionou uma estabilidade no cargo alcançada por poucos interventores neste período, baseada nas relações com as lideranças municipais.

Esta máquina política tinha suas peculiaridades. De acordo com a definição clássica de máquina política, sua estrutura está diretamente ligada aos interesses pessoais de seus líderes e se configura como uma organização política estável, com hierarquia definida e membros disciplinados. A máquina política começa a entrar em ação a partir da coletividade local, atuando na atenuação dos conflitos de classe, estabelecendo efeitos integradores em uma sociedade dispersa e desmobilizada, tornando-se capaz de favorecer os interesses específicos dos variados segmentos da população urbana. A máquina política era fortemente influenciada pela dimensão motivacional, baseando-se no poder de atração das recompensas materiais, com seus líderes utilizando-se muito pouco de uma ideologia, já que ela se caracterizava por um forte conteúdo clientelista. O sucesso da máquina política construída era medido através do voto, ou seja, a ação dos eleitores era um elemento indispensável para a configuração deste mecanismo.²⁵

A máquina política que Amaral Peixoto constrói durante o Estado Novo tem diferenças significativas se compararmos às características deste mecanismo citadas acima. O Estado Novo é um período com governo autoritário, logo não existia a ação dos eleitores. Portanto, esta é uma máquina diferente da relatada acima, tendo o interventor como ponto máximo (líder) e a chave para seu sucesso seria a articulação com as lideranças políticas estaduais e municipais, visando construir uma forte rede de aliados para garantir a estabilidade política. Amaral Peixoto deveria, então, estabelecer ligações com as principais lideranças estaduais, que por sua vez colocariam o interventor em contato com os chefes da política nas municipalidades. Desta forma, a chave para a manutenção desta máquina seria o sucesso na articulação com as lideranças políticas do estado e dos municípios, construindo um forte grupo para garantir a estabilidade política do governo.

²⁵ Eli Diniz. **Voto e Máquina Política**: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

A indicação por parte de Saturnino Brito e a montagem desta engrenagem com seu foco voltado para as municipalidades não foi uma medida aleatória por parte destes políticos, pois o Rio de Janeiro já havia passado por experiências como esta que foi proposta – e utilizada – pelo interventor.

Se não podemos dizer que Amaral Peixoto era um “iniciante” na política, é certo que ele não possuía estreitas ligações com os políticos fluminenses, o que, em tese, dificultaria o seu enraizamento na política estadual. É neste sentido, de conseguir uma aproximação com os líderes locais, que se constrói a aliança entre os macedistas e o novo interventor. Os municípios tiveram um papel muito importante no jogo político. Durante o Governo Provisório, os prefeitos passaram a ser nomeados e “vigiados” por um Conselho Consultivo. No período posterior (pós-1930), o Conselho Consultivo foi substituído pelo Departamento das Municipalidades, outro órgão ligado à administração estadual. Podemos perceber que no decorrer do período republicano, os municípios estiveram por um bom período cerceados em suas ações por órgãos estaduais de grande importância política, pois os prefeitos eram indicados para os cargos em momentos de transição e/ou autoritários, como era o período no qual Amaral Peixoto assumia o executivo estadual. Nestes períodos era muito importante para o governante estadual uma aproximação com os principais chefes locais, que apoiariam o governo estadual em troca de nomeações e da destinação de recursos aos municípios “aliados”.

A lógica da troca entre políticos está associada ao clientelismo, da “lógica da dádiva”. Entretanto, não devemos considerar esta prática como algo nocivo à sociedade. Neste aspecto, estamos trabalhando com a idéia de que a relação de patronagem e clientelismo possuem uma autonomia e racionalidade, comprovadas pelos conjuntos de regras existentes em torno de tais práticas, como a obrigação da reciprocidade e a personalização das relações políticas.

3.4. Interventor e líderes locais em contato: A formação do amaralismo

O apoio de José Eduardo de Macedo Soares, o grande articulador da política estadual, foi fundamental para que Amaral Peixoto ganhasse prestígio e respeito no estado. Entretanto, o que era um suporte ao seu governo transformou-se, em

1938, em oposição: o interventor rompe sua aliança com Macedo Soares e boa parte do grupo que o acompanhava. Com o rompimento, passava a ser cada vez mais importante o controle do interventor na política municipal, pois ele precisaria construir o seu próprio grupo político.²⁶

Quando Macedo Soares resolveu apoiar a indicação de Amaral Peixoto ao cargo de Interventor, o que ocorreu ainda antes do início do Estado Novo devido ao afastamento do então governador Protógenes Guimarães, a intenção do “cacique macedista” era a de que o novo governante não criasse raízes no poder estadual e que o Presidente da República o nomeasse para o cargo de Interventor após a instalação do Estado Novo.²⁷ Contudo, os planos dos macedistas não se concretizaram em nenhum dos aspectos: Amaral Peixoto ganhava prestígio e força política no estado e Vargas não o nomeou para o cargo que pretendia. Desta forma, Macedo Soares deveria novamente reunir seu grupo político e articular com suas bases estratégias políticas para retomar o controle do estado.

Apesar do rompimento com os macedistas, Amaral Peixoto conseguiu ter um grande contingente de lideranças políticas ao seu lado. Além de cooptar para suas fileiras alguns dos antigos adeptos do grupo de Macedo Soares, o Comandante teria o apoio incondicional dos opositores ao grupo de seu antigo aliado. Mesmo com a aliança feita com a família Macedo Soares, Amaral Peixoto tinha desde o início de sua administração, ligações com membros de outras correntes políticas. Estas ligações acabaram favorecendo a montagem de seu próprio grupo político após o rompimento com José Eduardo Macedo Soares. Além desta ligação, Amaral Peixoto tinha a seu favor um importante mecanismo criado para a regulação da política municipal: o Departamento das Municipalidades, criado antes de sua administração, mas ganhando uma organização funcional durante o Estado Novo.

Caberia ao Departamento das Municipalidades um papel fundamental na aproximação e cooptação dos líderes municipais, já que este órgão era responsável pelo controle econômico dos municípios. Para chefiar este órgão, o interventor nomeou Mário Alves da Fonseca, político influente em diversos municípios do estado. O objetivo desta nomeação foi, portanto, conseguir um importante aliado

²⁶ Aspásia Camargo (org.). **Op. cit.**

²⁷ Sílvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Op. cit.**

para seu projeto político e um canal de comunicação eficaz com as lideranças locais.²⁸ O que tentaremos demonstrar agora é de que forma o “estrangeiro” Amaral Peixoto construiu essa relação com os políticos locais, possibilitando o funcionamento de sua máquina política. Começaremos este exercício com uma carta enviada a todos os prefeitos de municípios fluminenses:

Senhores prefeitos

Quando deliberei convocar-vos para esta reunião, estava certo de que ela seria compreendida na sua exata finalidade administrativa: em vários municípios do estado já se havia reunido, em várias épocas diferentes, os prefeitos das respectivas zonas, no propósito de coordenar as suas atividades em face dos problemas que reciprocamente lhes interessam.

As condições em que se encontram as municipalidades fluminenses, em sua maioria, indicam a conveniência e, mais do que isso, a necessidade imperiosa dessa coordenação: são muitas as questões que reclamam solução e inúmeras as necessidades do seu progresso, mas os recursos disponíveis são parcos e insuficientes. O entendimento entre os prefeitos, para melhor aplicação destes recursos, torna-se, dessa forma, rigorosamente indispensável e necessário, e o estado, na sua política de supervisão das atividades administrativas das prefeituras, cumpre indeclinável dever promovendo e realizando essa coordenação, que se impõe à vida fluminense como fator incoercível do seu progresso.

Há muito que fazer no círculo das administrações municipais, afim de que estas não só se coloquem ao nível em que se opera a grande obra de reconstrução nacional, executada sob as inspirações do Estado Novo, como também para que possam acelerar o ritmo de seu desenvolvimento e mais eficientemente garantir a sua colaboração no ressurgimento do Estado do Rio.²⁹

Por esta carta que Amaral Peixoto enviou aos prefeitos fluminenses, podemos perceber a importância dos municípios para o interventor. Reuniões como esta não consistia em uma prática isolada, pois o comandante dedicava sempre um dia por semana para receber os prefeitos. Como o documento não foi datado (trata-se, provavelmente, de um rascunho), não podemos precisar a data em que foi remetido. Entretanto, as páginas que seguem a aqui transcrita, versam sobre os projetos que o interventor tinha para o estado e não faz qualquer balanço sobre realizações de seu governo. Portanto, é provável que tal carta tenha sido escrita no início do período da sua interventoria.

²⁸ Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Ibid.**

²⁹ EAP INT 37.11.23. Não consta a data em que foi remetida ou escrita.

Nesta missiva notamos a intenção de seu remetente em marcar algumas posições. A primeira delas é a da necessidade de haver uma coordenação entre as prefeituras, para que assim fosse possível atender a todas as demandas de cada uma delas. A segunda é o papel do Estado neste momento. Como político articulado que foi, o interventor aponta o Estado como supervisor desta coordenação e da administração, deixando claro que não haveria uma intervenção sua nos assuntos locais. O terceiro e último ponto que destacaremos é a parte final desta missiva, na qual ressalta a importância da esfera municipal na reconstrução e reorganização do estado e também do país. Com esta atitude e posições bem definidas, Amaral Peixoto visava trazer para seu lado o apoio destes líderes locais, alcançando assim estabilidade.

Outra forma para entrar em contato com prefeitos e lideranças locais, eram as constantes viagens ao interior do estado – tática esta que já havia obtido sucesso na interventoria de Ari Parreiras (1932-1935), quando o interventor visitou os municípios para fiscalizar as administrações municipais e negociar apoio para seu governo.³⁰ Percorrendo todo o estado, o Interventor conseguia angariar cada vez mais adeptos para seu grupo. Nestas incursões pelos municípios, com a justificativa de avaliar o andamento de realizações de seu governo, era comum que o interventor realizasse reuniões com as principais lideranças dos municípios. Segundo o próprio Amaral, era preciso ter muita habilidade para negociar com estes políticos, pois os municípios do interior do estado tinham quase sempre dois grupos importantes e um deles estaria sempre fora do poder. Por isso, era necessário que mesmo apoiando o grupo que governava a cidade naquele momento, não deixar “desamparado” aqueles que não estivessem ocupando os principais cargos da administração municipal. Dessa forma, Amaral conseguiu em várias oportunidades reunir tradicionais adversários na política municipal em um mesmo grupo.³¹ De acordo com o próprio Amaral Peixoto, as viagens eram um meio de articular-se com todos os grupos políticos do estado, possibilitando uma ampliação em sua rede de relações, como podemos ver em suas declarações:

³⁰ Ver Rafael Navarro Costa. **Op. Cit.**

³¹ Aspásia Camargo. **Artes da Política: Diálogo com Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

Aos poucos fui me inteirando dos problemas fluminenses. Comecei a viajar de outra maneira, quase sozinho, com um ou dois secretários, hospedando-me em numa casa de família ou em hotel. De preferência em hotel, porque às vezes na casa de um chefe político o outro é inimigo e não vai. [...] Minha preocupação era fazer contato com o maior número de pessoas para não ficar entregue a um grupo. [...] Eu recebia informações de muita gente: alguns do grupo do José Eduardo se identificaram comigo, e eu também tinha amigos no Estado. Depois, com as viagens, fiz contatos com os homens do interior e encontrei muita gente boa. E esses homens, vendo que eu não estava fazendo uma política de perseguição, passaram a me procurar. Sempre procurei não ficar preso a uma determinada corrente.³²

As reuniões e as viagens eram instrumentos importantes para o estabelecimento de relações com as lideranças municipais. Entretanto, ainda existia outro mecanismo capaz de angariar aliados: a nomeação dos prefeitos. Esta nomeação feita pelo Interventor tinha como finalidade controlar a política do estado. Todavia, para que seu efeito não fosse o inverso e causasse a desestabilização do interventor, era de extrema importância saber quem nomear e a hora de fazê-lo, assim como identificar o momento de realizar a troca de comando nas prefeituras. Amaral Peixoto, no início de sua interventoria, adotou a estratégia de mudar o mínimo possível e acatar indicações de aliados políticos para os cargos de Prefeito em que as alterações seriam necessárias:

[...] sempre que não havia nada contra o Prefeito, eu o conservava. Mas em alguns casos aceitei indicações. O prefeito de Niterói, por exemplo, Brandão Júnior, foi indicado pelo José Eduardo. Mesmo depois do meu rompimento com o José Eduardo, eu não o afastei. [...] Aceitei também prefeitos indicados pelo César Tinoco, que era um homem muito bom. Agora, quando eu nomeava, impunha uma condição: ‘Aceito indicações. Vocês indicam, e eu nomeio. Mas depois não aceito ingerência. Se achar que o prefeito não está agindo bem, exonero’³³.

O trecho da entrevista citado acima deixa evidente a estratégia utilizada pelo Interventor no tocante à nomeação dos prefeitos. Para agradar àqueles que lhe davam sustentação nos primeiros momentos da interventoria, acatava seus “pedidos”. Entretanto, buscava nomear integrantes de várias correntes políticas do estado para que sua infiltração na política fluminense ocorresse de forma rápida e

³² Aspásia Camargo. *Op.cit.* P. 156-157.

³³ *Ibid.* p. 159.

com sucesso. Percebemos, porém, que após acatar as indicações o Comandante fazia questão de gerenciar os prefeitos. Se no início de sua administração procurou manter os que já exerciam estes cargos, com a intenção de não causar agitações políticas no estado, no decorrer de sua interventoria os prefeitos passaram a ser substituídos com frequência. Dos 51 municípios, apenas 11 deles mantiveram seus prefeitos por todo o período da interventoria Amaral Peixoto. Esta constante substituição foi a melhor maneira encontrada pelas lideranças estaduais para manter os municípios alinhados com o estado e também a maneira de agradecer aos diversos grupos políticos existentes.

A negociação e o jogo político nesta esfera eram intensos e todos os grupos locais se reportavam ao interventor fazendo acusações ou requerendo investigação na política de seu município, como podemos ver na seguinte carta:

Meu caro amigo e interventor

Há tempo que venho sendo assediado por amigos residentes em Mangaratiba para conseguir a substituição do atual prefeito, Sr. José Alves de Souza e Silva, que no consenso geral não está a altura do cargo.

Não o procurei a mais tempo para tratar deste assunto porque não havia uma acusação formal e categórica, apesar de eu ter pessoalmente assistido atos pouco abonadores para uma autoridade [...]. Dentro de poucos dias estarei residindo definitivamente em Mangaratiba e, para mim, seria bastante desagradável ter como autoridade a quem devo respeito esse sr. que não me tolera, por eu ter levado a Mangaratiba o genro do chefe do governo e o sogro da filha do chefe do governo, e não os ter apresentado a ele.

Há graves acusações entre os moradores de Mangaratiba contra o seu prefeito, e estou certo de que se mandasse pessoa de sua confiança fazer um inquérito, aparecerá muita verdade [...].³⁴

O remetente desta carta é Valdemar Corrêa e através dela abordaremos alguns pontos importantes da política neste período. Notamos, primeiramente, que o missivista iniciou sua carta dando a entender que a enviara em nome de um grupo de pessoas descontentes com o prefeito de Mangaratiba, que lhe cobravam alguma medida à respeito. Este fato nos faz pensar que Valdemar Corrêa era uma personalidade conhecida no município e que desfrutava de algum prestígio no

³⁴ Carta de Valdemar Corrêa a Ernani do Amaral Peixoto, em 20/02/1940. EAP INT 37.11.23

meio político. Entretanto, este caráter público de seu pedido logo deixa de ser o principal viés da missiva. Logo depois de fazer esta queixa dos moradores de Mangaratiba, o autor passa a apontar motivações pessoais para criticar o prefeito José Alves de Souza e Silva, fazendo com que a política assumisse um caráter personalista. Por fim, ao encerrar sua carta, Valdemar volta a falar em nome dos moradores da região e pede a instauração de um inquérito para que fossem apuradas as irregularidades que denunciou ao interventor no restante desta carta. Notamos que as denúncias e/ou pedidos de substituição dos prefeitos podem incorporar não só os fatos políticos, mas os de âmbito pessoal, o que dificulta a ação do governo estadual e faz necessária a negociação em todas as frentes nos municípios. Outras duas cartas podem também ser citadas aqui, ratificando estes elementos que apontamos:

Exmo. Snr.

Há dias levei ao conhecimento de V. Excia., por intermédio dos meus amigos, vossos dignos auxiliares, Dr. Mario Aloísio Cardoso Miranda e Mario Criciúma Paranhos o que se passa com o governo municipal. Sei que o prefeito, com o Dr. Walter, fizeram um relatório muito bonito, justificando e desfazendo o que eu disse e reafirmo aqui [...]. Em S. Fidelis V. Excia. verificou irregularidades do prefeito, aqui não tem nada mal feito porque ele não fez e não faz nada. Só o que faz é cobrar impostos. [...] Não ouça V. Excia relatórios, porém, mande verificar.³⁵

A carta, assinada por Jorcelino Lemgruber Portugal, diz respeito à administração do prefeito de Petrópolis. Assim como na missiva anterior, existe a reclamação veemente por parte do remetente de irregularidades do prefeito e o pedido para que fossem verificadas. Entretanto, observamos que o modo de tratamento dado ao interventor é diferente, o que pode nos indicar a proximidade que o primeiro possuía com Amaral Peixoto e que o segundo mantinha uma relação distante, executada apenas quando estritamente necessária. Esta diferença na relação com o interventor é uma das explicações para o fato do primeiro missivista (Valdemar Corrêa) ter utilizado divergências pessoais em suas reclamações, no intento de tentar convencê-lo que a mudança do prefeito se fazia necessária.

³⁵ Carta de Jorcelino Lemgruber Portugal a Amaral Peixoto, em 06/03/1940. EAP INT 37.11.23

As reclamações também poderiam aparecer de forma sutil, como na carta enviada por Ruy de Almeida ao interventor. Ao elogiar o prefeito de Pirai, Almeida fez o seguinte comentário sobre o município em que desenvolvia suas atividades:

[...] como filho de Pádua, com interesses de toda a ordem ligados a este município do Norte Fluminense, espero que o honrado interventor e prezado amigo dará a minha cidade, quando possível, prefeito semelhante ao que tem, felizmente, Pirai.³⁶

Por estas missivas, podemos perceber que as negociações eram intensas e constantes. Por estes motivos, o Interventor cercava-se de cuidados quando o assunto era a nomeação para o executivo municipal. A carta transcrita abaixo, além de evidenciar também a negociação sobre a qual nos referimos acima, pode nos auxiliar a entender quais eram os procedimentos adotados por Amaral Peixoto para fazer as indicações:

Confidencial

Amaral amigo

Conforme nossa palestra de ontem, acabo de receber informações seguras sobre o Dr. Geraldo Monteiro de Rezende. É um adventício em S. Fidélis, onde foi a cata de emprego. Cunhado do gerente do banco ali, foi – por insistência deste – indicado pelo juiz para o cargo de delegado, no qual se tem conduzido de maneira reprovável. É da mesma facção do Bráulio. Anda ostensivamente armado com dois revólveres, como se estivesse em pleno *farwest*, e espanca até crianças. Sei também que é protegido do Tenente Coracy, o qual o inculca por ali como o futuro prefeito.

Se você me permitisse a liberdade de apresentar-lhe alguma sugestão a propósito do caso de minha infeliz terra, eu indicaria alguns nomes de homens honestos e capazes, filhos dedicados de São Fidélis, que muito poderiam auxiliar a sua administração no trabalho benemérito de sanear a vida política e administrativa do estado do Rio. São eles: Sady Clerier, inspetor das municipalidades; Olavo Alves Cirino, fazendeiro e proprietário; Gualter Dutra Fernandes, contador e proprietário e Raul Oscar Veiga, advogado, culto e trabalhador, meu tio, que está afastado da politicalha local e conhece bem os problemas e as necessidades do município. Aí tem você, meu bom amigo, os nomes capazes de promoverem a tranqüilidade e o progresso da minha terra, engrandecendo e

³⁶ Carta de Ruy de Almeida a Ernani do Amaral Peixoto, em 07/02/1941. EAP INT 37.11.23

honrando ao mesmo tempo o governo de justiça, serenidade e larga visão com que você vem fazendo a felicidade do nosso estado [...].³⁷

Analisando o trecho citado, observamos que o interventor havia pedido ao remetente desta carta (Aguinaldo) informações sobre um possível candidato a cargo político em São Fidélis. Na carta, Aguinaldo não só informa tudo que conseguiu reunir sobre o Dr. Geraldo Monteiro de Rezende: percebendo o “quadro negativo” acerca do investigado, passa a indicar nomes para ocuparem o referido cargo. Este era apenas o início do processo, pois após a coleta de informações, os que fossem aprovados seriam submetidos à uma “sabatina” com os secretários do governo estadual e com o próprio Amaral Peixoto. Esta prática era utilizada também para verificar se era viável ou não a manutenção do prefeito no poder.³⁸ As entrevistas não eram apenas um mecanismo para atestar a capacidade dos postulantes ao cargo, mas uma forma de tornar esta escolha uma atitude personalística. Mantendo contato com os candidatos, o interventor teria a oportunidade de se aproximar dos políticos e fazer com que percebessem quão importante seria para suas carreiras políticas manterem-se ao lado do grupo amaralista. Podemos dizer, então, que Amaral Peixoto utilizou-se das reuniões com os prefeitos, das viagens ao interior e das “entrevistas” realizadas com pretendentes interessados na manutenção de seus cargos ou a ingressar na administração municipal como estratégias para conseguir formar seu grupo político e alcançar estabilidade na política fluminense.

3.5. Negociação política e clientelismo no Estado Novo

Antes de analisarmos a natureza das relações entre o interventor e os chefes políticos locais, faremos uma discussão acerca do clientelismo. Para iniciarmos esta discussão, utilizaremos aqui a definição do conceito elaborada por José Murilo de Carvalho:

De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais,

³⁷ Carta, assinada por Aguinaldo, a Amaral Peixoto, em 09/03/1940. EAP INT 37.11.23

³⁸ Aspásia Camargo. **Op. cit.**

isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. [...] Clientelismo seria um atributo variável de grandes sistemas políticos. Tais sistemas podem conter maior ou menor dose de clientelismo nas relações entre atores políticos. [...] Clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral. Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos [...]. De algum modo, como o mandonismo, o clientelismo perpassa toda a história política do país.³⁹

A definição de clientelismo do autor citado tem como principal objetivo diferenciar este fenômeno da política brasileira de outros dois muito utilizados: coronelismo e mandonismo. É importante salientarmos que a negociação que envolvia interventor e lideranças dos municípios fluminenses estavam baseadas em relações clientelísticas. Evidentemente, é muito provável que no interior do estado ainda houvesse os “coronéis”. Entretanto, o sistema do coronelismo envolvia relações de troca desde o governo federal até as instâncias de poder dos municípios, aonde estes “coronéis” asseguravam os votos necessários para a permanência dos grupos envolvidos no poder. O clientelismo passa necessariamente pelo princípio da dádiva, que regulamenta o sentimento de lealdade e pertencimento a um determinado grupo. De acordo com Kuschnir, “o eleitor, ao invés de se identificar com seu grupo ou classe, como trabalhador e cidadão, se identifica como beneficiário de um político influente, tornando a política inacessível sem a interferência das relações pessoais”.⁴⁰

Durante o Estado Novo (1937-1945) houve um fortalecimento da centralização e do corporativismo. Entretanto, estas práticas não fizeram com que o clientelismo desaparecesse de cena na política brasileira. Todavia, os recursos utilizados para esta prática estavam, agora, também nas mãos do governo federal.

No caso particular da Interventoria de Amaral Peixoto, o que ele buscava não era o voto dos eleitores, mas o apoio dos líderes da política municipal ao seu governo e construir alianças que seriam capazes de fortalecer ainda mais seu grupo político. Se as viagens, as reuniões com os prefeitos e as entrevistas com líderes políticos constituíram um tripé para a formação do grupo político, o clientelismo foi o mecanismo para manter esse grupo coeso.

³⁹ José Murilo de Carvalho. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. In: **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

⁴⁰ Karina Kuschnir. **O cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. P.141.

Os contatos pessoais do interventor com os principais líderes políticos municipais, visando à montagem do seu grupo político, foram um meio encontrado pelo comandante para não ficar dependente de qualquer corrente política. Para assegurar o apoio destes chefes (não somente os prefeitos, mas todas as lideranças que possuíam influência nas localidades), Amaral utilizou-se de práticas clientelísticas, como nos indicam as seguintes cartas:

Estamos muito reconhecidos por sua intervenção em favor do nosso filho.
Saudações

Silvio Bastos Tavares e Senhora⁴¹

Meu prezado amigo comandante Amaral Peixoto. Abraços

Retardei estas linhas. O que eu queria era voltar aí, afim de pessoalmente levar-lhe meus sinceros e melhores agradecimentos pelo justo aproveitamento do querido amigo e distinto colega Sr. Adamastor Dias de Pinho. Sua nomeação para promotor adjunto de Duas Barras foi um grande favor que você me fez.

M. Paulo Filho⁴²

Podemos perceber por estas duas cartas que as práticas clientelísticas adotadas pelo interventor diziam respeito, principalmente, a concessão de cargos públicos e/ou políticos. Uma outra vertente desta prática, também muito freqüente pelo número de missivas que encontramos sobre este tema no arquivo Ernani do Amaral Peixoto, era a concessão de licenças para instalação de fábricas e/ou de isenção total ou parcial de impostos visto que muitos líderes locais eram usineiros. Agindo desta maneira, o interventor conseguia se articular com as principais chefias dos municípios fluminenses através das benesses e favores dispensados a elas.

Podemos afirmar que a formação do amaralismo no Rio de Janeiro teve como suporte as municipalidades. Foi na esfera municipal que Ernani do Amaral Peixoto conseguiu arregimentar para seu grupo político grande contingente de políticos, que possibilitou a formação de seu extenso grupo. O passo decisivo dado pelo comandante foi o de negociar não só com os prefeitos, mas de incluir

⁴¹ Telegrama de Silvio Bastos Tavares a Ernani do Amaral Peixoto, s/d. EAP INT 37.11.23

⁴² Carta de M. Paulo Filho a Ernani do Amaral Peixoto, em 10/12/1939. EAP INT 37.11.23

nas suas fileiras o maior número de lideranças locais e influentes. Assim sendo, Amaral estava livre de ter em cargos importantes adversários políticos, mesmo depois do rompimento com José Eduardo de Macedo Soares. Vimos também que as práticas clientelísticas permaneceram na política fluminense por bastante tempo, sendo a concessão de cargos e benesses uma das formas mais eficazes de cooptação de aliados.

Podemos dizer ainda que o projeto político da interventoria Amaral Peixoto de sedimentar um bloco político foi bem sucedido, uma vez que ele se manteve estável em seu cargo durante todo o Estado Novo e, posteriormente, com a democratização do país, comandou a formação do PSD no Rio de Janeiro. Sob sua liderança, o PSD conseguiu manter-se no poder por quase duas décadas. As inúmeras cartas de apoio de políticos locais encontradas em seu arquivo que datam do período de instalação deste partido e a adesão de grande parte dos políticos influentes do estado ao partido fundado pelo Interventor nos permitem concluir o sucesso do projeto desenvolvido pelo comandante nos oito anos de interventoria.

A “raposa” em tempos democráticos

Com o fim do Estado Novo, teve início o primeiro período democrático do Brasil. Uma das transformações mais importantes no campo político no período do pós-1945 foi a criação dos partidos nacionais, entre os quais destacamos o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN).

Como observamos no capítulo anterior, os interventores mais influentes durante o Estado Novo e o Ministro Alexandre Marcondes Filho elaboravam estratégias para as eleições que ocorreriam em 1945 e como os grupos políticos seriam organizados para esta disputa. Apesar das cartas trocadas por Amaral Peixoto e Agamenom Magalhães revelarem uma apreensão por parte do grupo varguista pela organização de partidos com base nacional, este foi o procedimento realizado.¹

Com a definição das regras eleitorais para a disputa do pleito, os grupos políticos começaram a se organizar em partidos legalmente constituídos. Os interventores, que controlavam a máquina política estadual, articularam-se e formaram o PSD, o maior partido político do Brasil durante este período, contando com uma base rural. Pelo fato de ser organizado pelos interventores, já nas primeiras eleições presidenciais o PSD apresentou diretórios estaduais em todo o Brasil. Também devido à sua origem ligada à máquina administrativa do Estado Novo, foi o partido que formou as bancadas mais expressivas entre 1945 e 1964.

No início deste período, a UDN, formada pelos anti-getulistas, era o segundo partido mais forte do país. Inspirada no Manifesto dos Mineiros, a UDN reivindicava a democratização das instituições políticas nacionais. Sua base era um pouco mais urbana que a do PSD, mas conseguia uma boa penetração na área

¹ A “Lei Agamenom” foi responsável pela regulamentação das disputas eleitorais de 1945. De acordo com esta lei, os partidos deveriam apresentar bases nacionais para que conseguissem seu registro, apresentando pelo menos 10 mil eleitores distribuídos por 5 estados e nenhum destes com menos de 500 assinaturas, além de zelar pelos princípios democráticos e dos direitos fundamentais do homem. Além disso, estabelecia que somente pudessem concorrer candidatos registrados pelos partidos políticos e permitia o alistamento *ex-officio*, como forma de agilizar o alistamento eleitoral. Maria do Carmo Campello de Souza. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

rural. Dos três maiores partidos deste período, era o único que não possuía qualquer ligação com a máquina política do Estado Novo.

Como os interventores formaram o PSD com base rural, Vargas e Marcondes Filho, impulsionados pelo movimento queremista, organizaram o PTB, terceiro maior partido do período e o que mais cresceu nesses quase vinte anos. Diferentemente dos partidos anteriores, a base do PTB era urbana. Para formar um partido de base trabalhista, Vargas aproveitou-se da estrutura sindical organizada por ele após 1930. Portanto, o PTB garantia ao grupo varguista e ao PSD os votos oriundos dos centros urbanos.

De acordo com Mainwaring², estes partidos podem ser considerados modernos partidos de massa, pois se tornaram importantes atores do sistema político. As principais características destes partidos modernos eram as de configurarem importantes veículos para o acesso ao poder, organização em escala nacional e a necessidade de atrair as massas para a obtenção dos votos. As elites, que de forma personalista controlavam a política brasileira até então, dependeriam dos partidos e dos cidadãos para ter acesso ao poder.

4.1. A formação do PSD fluminense

O Comandante que o fundou fez muitas amizades e obras públicas durante seu tempo da interventoria, chegando a observar-se um surto de desenvolvimento, ainda que incipiente, o que contrastava com a situação anterior. Durante os sete anos de governo, o Comandante nomeou tabeliões, coletores e juizes, todos importantes figuras na política. Vários cargos foram criados e preenchidos para organizar a máquina administrativa do Estado... com esta máquina foi fundado o PSD: forte, invencível, monolítico.³

A organização do PSD pelos interventores tinha por objetivos manter coeso o grupo formado no decorrer do Estado Novo e propiciar a continuação desta elite política no poder, participando efetivamente da transição para o regime democrático. O PSD, sem dúvida, foi um partido criado de cima para baixo e fortemente centralizado. Podemos caracterizá-lo também como um partido de

² Scott P. Mainwaring. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

³ Relato de Badger da Silveira in: Lúcia Lippi. **O Partido Social Democrático**. mimeo, 1972, Tese de Mestrado. IUPERJ, Rio de Janeiro. Apud. Maria do Carmo Campello de Souza. **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-ômega, 1976. P. 110.

quadros, que, segundo Hippolito, “é basicamente composto de notáveis, que preparam eleições, conduzem-nas e mantém contato com os candidatos”.⁴ Percebemos, então, que o PSD possuía características de partidos de quadros por sua formação, mas sua atuação refletia a de um partido de massa, já que dependia das massas para chegar ao poder.

Entre estes “notáveis”, encontramos Amaral Peixoto. Com o destaque conquistado durante o período do Estado Novo, tornou-se uma figura importante no jogo político nacional, sendo um dos responsáveis pela negociação que culminou com a Lei Agamenom. Além disso, como já havia consolidado seu grupo político no estado do Rio de Janeiro e desfrutava de grande respeito e prestígio na política estadual e nacional, foi um dos responsáveis por conduzir a formação do PSD em nível nacional e também no estado do Rio de Janeiro, sendo, inclusive, Presidente nacional do partido durante mais de uma década.

Entretanto, o que nos interessa aqui é a formação do diretório estadual, a formação do PSD fluminense. O ponto de partida para a formação dos diretórios estaduais dos partidos era a adesão dos prefeitos, que eram as lideranças políticas locais, que, normalmente, pertenciam às famílias tradicionais dos municípios, com um longo histórico de poder nas localidades. O partido que conseguisse trazer para seus quadros o maior número de prefeitos, provavelmente, conseguiria um resultado mais expressivo nas eleições.

Amaral Peixoto confirmou na entrevista concedida à Aspásia Camargo sua estratégia para a formação dos quadros do PSD:

Dei preferência aos prefeitos, ou através deles a uma figura exponencial que dominasse o município. Nem sempre era o prefeito a maior força. Sempre há um grupo importante, e em torno desse grupo eu procurava articular.⁵

A opção pelos prefeitos ou por nomes ligados a eles é justificada também por facilitar a organização dos diretórios municipais do partido. Entretanto, diferente da medida tomada por Benedito Valadares em Minas Gerais, que convocou todos os prefeitos ao Palácio e solicitou o ingresso dos mesmos no

⁴ Lucia Hippolito. **De Raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁵ Aspásia Camargo (org.). **Op.cit.**

partido, Amaral preferiu a negociação particular, muitas vezes deslocando-se para os municípios e conduzindo pessoalmente a negociação:

Eu não poderia fazer como o Benedito, porque havia prefeitos que não eram inteiramente ligados a mim. Isso mostra que eu não fazia uma política facciosa. Havia prefeitos nos quais eu não tinha confiança, e esses eu não podia aproveitar.⁶

Estes prefeitos que o interventor Amaral Peixoto não tinha total confiança eram os homens indicados por Macedo Soares no início de sua interventoria. Partindo da premissa de não mexer em peças estratégicas no tabuleiro do jogo político, Amaral manteve alguns nomes indicados pelo seu, agora, opositor nas prefeituras. Desta forma, tinha a premissa de utilizar a argumentação de que não fazia jogo político, mas que aproveitava os mais capazes para os cargos. Entretanto, esta política fez com que, em alguns municípios, os prefeitos não estivessem alinhados com o interventor e não aderissem ao PSD. Nestes casos, Amaral Peixoto já tinha preparada sua estratégia para a montagem dos diretórios municipais sem o chefe do poder executivo municipal. Mais uma vez, destacamos a presença do Interventor nos municípios, aproveitando-se de sua influência para fortalecer seu partido:

Em alguns lugares como Campos, Petrópolis e Cabo Frio, isso foi feito pessoalmente por mim porque eu conhecia os homens. [...] Em outros lugares eu delegava poderes a outras pessoas, porque não era possível correr todos os municípios.⁷

Amaral Peixoto privilegiava visitar os municípios em que existiam duas famílias muito tradicionais (e rivais na questão política) e aqueles em que o prefeito não era um de seus homens de confiança. Assim, conseguia atrair muitos políticos para o PSD, pois sua presença nestes municípios representava, na visão dos políticos locais, a importância daquela localidade e de seus políticos para a política estadual, representada pelo seu grande líder naquele momento.

Durante o período da montagem destes diretórios municipais, foram inúmeras as cartas recebidas por Amaral Peixoto sinalizando o apoio e a adesão

⁶ Ibid. p. 236.

⁷ Ibid. p. 236.

dos políticos fluminenses ao PSD. Desde cartas manifestando apoio à criação do partido até missivas que desmentiam a articulação de nomes até então ligados ao interventor que estariam trabalhando para formar o diretório de partidos de oposição ao PSD nos municípios fluminenses, como a carta enviada por Coletto da Silva Freire Júnior, político de São Sebastião do Alto:

Niterói, 19/10/1945

Exmo. Snr. Comandante Ernani do Amaral Peixoto

Tendo chegado ao meu conhecimento, por intermédio de terceiras pessoas, que, talvez, o meu nome venha constituir objeto de consideração para uma possível reconstituição do Diretório oposicionista do Município de São Sebastião do Alto, venho, pelo presente, declarar a V. Excia. que em absoluto concordarei com a inclusão do meu obscuro nome na formação de quaisquer diretórios oposicionistas.⁸

As cartas manifestando o apoio e adesão ao PSD e também de apoio a candidatura de Amaral Peixoto ao governo, assim como a do político de São Sebastião do Alto, que refuta qualquer possibilidade de ingressar em partidos oposicionistas, indicam quão sólido era o grupo amaralista neste período. Para os políticos fluminenses era importante estar do mesmo lado do líder político de maior destaque no momento, que não apenas pertencia ao PSD, mas era um de seus fundadores.

Formados os diretórios municipais e estadual do partido, foi marcada uma convenção para a escolha dos nomes que iriam compor a chapa do PSD-RJ nas eleições de 1946. Nesta convenção, realizada em 27 de outubro formou-se a chapa e foi escolhido o candidato do PSD ao pleito que elegeria o novo Governador do Estado. Amaral Peixoto foi o nome indicado pelos membros do partido e o Interventor anunciou que iria se desligar do cargo que ocupava, transmitindo-o a Alfredo Neves. Entretanto, a estratégia dos pessedistas e amaralistas sofreu um golpe em 29 de outubro, com a deposição de Getúlio Vargas.

Apesar da deposição, o PSD conseguiu um grande desempenho nas eleições realizadas em 1946: além de eleger o Presidente da República (General Eurico Gaspar Dutra), conseguiu eleger mais da metade dos parlamentares que compuseram a Assembléia Constituinte. No estado do Rio, o PSD elegeu os dois

⁸ Carta enviada por Coletto da Silva Freire Júnior a Amaral Peixoto em 19/10/1945. Arquivo EAP 45.10.19, Pasta I.

senadores e dez dos dezessete Deputados que o estado tinha direito na Câmara Federal. Entretanto, o que parecia resultar em um domínio amplo e irrestrito do PSD nas eleições estaduais que se realizariam no ano seguinte não se confirmou.

4.2. Os amaralistas sofrem o primeiro revés: a interventoria Hugo Silva e o fortalecimento da UDN

A tática de Amaral Peixoto ao indicar Alfredo Neves para ocupar a interventoria era a de manter alguém do seu grupo e de extrema confiança no poder, possibilitando a continuidade de seu trabalho e de sua influência nos municípios fluminenses, como forma de conquistar a vitória no próximo pleito sem nenhum tipo de sobressalto. Entretanto, com a deposição de Getúlio Vargas, o governo provisório de José Linhares e o governo de Dutra, a expectativa de manter seu grupo no comando do estado do Rio de Janeiro não se confirmou. O chefe do executivo nacional dificultou a relação entre o grupo amaralista e os políticos locais. A mudança de rumo na política fluminense gerou grande descontentamento entre os pessedistas e amaralistas, podendo ser sintetizado pela carta enviada por J. Costa Sobrinho, membro do PSD de Cantagalo:

Um dos secretários do Diretório Municipal do PSD em Cantagalo e seu representante junto á respectiva Comissão Executiva, não é, entretanto, nessa qualidade que me dirijo ao eminente chefe. Faço-o, apenas, como eleitor do partido, sem ter ouvido sequer o Cel. Marcelino, grande amigo e grande Cantagalense, guia seguro das atividades partidárias neste setor. Sou testemunha e participe da inquietação de nossos correligionários [...]. Acredito que aos ouvidos do Sr. Comandante já tenha chegado o rumor dessa onda de descontentamento, talvez mesmo de surda indignação contra o que os pessedistas sinceros, inoportunistas, consideram ser um ludíbrico aos seus sentimentos de dignidade política, dentro dos compromissos livremente assumidos com o partido, desse partido que, em nosso Estado, elegeu por esmagadora maioria o Sr. General Dutra Presidente da República e escolheu o Sr. Comandante seu candidato à Presidência do Estado [...]. Serão estes, por ventura, os primeiros frutos da renovação democrática em marcha? Consiste a democracia em se convidar o adversário a que participe dos festejos da vitória, fornecendo-lhe, ao mesmo tempo, as armas com que hão de ferir, em futuro próximo, ao triunfador de hoje?⁹

⁹ Carta de J. Costa Sobrinho a Amaral Peixoto, em 25 de julho de 1946. Arquivo EAP 45.10.19.

As mudanças no panorama político não pararam na substituição dos interventores. Após as eleições, começaram a ocorrer algumas divergências dentro do PSD, motivadas pelas relações dos integrantes deste partido com Amaral Peixoto. Além disso, alterou-se também o panorama para a eleição visando o governo do Estado, com a “desistência” de Amaral Peixoto de concorrer ao cargo de Governador. A desistência de Amaral deveu-se a dois fatores principais: a mudança nas regras para que os ex-interventores pudessem concorrer, tendo se afastado há pelo menos 18 meses do cargo e o “pedido” do General Dutra para que o Comandante não se candidatasse, indicando um nome da sua confiança e trabalhando para que o indicado arregimentasse o apoio dos pessedistas fluminenses.

Todavia, a desistência de Amaral Peixoto acarretou uma divisão ainda mais latente no PSD-RJ. Os pessedistas e amaralistas sabiam que venceria a eleição estadual o candidato apoiado por ele. Desta forma, iniciou-se uma disputa interna no partido para a indicação do candidato ao governo estadual. Entretanto, este não seria o pior panorama para o grupo amaralista.

Durante o ano de 1946, Dutra articulou uma aliança entre PSD e UDN. Nesta aproximação, acabou nomeando como interventor do Rio de Janeiro o Coronel Hugo Silva, político que se aliaria aos udenistas. A tática de Dutra era a de nomear para a interventoria uma pessoa que não estivesse ligada ao grupo amaralista, uma vez que o principal líder da UDN fluminense era José Eduardo de Macedo Soares, opositor do grupo liderado por Amaral Peixoto.

Ao assumir a interventoria em 26 de setembro, o Coronel Hugo Silva passou a disparar constantes ataques ao grupo amaralista. A política do novo interventor foi de encontro a este grupo, com vários prefeitos que haviam sido indicados pelo antigo interventor sendo destituídos de seus cargos. Além da demissão de indivíduos ligados a Amaral Peixoto, Hugo Silva indicava para o lugar que havia ficado vago com a demissão elementos udenistas, com a intenção de fortalecer a UDN nas eleições estaduais que se aproximavam. Estas medidas adotadas pelo Interventor geraram protestos formais dos amaralistas ao seu líder e também ao Presidente Dutra, responsável pela indicação de Hugo Silva para o cargo.

O arquivo Ernani do Amaral Peixoto também possui cartas relativas a este período, com aliados da “raposa” demonstrando toda sua insatisfação com os novos rumos políticos do estado sob o governo de Hugo Silva.

Devo transmitir ao querido amigo o descontentamento de nossos correligionários pelo desleal ato do Interventor Federal exonerando o Doutor Eglylio Justi do cargo de Prefeito e nomeando para substituí-lo um dos traidores de nosso partido. Tenho a impressão de que o Cel. Hugo Silva garantiu em São Gonçalo a vitória do Partido Comunista, pois amigos nossos afirmam que não mais trabalharão no próximo pleito [...]¹⁰

Ao consumir-se mais uma felonía do Coronel Interventor de nosso Estado, exonerando-me do cargo de Prefeito de Casimiro de Abreu, com que fui distinguido por mais de cinco anos, quero expressar minha gratidão todas as atenções e prestígio que sempre me dispensou o ilustre chefe e amigo. Quero mais uma vez hipotecar-lhe minha inteira solidariedade, continuando a trabalhar no mesmo setor para prestígio do PSD, e, portanto, de Vossência, seu ilustre líder. Saudações muito cordiais.¹¹

Os dois telegramas citados acima comprovam que o novo interventor, Hugo Silva, fez mudanças significativas em diversos cargos políticos, principalmente nas prefeituras. A primeira carta, escrita por Adino Xavier (político de destaque no município de São Gonçalo neste período) reclama da exoneração de um aliado e Waldemar Bethencourt, de Casimiro de Abreu, da sua própria exoneração após cinco anos exercendo o cargo de Prefeito no município. O próprio Amaral Peixoto reconhece que este foi um momento difícil para seu grupo na política fluminense, pois o Presidente que havia ajudado a eleger acabou nomeando pessoas que procuraram acabar com sua influência na política do estado do Rio de Janeiro:

[...] agiram muito mal comigo. Não o Dutra propriamente, mas o seu *entourage*. Nomearam interventor o Coronel Hugo Silva, com a pretensão de acabar com a minha influência política no estado. Aliás, fui prevenido, até hoje não sei por quem. Havia uma senhora dentro do palácio Guanabara ou do Catete que telefonou para o Pedro Brando, que era meu amigo, e depois para o Coronel Feio, dizendo: ‘Vão nomear fulano para combater o Comandante’. [...]¹²

Sobre o Coronel Hugo Silva, seu sucessor na interventoria, as lembranças não são das melhores:

¹⁰ Carta de Adino Xavier a Amaral Peixoto, em 26/12/1946. Arquivo EAP 45.10.19, Pasta I.

¹¹ Carta de Waldemar Bethencourt a Amaral Peixoto, em 21/12/1946. Arquivo EAP 45.10.19, Pasta I.

¹² Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** p. 234.

Nunca o tinha visto, e tive a pior impressão possível. No discurso de posse ele declarou que havia entrado para acabar com o getulismo no estado do Rio, com os falsos amigos do Presidente Dutra. E era um homem totalmente despreparado. [...].

Depois que nós lançamos a candidatura do Edmundo de Macedo Soares houve uma certa reaproximação com o Dutra, não da minha parte, mas da parte do Acúrcio Torres e do Alfredo Neves. Aí o Dutra tirou o Hugo Silva e nomeou um novo interventor, para quebrar um pouco essa animosidade. [...]. Queriam também lhe impor a demissão dos nossos prefeitos, dos que sobraram, porque muitos já tinham sido demitidos pelo Hugo Silva. Prefeitos, juízes de paz, delegados...¹³

Estas passagens da entrevista concedida por Amaral Peixoto demonstram a dificuldade pela qual seu grupo passou neste período. Com o início do governo Dutra e, em especial, após a indicação de Hugo Silva para a Interventoria fluminense, nome que não era ligado aos amaralistas. A estrutura montada pelo Comandante durante o Estado Novo começou a ser desmontada, principalmente, com o afastamento de vários prefeitos dos cargos. A entrevista de Amaral Peixoto nos revela que a intenção era, de fato, a desestabilização de seu grupo, pois para os municípios do interior eram muito importantes as nomeações de juízes de paz e delegados, funções de destaque nestas cidades e de grande importância para o controle da política estadual.

Outra passagem importante deste trecho da entrevista que citamos acima diz respeito à candidatura de Edmundo de Macedo Soares ao governo do estado. Apesar das manifestações de apoio que recebeu dos pessedistas e políticos fluminenses, Amaral Peixoto resolveu não lançar sua candidatura à Presidência do estado. A candidatura de Edmundo de Macedo Soares foi uma alternativa que contemplou os três principais partidos do período (PTB, PSD e UDN). Apesar do Presidente da República pertencer ao PSD, Amaral Peixoto – segundo suas próprias declarações – não sabia qual seria a posição do Presidente com relação a política estadual, tendo em vista a nomeação e o respaldo dado ao Coronel Hugo Silva. De acordo com o Comandante, a indicação do nome de Edmundo já estava alinhavada pelo Presidente Dutra, que já havia costurado um acordo com a UDN:

Quando começamos a pensar na eleição de governador, já havia aquele mal-estar com o Presidente Dutra, que eu tinha ajudado a eleger. Não se sabia exatamente o que ele queria, mas ele já estava preparando o acordo

¹³ Idem.

com a UDN. Numa conversa comigo sobre o governo do Estado – uma das poucas que tive com o Dutra depois de Presidente, porque me afastei inteiramente – ele me perguntou o que eu achava do Edmundo. Achei excelente. O Dutra me disse que com esse nome conseguiria o apoio da UDN. Mas já estava apalavrado com a UDN, essa que é a verdade. Fui vítima de um logro, talvez o primeiro grande logro da minha vida política.¹⁴

Em troca do apoio de Amaral à candidatura de Edmundo de Macedo Soares, o Cel. Hugo Silva foi substituído por homens ligados ao grupo amaralista. Durante este curto período no qual o ex-interventor teve novamente uma pessoa de sua confiança no executivo estadual, os integrantes de seu grupo pressionaram o líder a revogar as medidas tomadas por Hugo Silva, tendo destaque a demissão do Prefeito de Niterói, capital do estado, que havia sido indicado pelo interventor anterior e era ligado a UDN. Amaral aceitou a indicação de Edmundo de Macedo Soares ao governo do estado por conhecê-lo desde 1932 e por ser seu amigo, e “sobretudo amigo do Dr. Getúlio, a quem deve muito”¹⁵. Entretanto, o que Amaral classificou como um blefe acabou se transformando em uma grande dificuldade para seu grupo político, como veremos adiante.

4.3. Amaral Peixoto e seu grupo fora do poder: o governo Edmundo de Macedo Soares

Mas ainda antes da eleição um velho chefe político de São Gonçalo teve a intuição perfeita do que ia acontecer. Ele foi levado ao Edmundo pelo Hamilton Xavier, que na época era candidato a deputado estadual. Conversaram, e o Edmundo não se referiu ao meu nome nem uma vez. Esse homem, que gostava muito de mim, virou-se para o Hamilton e disse: ‘Estamos roubados. Esse sujeito não nos serve, vai atrapalhar a nossa vida.’ O Hamilton perguntou por que, e ele respondeu: ‘Ele não se referiu uma única vez ao Comandante. E nós só vamos votar nele por causa do Comandante’.¹⁶

Nas eleições estaduais, com o apoio da UDN (seu partido), do PTB, do PSD, e de Amaral Peixoto, Edmundo de Macedo Soares saiu vitorioso. Certamente, o apoio do Comandante foi fundamental para seu sucesso no pleito, pois todo o grupo amaralista votou e trabalhou para a vitória do udenista e o PSD

¹⁴ Ibid. p. 237.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Idem.

foi o partido que mais elegeu deputados.¹⁷ O resultado do pleito demonstra que a afirmação feita pelo Comandante estava correta, quando questionado sobre o sucesso da candidatura de Edmundo de Macedo Soares nestas eleições:

Ele sabia que sem o meu apoio não seria eleito. O PSD indicaria quem eu apoiasse, e disso ele tinha certeza. Conhecia perfeitamente a política do Estado, e não podia ter dúvidas a este respeito.¹⁸

Logo após a posse do novo Governador, a situação dos amaralistas complicou-se ainda mais, com um discurso de que formaria seu secretariado de acordo com o critério técnico. Para a nomeação dos prefeitos, o sistema era o da representatividade dos partidos, o que lhe conferia prestígio político no estado. Silvia Pantoja descreveu em seu trabalho as “regras” para a nomeação dos novos prefeitos:

- 1) o partido que tivesse obtido 50% do total dos eleitores em um município ficaria com o direito de indicar o Prefeito.
- 2) no município em que, apesar de não ter atingido os 50%, o partido se destacasse dos demais, indicaria o candidato, embora o que lhe seguisse em votação devesse opinar sobre a escolha.
- 3) no município em que a votação obtida pelos maiores partidos fosse aproximadamente a mesma, estes deveriam entrar em acordo para a indicação do prefeito.¹⁹

Esta medida não afetou diretamente o PSD e o grupo amaralista. Como já afirmamos anteriormente, tanto nas eleições de 1946 como na de 1947, o PSD foi o grande vencedor, recebendo a grande maioria de votos e, conseqüentemente, elegendo a maioria dos representantes nos âmbitos federal e estadual. Os resultados das eleições fizeram com que o PSD indicasse mais da metade dos prefeitos dos municípios fluminenses (27) e que tivesse a participação nas escolhas em outros 13 municípios. Entretanto, apesar das regras criadas pelo Governador para a nomeação dos Prefeitos, existia um adendo: apesar de a indicação ser do partido o nome do escolhido deveria passar pela aprovação do

¹⁷ Edmundo de Macedo Soares recebeu 250.350 votos de um total de 280.348 votantes. O PSD elegeu o senador Francisco de Sá Tinoco e mais 24 deputados estaduais, contra 14 da UDN, 8 do PTB e 6 do PCB. Ver Silvia Regina Serra de Castro Pantoja. **Op. Cit.**, p. 186.

¹⁸ Aspásia Camargo. **Op. cit.** p. 238.

¹⁹ Ver Silvia Regina Serra de Castro Pantoja. **Op. Cit.**, p. 188.

Governador, que examinaria suas condições morais e intelectuais. Este era, basicamente, o sistema que o próprio Amaral utilizava durante sua interventoria para efetivar as nomeações dos prefeitos que eram indicados por aliados seus.

Apesar de serem municípios com amplo domínio da corrente amaralista, Araruama, Duque de Caxias e Petrópolis não estavam entre os municípios nos quais o PSD conseguiu a maioria absoluta dos votos. Com isso, o Governador nomeou representantes ligados a corrente udenista dos municípios. Era a continuidade da política do interventor Hugo Silva, que tentava desestabilizar o coeso e forte grupo amaralista. Vale ressaltar que estas nomeações eram provisórias, pois em 28 de setembro deste mesmo ano seriam realizadas eleições municipais.

Outro importante ponto de discórdia no grupo pessedista ocorreu devido a proposta do governador de mudar a capital do estado para o interior, mais precisamente para Campos. A escolha da cidade não foi aleatória. Sob a justificativa de que com a capital em Niterói o estado do Rio de Janeiro estaria sempre sob forte influência do Distrito Federal, Edmundo de Macedo Soares tentava angariar o apoio político dos líderes campistas. O próprio Amaral Peixoto e governantes que o antecederam no executivo estadual, como Ary Parreiras e Protógenes Guimarães, reconheciam a importância política e econômica daquele município. Amaral Peixoto inclusive afirmou em sua entrevista que suas visitas aos municípios aconteciam com muito mais periodicidade ao norte do estado. Era fundamental para o político que almejava conquistar a estabilidade política no estado o apoio de Campos e adjacências. Com a proposta de transferência da capital para o norte fluminense, gerou-se mais uma divisão no PSD, apesar da capital ter sido mantida em Niterói.

As ações do novo governador do estado tinham a intenção de trazer para seu lado os líderes políticos locais para formar seu grupo político, assim como fez Amaral Peixoto quando foi indicado para a interventoria fluminense. Entretanto, as semelhanças entre as práticas políticas do udenista e do pessedista não param por aí. No capítulo anterior, afirmamos que foi fundamental para a indicação de Amaral Peixoto ao cargo de Interventor Federal no Rio de Janeiro o apoio de José Eduardo de Macedo Soares, político já tradicional no estado. Entretanto, pouco depois de assumir o executivo fluminense, Amaral Peixoto rompeu com os macedistas e formou seu próprio grupo político. Neste momento, aconteceu o

mesmo fato, mas em direção contrária: agora foi um membro da família Macedo Soares que rompeu com Amaral Peixoto.

Sobre o rompimento com Edmundo, Amaral Peixoto declarou o seguinte acerca dos motivos que levaram o governador a tomar tal atitude:

O José Eduardo de Macedo Soares. Acredito que, em parte, o Dutra também. Mas o problema maior era o José Eduardo, que era parente do Edmundo e de quem ele não gostava. O José Eduardo o ameaçava muito com o seu jornal, o Diário Carioca. Aliás, também me atacava violentamente.²⁰

Contando com a aliança entre o Presidente Dutra e a UDN no cenário nacional e, especialmente, no estado do Rio de Janeiro, o grupo macedista tomava medidas visando reverter o domínio amaralista na política estadual e voltar ao comando do Rio de Janeiro. Inserido neste contexto por ser o Governador do Estado, Edmundo de Macedo Soares seria peça chave para este projeto macedista. Sofrendo pressões dos macedistas e dos amaralistas, tornou-se inevitável a dissidência com um dos grupos. Como pertencia a UDN (abrigo dos macedistas), o rompimento ocorreu com o PSD.

A carta enviada por Edgard Teixeira Leite ao governador nos serve de parâmetro para que possamos entender melhor como se dava a disputa política entre os dois grupos pelo apoio do chefe do executivo estadual naquele momento:

Eminente amigo

Permita que mais uma vez, venha expor o meu pensamento sobre a situação política fluminense. [...] Venho pedir a sua meditação para a situação política, para lhe pedir que não concorra para a separação da UDN do seu governo. O apoio dela, crê, é útil e, direi mesmo, indispensável. Escrevo-lhe sem o menor espírito de partido ou de facção, mas vendo apenas os fatos na sua exata significação. Deixar de ter o apoio da UDN equivale ficar na dependência – e permita que empregue o termo que exprime o meu pensamento – na subordinação do partido os seus reais problemas [...].²¹

Quando o político fluminense diz que deixar de ter o apoio da UDN é ficar subordinado ao partido onde estão os problemas do governador, está se referindo de forma direta ao PSD. Os “problemas” do governador seriam os integrantes do

²⁰ Aspásia Camargo (org.). **Op.cit.** P. 238.

²¹ Carta de Edgard Teixeira Leite a Edmundo de Macedo Soares. Arquivo EMS.

grupo amaralista e o próprio Amaral Peixoto, pois o ex-interventor estaria sempre dando as cartas do jogo político no estado, impossibilitando uma maior projeção política sua e de seu governo. Em outras palavras, Teixeira Leite afirmava que dentro do PSD Edmundo de Macedo Soares não teria espaço para montar seu próprio grupo político. Este foi, certamente, um dos argumentos mais fortes utilizados pelos udenistas para convencer o governador de que a melhor saída para ele era o afastamento do PSD. Em várias passagens desta carta, Teixeira Leite escreveu a palavra “lealdade”, sempre a associando-a aos membros da UDN, que estariam sempre dispostos a ajudar Edmundo Macedo Soares durante sua administração.

Com as ameaças veladas de membros da UDN sobre possíveis deslealdades do PSD e o interesse em construir sua independência política, Edmundo de Macedo Soares rompe sua aliança com os pessedistas em 1950. Pouco depois de oficializado o rompimento, começaram a surgir as conseqüências deste ato, como pode ilustrar a carta enviada por Moacyr Gomes de Azevedo, Secretário de Interior e Justiça (a pasta responsável pela articulação política), ao Governador:

Sr. Governador,

Quando, em 6 de janeiro corrente, Vossa Excelência reuniu em seu gabinete no Palácio Itaboraí, alguns de seus amigos do Partido Social Democrático, a fim de declarar que se achavam desfeitos os compromissos que existiam entre eles e o chefe do governo do Estado do Rio, tive oportunidade, logo em seguida a essa reunião, de por em suas honradas mãos o cargo que vinha ocupando de Secretário de Interior e Justiça.

Desde aquela data, até agora, me tenho empenhado, com vários de meus correligionários, em encontrar uma fórmula que permita um entendimento leal e amplo entre o Chefe do Executivo Fluminense e o partido a que pertenço, sem que tenha alcançado, até agora, os resultados definitivos apreciáveis.

Estou, Sr. Governador, hoje, no mesmo lugar em que me encontrou V.Exa. ao me convidar para dirigir a pasta do Interior e Justiça em abril do ano passado: dentro do meu partido, pronto a servir ao seu governo e a colaborar com V. Exa. em tudo que não importe em quebra da disciplina partidária. Sempre entendi que devemos fortalecer os partidos nacionais, fazendo sentir dentro deles nossos pontos de vista, subordinados as deliberações da maioria, em ambiente de liberdade e de livre manifestação do pensamento. Só assim estaremos progredindo na prática da Democracia. Precisamos lutar em prol das idéias e dos programas partidários e não objetivando os homens.

Dentro em breve deverá reunir-se nesta a convenção do PSD e embora não haja, até agora, nas manifestações escritas de V. Exa. nenhuma declaração de que o seu governo se acha rompido definitivamente com o partido a que me filiei, não quero que possam pairar dúvidas sobre minha atitude nesta hora de tantas confusões. Por isso mesmo, reitero o pedido verbal de exoneração que lhe fiz há dias, a fim de que fique V. Exa. livre para reconstituir o seu secretariado conforme lhe convenha em decorrência dos acontecimentos políticos do Estado [...].²²

De acordo com esta carta, podemos perceber que o racha entre PSD e UDN no Rio de Janeiro ou, mais precisamente, a volta dos embates entre macedistas e amaralistas pelo poder político fluminense começou a ganhar contornos mais precisos a partir de 1950, um ano antes do próximo governo e no mesmo ano em que ocorreriam as eleições estaduais. Fica evidente que o rompimento foi estratégico, apesar do fato de que desde o início do governo Edmundo de Macedo Soares as relações entre o governador e os amaralistas não tinham suas arestas devidamente aparadas, com os pessedistas reclamando sempre de atitudes tomadas pelo governador, como a destituição de juízes de paz e delegados dos municípios do interior. O próprio Amaral Peixoto relatou as dificuldades que encontrava em resolver situações como essas durante o governo udenista:

Desde o início já sentíamos algumas dificuldades, algumas restrições a determinados nomes. Quando eu indicava um juiz de paz ou um delegado, ele dizia: ‘Mas você, um político, se preocupando com um detalhe desses?’ Eu respondia: ‘Esses detalhes são essenciais na política, porque são esses homens que agüentam o partido no interior’. [...]. O Edmundo fazia objeções, sobretudo àqueles nomes mais chegados a mim. Sabia que não conseguiria atraí-los e então procurava hostilizá-los. [...] Mas no fim de algum tempo os atritos se tornaram mais evidentes. O secretário de segurança do Edmundo chamou um delegado de Ordem Política e Social e, muito inadvertidamente, muito sem equilíbrio, perguntou: ‘no caso de uma briga do governador com o Comandante, com quem o senhor fica?’ O delegado respondeu: ‘Fico com o Comandante’. O outro retrucou: ‘O Senhor está pondo em risco sua permanência no posto. Então, pequenos fatos foram me mostrando que havia uma predisposição dele, acredito que em grande parte por influência do José Eduardo. Como vocês sabem, foi o José Eduardo que me inventou, pensando em criar um fantoche.’²³

²² Carta de Moacyr Gomes Azevedo a Edmundo de Macedo Soares, em 31 de janeiro de 1950. Arquivo EMS.

²³ Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** pp. 238/239/240.

Como podemos perceber, o governador e sua equipe dificultaram a ação do grupo amaralista no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, essa situação se agravou com o rompimento oficial do compromisso que havia sido firmado com o PSD na época da eleição. Afirmamos isto devido à cisão ocorrida dentro do partido com o rompimento dos acordos entre udenistas e pessedistas. As cartas enviadas a Edmundo de Macedo Soares são vestígios importantes do impacto que esta medida teve no PSD:

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência o incluso manifesto que será lançado neste município, de apoio político e administrativo ao honrado governo de Vossa Excelência, o qual conta com o apoio integral da maioria absoluta do Diretório Municipal e dos Diretórios Distritais do Partido Social Democrático, secção deste município, além de inúmeras assinaturas de correligionários nossos que, embora não figurando no Diretório, desfrutaram de real prestígio em nosso meio político. Nesta hora de definições, queremos manifestar a Vossa Excelência a nossa solidariedade política e o testemunho da nossa admiração e reconhecimento pelo muito que Vossa Excelência tem feito em prol da terra fluminense. Atenciosas saudações.²⁴

Esta carta foi enviada por Octavio Denys Filho, que assina como Presidente do PSD (Presidente de um diretório municipal, que não temos como identificar através deste documento, uma vez que não há nenhuma espécie de timbre ou menção do remetente ao município que está manifestando apoio ao governador). Através desta missiva, podemos ter a noção de quão difícil ficou para os líderes municipais se posicionarem. De um lado, tinham o ex-interventor e grande líder da política fluminense desde o Estado Novo, dono de um grande cacife eleitoral e de grande prestígio em âmbito nacional. De outro, o atual governador, aquele que detinha em suas mãos o poder de conceder ou retirar benesses dos municípios e de privilegiar os seus aliados. Os membros do PSD estavam divididos entre os que consideravam fundamental a intervenção de Amaral Peixoto e os que defendiam maior autonomia dentro do partido e em suas ações nos municípios. Os últimos e os líderes municipais que não conseguiam viver distante do poder estadual acabaram se aliando a Edmundo de Macedo Soares, enquanto boa parte continuava ao lado de Amaral Peixoto.

²⁴ Carta de Octavio Denys Filho a Edmundo de Macedo Soares, em 12 de janeiro de 1950. Arquivo EMS.

De acordo com o próprio Amaral, Edmundo de Macedo Soares não gostou de sua atitude de se lançar candidato a sucessão estadual ainda nos primeiros anos de seu governo. Sobre o episódio, o Comandante tem a seguinte opinião:

Quando houve o golpe, eu já era candidato a governador. Mas a eleição foi adiada para janeiro de 1947 e o prazo de desincompatibilização aumentado para 18 meses, com o intuito visível de afastar da disputa os antigos interventores. Nessa hora eu disse: ‘Não posso ser candidato dessa vez, mas faço questão de ser’. E comecei a correr o estado, dizendo que era candidato a sucessão do Edmundo. Ele não gostou. Não me queria como candidato, não sei se a mando do Dutra, ou talvez pensando que, se eu não voltasse ao governo, ele iria se consagrar como chefe político no estado, o que era uma bobagem.²⁵

De acordo com essa declaração de Amaral Peixoto, podemos confirmar a teoria de que, ao dificultar o trabalho e a articulação do grupo amaralista, Edmundo de Macedo Soares não estava apenas trabalhando para José Eduardo de Macedo Soares, mas para a formação de um novo grupo político, que teria sua liderança. Dessa forma, podemos considerar que este período foi responsável pela primeira dificuldade do amaralismo, aonde seus integrantes deveriam se articular mesmo estando fora do poder e enfrentar um adversário que utilizava as mesmas armas usadas anteriormente por Amaral Peixoto.

Com a proximidade da campanha eleitoral para as eleições estaduais em 1950, as pressões do governador sobre os políticos e a tentativa de transformar em votos para o candidato udenista o apoio de líderes municipais, Edmundo de Macedo Soares buscava demonstrar independência em relação ao PSD e à Amaral Peixoto. Um destes momentos foi o discurso proferido por ele na Assembléia Legislativa, tendo como motivação oficial prestar uma homenagem aos deputados que haviam trabalhado naquela legislatura:

Eu quis ir a Assembléia Legislativa ler a minha mensagem, dando conta aos representantes do povo e às populações do Estado do Rio que fizemos durante o triênio que acaba de findar e no qual tive a honra de ser o chefe do Poder Executivo. Quis fazê-lo, senhores, como uma prova do meu apreço pelo Poder Legislativo, como uma prova da convicção que tenho que, neste regime, que restituímos em setembro de 1946, com a nossa atual constituição, homens livres podem viver numa livre democracia. [...]

²⁵ Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** p. 240.

A essência do nosso regime é que se governa com o povo e para o povo. Isso não quer dizer que os líderes não tenham o dever de alertar as massas a respeito dos seus pensamentos quando eles julgarem que esses pensamentos são perigosos e não levarão a coletividade aos fins que temos em vista. É preciso que tenham coragem e essa coragem eu a tenho tido, falando com franqueza, falando com o coração sempre aberto ao povo de minha terra. [...]

Houve, senhores, quem se admirasse de que eu não tenha esperado a solução do problema sucessório federal, para tomar, então, a atitude que deveria tomar. Mas, como afirmou ainda agora mesmo o deputado Soares Filho, eu lhe disse que tomava essa atitude porque ela representava o melhor de minha consciência. Esperar, senhores, saber quem vai ser o mais forte, qual vai ser o partido vencedor é uma atitude de covardia. Seria uma prova de desconfiança na intuição do povo, esse laço admirável que liga as massas aos seus próprios interesses. Eu confio no povo do estado do Rio. Eu confio no povo brasileiro e tenho a certeza de que, em nossa terra, as opiniões unânimes em torno daquele candidato à governadoria do Estado, a minha instituição, que representar, de fato, as velhas tradições fluminenses e não a da invasão do estado num período anormal.

No momento oportuno, eu quebrei os grilhões daqueles que pensavam poder prender-me, que poderiam iludir a minha boa fé, mas eu afirmo que, em verdade, se ilude a boa fé de alguém, mas não se lhe quebra a consciência, porque aquele que entrega a sua consciência deixa de ser homem, deixa de ser cidadão, para ser apenas coisa. [...].²⁶

Podemos observar através deste discurso do Governador Edmundo diversos ataques ao ex-interventor e Presidente do PSD-RJ. Primeiro, ressalta o valor do regime democrático para a sociedade, uma vez que o governo de Amaral Peixoto aconteceu durante o Estado Novo, período autoritário da Era Vargas. Logo depois, cita a invasão de pessoas na política fluminense em momentos anormais, mais uma referência a Amaral Peixoto, uma vez que quando foi nomeado interventor federal no Rio de Janeiro ele não possuía raízes políticas no Estado, uma das exigências para assumir este posto. Antes de terminar seu discurso, o governador cita o fato de ter “quebrado os grilhões”, como se a aliança com o PSD o impedisse de realizar a administração que tinha em mente, sendo obrigado a fazer nomeações e tomar medidas que não eram de seu agrado.

Neste capítulo, descrevemos como foi o período imediatamente pós-45, para percebermos como se configurou a entrada do grupo amaralista no período democrático. Apesar da eleição de Edmundo de Macedo Soares para governador, com o apoio dos amaralistas e pessedistas, notamos que este foi um período difícil

²⁶ Discurso pronunciado por Edmundo de Macedo Soares e Silva no Palácio do Ingá, em 15/03/1950. Arquivo EMS.

para o grupo comandado pelo ex-interventor e para seu partido, que viveu anos de várias disputas internas no estado do Rio de Janeiro.

Foi neste cenário que começou a se desenvolver a campanha sucessória para o governo, que tinha como principais concorrentes Amaral Peixoto, pelo PSD, e Prado Kelly, candidato da UDN e apoiado pelo governador Edmundo de Macedo Soares. É interessante termos em mente que esta é a primeira campanha para o governo estadual após a democratização em que se apresentam no Rio de Janeiro dois candidatos expressivos, pois na eleição anterior Edmundo de Macedo Soares recebeu o apoio de PSD, UDN e PTB. É de extrema importância também analisarmos as práticas utilizadas pelo grupo amaralista nesta campanha, uma vez que estavam fora do poder no estado. Esse foi o primeiro grande teste deste grupo político, que sofreu abalos após o fim do Estado Novo, mas que continuava sendo extenso e forte no estado. A campanha das eleições de 1950 e as práticas políticas da raposa em tempos democráticos serão os objetos de estudo do próximo capítulo de nosso trabalho, quando efetuaremos uma comparação entre o Amaral Peixoto que chegou ao estado em 1937 e governou até 1945 sob um regime totalitário e o pós-1945, que necessitava do apoio dos políticos e, também, de votos para se manter no poder.

O comandante de volta ao poder: a campanha de 1950 e o governo democrático de Amaral Peixoto

Conforme apresentamos no capítulo anterior, o grupo amaralista sofreu duros golpes após a saída de seu líder da interventoria fluminense. Durante as administrações de Hugo Silva e Edmundo de Macedo Soares, houve perseguição contra os membros amaralistas e pessedistas no estado do Rio de Janeiro, com vários deles demitidos de seus cargos e em seus lugares sendo nomeados adversários políticos.

Neste capítulo, tentaremos evidenciar as principais diferenças entre as práticas políticas de Amaral Peixoto e seu grupo nos dois momentos em que estiveram à frente do executivo estadual. Essa análise é importante para verificarmos a maneira pela qual Amaral Peixoto conduziu seu grupo em momentos distintos quanto a política, pois a montagem e consolidação de seu grupo ocorreu em um período autoritário e o primeiro governo do período democrático no executivo fluminense foi caracterizado pelo combate do então governador aos amaralistas, através de afastamentos de pessoas ligadas ao ex-interventor de seus cargos e de coerção através de benesses para que estes elementos fizessem parte de um provável grupo político sob a liderança de Edmundo Macedo Soares.

Para voltar ao poder, Amaral Peixoto deveria vencer as eleições de 1950, que definiriam o sucessor de Edmundo Macedo Soares no governo estadual. Como adversários na campanha, Amaral tinha o próprio governador, que fazia abertamente campanha contra sua candidatura e o candidato udenista, Prado Kelly.

Para começar a análise da campanha de Amaral Peixoto, vamos transcrever a impressão do Comandante sobre a mesma:

Na minha campanha o Edmundo trabalhou abertamente contra mim, tentando primeiro me torpedear dentro do partido. Mas naquela ocasião, talvez por eu estar na posição de vítima, houve uma reação popular. Eu ia para a eleição inteiramente tranqüilo, tinha absoluta certeza que ganharia, contra o Governo Federal e contra o governo do estado. Quando ia para o

interior, sentia que o povo desejava a minha volta. Não é orgulho, não, eu sentia mesmo. Ganhei com 72% dos votos, a maior percentagem do país naquela eleição, derrotando o Prado Kelly, que era um dos melhores nomes que a UDN podia apresentar. Embora não fosse um homem popular, tinha muito valor, era um intelectual.¹

A declaração do líder pessedista sublinha que sua candidatura tinha a concorrência do governador fluminense e também não gozava da simpatia do Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, que apesar de ser do PSD e ter recebido o apoio de Amaral Peixoto no estado do Rio de Janeiro, aliou-se à UDN e, em especial, a José Eduardo de Macedo Soares e Edmundo de Macedo Soares. A vitória expressiva com 72% dos votos demonstra as dificuldades encontradas pelos amaralistas no período entre 1946 e 1950 não foram suficientes para desestruturar o grupo político que havia sido formado ainda durante o Estado Novo.

Como político articulado que foi, Amaral Peixoto aproveitou-se também de atitudes e declarações de seus adversários em sua campanha. Os udenistas, isolados nesta campanha, já que o PSD e o PTB eram aliados, sabiam que precisariam atacar veementemente a administração amaralista durante a interventoria para conseguir a simpatia daqueles que não faziam parte do grupo de Amaral e também se aproveitar do controle do poder executivo estadual para conquistar a adesão e o apoio de alguns membros que estavam ligados aos seus adversários. Algumas declarações de Amaral Peixoto apontam a dificuldade dos udenistas em colocar em prática as estratégias da campanha de Prado Kelly:

O Dutra criou lugares na Caixa Econômica e nomeou udenistas, e o Edmundo acompanhou o Prado Kelly em excursões. Durante a campanha, o Kelly só fez referência ao meu nome uma vez, dizendo que eu tinha prestígio porque havia feito muitas nomeações. Em oito anos de governo, é claro que tive de nomear gente. Eu respondi que havia nomeado, mas que quem estava fazendo isso no momento era ele, pois o Edmundo estava nomeando homens da UDN. [...]. Isso eu disse numa reunião: ‘Nosso adversário não é o Prado Kelly, é o Edmundo’.²

Amaral Peixoto e seu grupo político se utilizavam das críticas feitas ao seu governo para inverter o jogo e a disputa eleitoral no estado. Quando foi eleito,

¹ Aspásia Camargo (org.). **Op.cit.** p. 241.

² Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** p. 242.

conforme vimos no capítulo anterior, Edmundo Macedo Soares percorreu a mesma trajetória feita pelo agora pessedista para firmar sua imagem no cenário político estadual. Entretanto, sem a mesma habilidade do Comandante, não conseguiu formar um grupo político coeso e suficientemente forte que lhe desse o suporte necessário para iniciar uma caminhada vitoriosa na política fluminense sem o apoio de Amaral Peixoto. O próprio Amaral afirmou que a pretensão de Edmundo em se consagrar como líder político no estado era “uma bobagem”. Além do discurso político mais consistente, Amaral Peixoto ainda tinha como explorar em sua campanha fatos como a demissão de um juiz de paz de Natividade, conforme relatou:

Para piorar ainda mais as coisas, o Edmundo cometeu alguns absurdos: demitiu um juiz de paz de Natividade que estava há trinta e oito anos na função. Nós incorporamos esse homem à nossa caravana e o exibíamos nos palanques: ‘Este homem estava há 38 anos como juiz de paz em tal lugar e foi demitido pelo governador Edmundo!’ O povo vibrava... Houve recursos políticos não é?³

A demissão de um juiz de paz de uma cidade do interior, que estava no cargo há mais de três décadas era vista com muitas ressalvas por parte da população daquelas cidades. Assim como outras demissões e nomeações, esta foi feita com finalidade política de colocar pessoas da confiança do governador e da UDN e tentar arregimentar apoio e, conseqüentemente, votos para seus candidatos. Como a política nessas cidades girava em torno desses cargos de prestígio nas municipalidades, muitos líderes locais reafirmaram seu apoio à candidatura amaralista no estado. A esta altura, a liderança de José Eduardo de Macedo Soares já não era mais tão relevante. Nas duas eleições anteriores, em 1945 e 1947, havia sido fragorosamente derrotado para o Senado Federal por candidatos do PSD. Dessa forma, a UDN começava a perder espaço também para o PTB, que crescia em todo o Brasil. Pesava, também favoravelmente ao PSD, a escolha do candidato udenista a sucessão. Prado Kelly não era um homem do povo e não conhecia tão bem quanto Edmundo e Amaral o estado do Rio.

A campanha para o governo do estado não fugiu às características do governo de Amaral Peixoto durante a interventoria, como relatou o próprio Comandante:

³Ibid. p. 243.

Eu fiz a campanha do PSD. Havia na época mais de 50 municípios e 260 ou 270 distritos. Percorri todos os Distritos, não me limitei aos municípios. Minha campanha foi feita na seguinte base: ‘Vocês me conhecem. Governei o Estado durante oito anos. Se voltar ao governo, serei o mesmo homem. Não vou mudar minha forma de conduta no regime constitucional’.⁴

Como podemos ver, a prática das viagens do ex-interventor pelo estado continuaram em sua campanha eleitoral. Neste momento, era importante para os pessedistas a divulgação da imagem de seu candidato e da afirmação de suas propostas e de como seria seu comportamento no governo, visto que o regime era diferente do período em que Amaral havia governado o estado. A grande preocupação do candidato não era tornar-se uma figura conhecida, pois ele já era o líder político do estado e durante seu governo havia visitado praticamente todos os municípios fluminenses. Sua real preocupação era tranquilizar as lideranças municipais sobre sua postura à frente do executivo estadual caso vencesse as eleições. Muitos dos seus partidários cederam a pressão do então governador com medo de perderem seus cargos e de ficarem de fora do jogo político. Dessa forma, Amaral Peixoto tinha a intenção de demonstrar para estas lideranças que aqueles que sempre estiveram ao seu lado e o apoiassem seriam “recompensados” por tal atitude.

5.1. As eleições de 1950

Além das viagens ao interior do estado, a campanha de Amaral Peixoto contou com um amplo trabalho de valorização de sua passagem pela interventoria estadual. No ano de 1950, quando começava a campanha eleitoral, foi publicado “*O Governo Amaral Peixoto*”. Escrito por Heitor Gurgel, homem de confiança de Amaral Peixoto e seu ex-Secretário de Governo, o livro tinha como intenção declarada pelo autor substituir o relatório de governo, que não havia sido publicado quando da saída do Comandante da interventoria.

Entretanto, a própria justificativa para a não realização do relatório já nos indica a real pretensão da obra. Gurgel justifica a não divulgação deste relatório

⁴ Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** p. 244.

no período correto por ter sido o governo de Amaral Peixoto um “governo que viveu às claras e que muito produziu”. A publicação destina-se muito mais as realizações feitas no período do Estado Novo do que a cumprir o papel de ser uma prestação de contas do governo neste período.

“*O Governo Amaral Peixoto*” faz uma cronologia da vida de Amaral Peixoto, contando desde sua infância até chegar a interventoria fluminense, passando pela fase em que foi ajudante de ordens do Presidente da República, além de fazer uma breve história da política fluminense. O livro está dividido nas seguintes seções: “A Guisa de Prefácio”, “A Capitania de Pero de Góes”, “O homem”, “O político”, “O administrador”, “O humanitário”, “O democrata” e “O Galardão”. Como dissemos anteriormente, mais do que um relatório de governo, a publicação é um espaço para a memória da interventoria Amaral Peixoto que, publicada em 1950 pela Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, tornou-se, propositadamente, um interessante material de campanha para o ex-Interventor.

O capítulo destinado à história fluminense (“A Capitania de Pero de Góes”) faz referência à decadência da região, que de província que sustentava o Império chega ao período republicano em uma decadência política e econômica. De acordo com Gurgel, o estado do Rio havia sido tomado pela politicagem até 1930, sem uma classe política poderosa, “viveu das glórias do passado”, sob a administração de golpistas, bacharéis e de industriais, que destinavam as medidas do executivo para atender seus interesses particulares. Entretanto, a partir de 1937 uma revolução de costumes começou a mudar este panorama e o estado do Rio se recupera durante o período autoritário. A partir desta referência indireta ao governo amaralista, o livro passa a descrever o perfil do Comandante e a tecer comentários sobre a sua conduta administrativa, seu caráter e formação militar na Marinha e a equipe formada por ele durante o Estado Novo.

A trajetória do Comandante é contada desde o rompimento político com os macedistas, que segundo o autor deve-se ao fato do Interventor contemplar com cargos importantes não apenas o grupo macedista, mas outras correntes de opinião. Gurgel afirma que “isto desgostou profundamente o grupo macedista que tinha lançado o nome do Comandante para a interventoria”.⁵ O material continua ressaltando as virtudes do Comandante, de acordo com a visão de Gurgel, com

⁵ Heitor Gurgel. **O Governo Amaral Peixoto**. Niterói: Imprensa Oficial, 1950.

especial destaque para o que chama de “ecletismo político”. A partir deste momento, destacam-se os elogios pelas escolhas feitas pelo Interventor para seu secretariado e sobre a colaboração de alguns prefeitos, como os de Campos, São Gonçalo, Petrópolis e Nova Iguaçu.

Outro ponto importante da publicação é o tópico “O Democrata”, pois este seria o primeiro governo do ex-interventor sob o regime democrático. Gurgel o classifica como um “democrata por princípio e convicção” e vai além, afirmando que “o Comandante Amaral Peixoto desde o início da 2ª Guerra Mundial colocou-se ao lado das nações que defendiam a democracia”.⁶ Este ponto pode ser considerado um dos principais do livro, ao lado da divulgação das realizações feitas pelo governo fluminense durante o período do Estado Novo.

Apesar de ter sua base sólida no estado, a campanha de Amaral Peixoto tentou construir a imagem do líder pessedista como um democrata, afastando-o de qualquer perfil autoritário. Além de todos estes fatores, Amaral contava com outro grande aliado: a popularidade de Getúlio Vargas, candidato à Presidência da República no mesmo pleito. Como foi estabelecida uma aliança entre PTB e PSD, o candidato natural do Ex-Presidente era o Comandante. O que se viu nas eleições fluminenses foi uma disputa entre o retorno daqueles que haviam governado entre 1937-1945 e aqueles que tiveram a oportunidade de governar o país e o estado no primeiro mandato após a democratização.

Dessa forma, o objetivo maior daquela publicação, oficialmente uma prestação de contas do período da interventoria, era divulgar as benesses trazidas por Amaral Peixoto ao estado e construir a imagem de um político que primava pelo bom senso nas suas decisões, independente de correntes políticas, e de um democrata convicto, pronto para governar sob este regime e respeitar todos os seus preceitos.

Além disso, outro importante mecanismo da campanha amaralista era a penetração nos municípios fluminenses através de folhetos produzidos pelas lideranças municipais. No arquivo de Ernani do Amaral Peixoto encontramos diversos folhetos, como este dirigido aos eleitores de Itaboraí por Leal Junior, político local que frequentava a Assembléia Legislativa desde o período da Constituinte, no governo Protógenes Guimarães:

⁶ Heitor Gurgel. **Idem**. p.151.

Ao povo de Itaboraí
Itaboraíenses!

Há três anos, o Partido Social Democrático, tangido pelo seu espírito de renúncia, que só vê diante de si os altos interesses do povo fluminense, teve a ingenuidade de acreditar que a paz de nossa terra estava a lhe impor o sacrifício de abrir mão do seu candidato ao Governo do Estado e adotar a candidatura de um homem que viria governá-lo acima dos partidos tendo a missão precípua de harmonizar os fluminenses em benefício de sua administração e do seu progresso.

Foi assim que o PSD elegeu o Sr. Edmundo de Macedo Soares, governador do Estado.

Conquistado, porém, o Governo, pelo erro político que, então, cometemos, o Sr. Macedo Soares passou a por em prática o plano que trouxera no seu íntimo, de entregar nossa pobre terra ao udenismo, atirando-nos escravizados à sua pata de ferro de vingança e ódio.

Mas, para consegui-lo, teria sido necessário que o governador cindisse o nosso glorioso PSD! Não o conseguiu, porque no PSD não há Judas. Nenhum pessedista o acompanhou e Vossa Excelência teve de ficar na triste situação de ser apontado pelos fluminenses como tendo faltado a confiança que milhares de cidadãos depositaram na sua formação moral e nas suas tão proclamadas virtudes...

O PSD continua unido e forte! Formando barreira intransponível a quaisquer arremetidas; continuando a dar a sua inteira solidariedade política ao Exmo. Sr. Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, de quem recebe as mais expressivas demonstrações de apoio; e marchando, com desassombro, para a luta que há de sagrar Governador do Estado do Rio o Sr. Comandante Ernani do Amaral Peixoto, o verdadeiro restaurador da grandeza fluminense!

Itaboraiense! Meus companheiros, meus amigos, meus conterrâneos! Já vos conduzi três vezes seguidas às mais convincentes vitórias, esmagando adversários que tinham a protegê-los a própria justiça da Comarca. Não será um delegado de polícia que me atemorizará! Estou absolutamente certo de que, pela quarta vez, o PSD, partido de massas, que tem a formá-lo, na sua grande maioria, o trabalhador modesto, o homem do campo, o pequeno proprietário, o pequeno comerciante, o colono, o quitandeiro, - VENCERÁ, para garantia de vossa liberdade. Respeito aos vossos direitos e progresso sempre crescente do nosso querido município de Itaboraí!

Viva o PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO! Viva o povo livre e destemido da minha gloriosa terra!⁷

Esse folheto, datado de 26 de janeiro de 1950, explora o que o grupo pessedista classificou como a traição de Edmundo Macedo Soares e a unidade do PSD em torno do nome do Comandante Amaral Peixoto, referindo-se ao ato de

⁷ Arquivo EAP psd-r 49.05.02, Dossiê Eleições de 1950.

toda a bancada do PSD na Assembléia Estadual ter proposto e assinado termos de renúncia em apoio ao Comandante e em protesto à política desenvolvida pelo então governador. Aproveitando ainda este filão, Leal Júnior demonstra que a vontade dos pessedistas e amaralistas era a de fazer um governo acima das disputas políticas, pois pacificando esta disputa o maior beneficiado seria o estado do Rio de Janeiro. Outra temática abordada por Leal Júnior foi a da lealdade, expressa neste documento através da continuidade do apoio ao General Eurico Gaspar Dutra, mesmo este tendo contribuído e oferecido sustentação ao governo macedista, com o objetivo de enfraquecer o amaralismo no estado do Rio de Janeiro.

Uma outra estratégia que encontramos neste material de campanha foi a de utilizar o prestígio do político local. Por diversas vezes, Leal Júnior conclama seus “companheiros, amigos e conterrâneos” a seguir suas “instruções” e depositarem mais do que seu voto, mas sua confiança, no candidato pessedista, seu correligionário, já que o povo de Itaboraí já havia sido conduzido por ele “três vezes seguidas as mais convincentes vitórias”.

Outro exemplo da atuação dos líderes municipais na campanha amaralista de 1950 pode ser observado no material divulgado em Miracema, por Altivo Mendes Linhares, mais um deputado que estava presente na Assembléia desde a Constituinte Estadual:

Aos meus amigos e correligionários

O Estado do Rio entrou numa fase de falta de garantias. Entrou mesmo numa fase em que o direito passou a ser substituído pela força.

Deve-se isto ao atual Governador que pretende restabelecer os processos políticos de antes de 1930, isto é, antes da revolução.

Miracema não podia, neste caso, deixar de receber o seu quinhão. É assim que foi afastado o delegado de polícia titular (bacharel ou militar) do Município para dar lugar a atuação dos suplentes facciosos e as suas ruas mais movimentadas, que lhe emprestam um aspecto de cidade civilizada, passaram a oferecer um espetáculo grotesco de política de aldeia, ou política de antanho.

Comissários de polícia fazendo lembrar a figura exótica de Don Quixote, uns com apelidos ridículos, outros de bigodões, passeiam em cardume, exibindo os bengalões e gurugumbas com que pretendem impor a autoridade dos mandões eventuais da terra fluminense.

Recomendo aos meus amigos absterem-se de qualquer manifestação a respeito, evitando mesmo de saírem à rua sem necessidade, para não ter atrito com tais elementos que são apenas agentes de provocação.

Provocam para que haja reação e, caso esta se verifique, querem se dizer desautorados. Não convém que percamos a razão, e eles estão se incumbindo de aumentá-la, com esses atos, perante as pessoas sensatas e honestas de nossa terra.

Os poucos meses dos desmandos que ainda temos de assistir, passarão depressa e com eles irão os intrusos que vem agitando insensatamente o Estado.⁸

Neste panfleto eleitoral, de abril de 1950, a tática utilizada por Altivo Mendes Linhares é a de atacar a política feita por Edmundo Macedo Soares com relação às nomeações feitas por ele para cargos estratégicos, como delegados, Juiz e outros, que Amaral classificava como primordial para fazer política nas cidades do interior. Partindo de uma queixa sobre a substituição do Delegado titular do município, Linhares acusa o Governador de levar o estado do Rio a uma situação de “falta de garantias”, na qual o direito seria substituído pela força. Além disso, classifica o governo como período de “desmandos” e seus atores como “intrusos” na política fluminense.

Percebemos que a campanha realizada por Amaral Peixoto teve três eixos principais. Com a publicação do “relatório de governo”, a equipe amaralista constrói um perfil do homem e do político, dando destaque para seu caráter democrático e para suas realizações. A campanha feita nos municípios, sempre com o auxílio das lideranças municipais, seguia dois caminhos: a crítica ao governo que estava se findando, pelo não cumprimento da aliança firmada com os pessedistas e pela perseguição política àqueles que faziam parte do grupo de Amaral Peixoto e apelavam para a confiança da população nos políticos que possuíam raízes e tradição na localidade. Não vemos, por exemplo, em nenhum destes materiais as propostas de governo do candidato. A promessa de Amaral Peixoto, como já vimos anteriormente, era a de manter sua postura político-administrativa do período da interventoria.

Em 3 de outubro, data do pleito eleitoral de 1950, Amaral Peixoto e seu candidato a Vice-Governador, Tarcísio Miranda (PTB), foram eleitos por uma grande margem de votos. A coligação que o apoiou, especialmente PSD e PTB,

⁸ Arquivo EAP psd-r 49.05.02, Dossiê Eleições de 1950.

foi a vitoriosa, elegendo a maioria dos que iriam compor a Assembléia Legislativa Estadual, a maioria da bancada federal destinada ao estado e elegeu Francisco Tinoco para o Senado.

5.2. Amaral Peixoto e a negociação política no governo democrático

Em 31 de janeiro de 1951, Amaral Peixoto tomou posse, juntamente com o Vice-Governador Tarcísio Miranda, para a sua segunda administração à frente do executivo fluminense.

O primeiro problema da administração de Amaral Peixoto começou antes mesmo de assumir o governo do estado. Com a aliança que havia feito, o Comandante teria que satisfazer a todos os partidos que haviam apoiado sua candidatura, mesmo os menores. No arquivo de nossa personagem principal, encontramos vários telegramas dos partidos que sustentaram sua candidatura. O Partido Trabalhista Nacional foi o primeiro a enviar seus cumprimentos ao vencedor das eleições. Entretanto, sem esquecer do apoio que havia concedido ao Comandante, o PTN cobrava neste telegrama o “reconhecimento” por parte do novo Governador por todo o trabalho feito durante a campanha eleitoral. Além do PSD, do PTB e do PTN, formavam a coligação o PR, o PRT e o PST.

A dificuldade encontrada por Amaral Peixoto pode ser exemplificada pela carta que vamos transcrever em seguida:

DEMerval – Parece que o Comandante está com dificuldades políticas para o preenchimento do cargo de diretor do Liceu, a que concorre, por lembrança do José Carlos, o Raul Escobar. Os petebistas, porém, insistem por outro candidato, contribuindo, assim, para a demora da nomeação, com prejuízo do ensino. Os jornais já comentam. Ora, dando-se a vaga de Cláudio Borges, na Presidência da Junta de conciliação do Trabalho, em Campos, vejo possibilidade de solução, com o aproveitamento do Raul, ficando a direção do Liceu para o PTB.

O Raul já serviu como juiz substituto, no mesmo cargo. Se não houver exigência de ordem legal para o preenchimento de tal vaga, acredito que o Comandante, a quem peço que você transmita a sugestão, poderá conseguir a nomeação, que é da alçada do Presidente da República. Não me consta haver outro correligionário que possa embaraçar a execução da lembrança ora apresentada.⁹

⁹ Arquivo EAP gov 51.02.17, Dossiê Política Fluminense.

Esta carta foi escrita pelo político Nelson Pereira Rebel, em 3 de junho de 1951. Neste período, o secretariado já estava formado, mas estavam em andamento as disputas por nomeações em cargos que dependiam de indicação política. Rebel refere-se ao município de Campos, um dos principais redutos eleitorais do amaralismo, que havia sido conquistado com as suas inúmeras viagens ao norte fluminense durante a interventoria. A disputa e a cobrança sobre o “reconhecimento” ao apoio que havia sido dado à campanha do Comandante chegou a fazer com que o novo governador eleito se retirasse do país e voltasse apenas dias antes de sua posse no novo mandato, conforme palavras do próprio Amaral Peixoto:

‘Farei um governo político, mas com plena liberdade. Nomearei políticos, mas quem vai escolher sou eu’. De modo que não entrei em confabulações. Até o Natal ninguém sabia de nada, e no natal embarquei para a Europa, onde fiquei até 15 de janeiro. A Alzira ficou mais alguns dias, e eu voltei. Aí é que comecei a conversar sobre o governo. Queria também saber a situação do Governo Federal e fui ao Rio Grande conversar com o Dr. Getúlio. Eu queria defender alguns cargos para o Estado do Rio. Fui a Europa por dois motivos. Primeiro, queria me afastar um pouco das pressões. Todo mundo queria ir para o meu gabinete. Cada chefe político do interior tinha dez amigos para colocar no meu gabinete [...].¹⁰

Com a declaração do governador eleito, evidencia-se que a pressão era muito grande por parte de seus aliados para conquistarem um lugar de destaque no governo amaralista. Essa é uma diferença importante entre o período da interventoria e o democrático. Na sua primeira experiência no executivo fluminense, Amaral não teve que se preocupar com alianças políticas pré-determinadas, como fez nas eleições de 1950. Em 1937, ainda sem raízes na política estadual, aceitou inicialmente as indicações do seu aliado de primeira hora (José Eduardo de Macedo Soares) e depois do rompimento buscou o apoio dos políticos locais para formar seu grupo político. Dessa forma, tinha uma maior liberdade para escolher os nomes que ocupariam os cargos político-administrativos.

Além disso, durante a interventoria, Amaral tinha a possibilidade de nomear os prefeitos, o que lhe garantia um maior número de vagas pra acomodar

¹⁰ Aspásia Camargo (org.). **Op. Cit.** p. 246.

seus aliados políticos. No período democrático, estes cargos não estavam mais à disposição do chefe do executivo fluminense, já que as eleições estendiam-se também aos cargos municipais. Durante a interventoria, Amaral poderia revezar no poder municipal duas famílias rivais, satisfazendo suas pretensões políticas, o que não teria como fazer no pós-45. Com a filiação partidária sendo obrigatória para concorrer aos pleitos em todas as esferas, e com estas rivalidades locais ainda mais acirradas devido às eleições, Amaral Peixoto teria que escolher entre uma das lideranças para apoiar, o que levava o grupo excluído para o lado adversário. Uma das soluções encontradas pelo novo Governador foi a solicitação de cargos no Governo Federal ao Presidente Getúlio Vargas, como vimos na carta transcrita anteriormente. A proximidade entre eles e o desempenho de Amaral nas eleições e como líder nacional do PSD garantiram ao Rio de Janeiro alguns cargos importantes no cenário nacional, em especial no Departamento de Estradas de Rodagem.

O Comandante havia feito toda a campanha prometendo manter a mesma postura em relação ao período no qual havia sido interventor do Estado. Evidentemente, com a mudança do sistema político, manter a integralidade da postura que teve durante um período autoritário era improvável. O sistema democrático exigiu do Comandante a adoção de novas estratégias na política. Um exemplo das mudanças impostas pelo sistema político que havia sido implementado é a negociação feita com o PTB.

Meu acordo com eles foi feito na seguinte base: o PTB teria uma participação proporcional à contribuição que desse à minha vitória. Isso significava mais ou menos duas secretarias.¹¹

As nomeações para as secretarias foram extremamente políticas, diferente do que ocorreu durante o Estado Novo. Apesar de formar um secretariado político, devido as exigências da campanha política, Amaral Peixoto afirmou que “faria um secretariado político, mas com políticos capazes”.¹² Amaral privilegiou, como de costume, o seu partido na distribuição das secretarias. Entretanto, antes de prestigiar seu partido, Amaral procurou retribuir o apoio dos seus aliados desde o período da interventoria. Políticos como Paulo Fernandes, Roberto da Silveira,

¹¹ Ibid. p. 246.

¹² Ibid. p. 248.

Pacheco Carvalho e Valfredo Martins, que foram prefeitos ou haviam ocupado cargos durante o Estado Novo foram reconduzidos à máquina administrativa.

Amaral Peixoto, quando questionado sobre o fato de sempre retornar ao período em que foi interventor mesmo quando a referência era seu segundo governo, não esconde a preferência pelo período da interventoria, pelo menos no que diz respeito à administração:

Não há dúvida de que foi mais fácil, isso é inegável. A força do governo era muito maior, embora eu não possa me queixar da Assembléia no segundo governo. [...] Mas devo confessar que os anos que passei como Interventor foram os melhores da minha vida política.¹³

A predileção do Comandante pelo período da interventoria demonstra o quanto foi complicada a negociação política durante a sua segunda administração. Entretanto, não foi apenas o Governador que precisou se alinhar ao novo sistema. Seus aliados também deveriam modificar a forma de conduzir as negociações em torno da política estadual e da municipal. O momento pós-45 tornou necessário que as negociações tomassem um rumo estritamente político, deixando de lado as negociações baseadas no caráter pessoal, com os partidos passando a ocupar o centro das disputas políticas.

As disputas políticas não estavam restritas apenas entre os partidos que compuseram a aliança, mas também dentro dos mesmos, sobretudo no PSD. Vários líderes municipais manifestaram através de cartas ao Governador sua insatisfação com os rumos da política municipal e do diretório do PSD, como podemos perceber pela seguinte missiva:

Dada situação caótica da política municipal, com a ausência de um chefe capaz de orientar nosso partido, fato que contribui para não se entenderem sequer os representantes da Câmara Municipal. Permita Vossência a franqueza: elementos pessedistas criam situações embaraçosas para aqueles que como eu tem ventura em poder ufanar-se lealdade de atitudes, venho pesarosamente depor-vos às honradas mãos a confiança política que me depositou o partido incluindo meu nome em sua chapa. Mesmo tendo assegurado Vossência minha elevada estima, reafirmo os propósitos de na câmara, como franco atirador, como minoria, continuar servindo a causa comum que é a defesa dos interesses do povo barra-mansense, infelizmente tão mal aquinhoado em sua representação municipal. Por

¹³ Ibid. p. 259.

Barra Mansa, pelo seu alevantamento moral e político, espero ainda poder vossência incluir-me entre seus legionários [...].¹⁴

Esta carta foi enviada por um vereador de Barra Mansa, Edgard Ferreira Bastos. Pelo conteúdo da missiva, podemos perceber que existem dois pontos importantes: o primeiro diz respeito ao próprio PSD, que por falta de um líder naquele município não possuía uma linha/estratégia de ação, impossibilitando os membros do diretório de combater o grupo que por ora controlava a política municipal e, de acordo com o remetente, não prestava bons serviços ao povo de Barra Mansa, sendo esta a segunda problemática identificada neste telegrama. Durante a interventoria, com o revezamento realizado no cargo de Prefeito, era mais fácil apaziguar as disputas políticas locais e os chefes do executivo municipal possuíam uma maior dependência em relação à administração estadual. Não dependendo mais da indicação e da aprovação do Governador, uma vez que eleitos através do sufrágio, passavam a agir de acordo com a orientação de seus partidos.

Outra diferença importante é em relação aos pedidos feitos pelos que apoiaram a candidatura do Comandante, como podemos ver através da seguinte missiva:

Vassouras, muito embora irrestritamente solidária a Vossência, lamenta pesarosa seu esquecimento em postos do governo dados a outros municípios, que não tiveram sua eficiência na vitória do último pleito. Confia, entretanto, em que o querido chefe não consentirá em seu desprestígio.¹⁵

A carta enviada por um líder político de Vassouras, Dias Rosa Romeiro Neto - um dos organizadores do diretório municipal do PSD em Vassouras -, demonstra a insatisfação dos políticos que apoiaram o PSD nas eleições e não viram seu “esforço” ser reconhecido pelo chefe político estadual e Presidente do partido. Podemos notar que existem diferenças nas cobranças dos políticos se as compararmos com àquelas feitas durante o Estado Novo. No período da Interventoria, os pedidos eram feitos – principalmente – em âmbito municipal e

¹⁴ Carta de Edgard Ferreira Bastos a Ernani do Amaral Peixoto, em 12/10/1951.

¹⁵ Carta de Dias Rosa Romeiro Neto a Amaral Peixoto. Arquivo EAP psd-r 45.10.19. Não consta a data de envio da carta.

em nome de um aliado específico, que mereceria ser reconhecido pela dedicação com que trabalhava em prol de seu líder. Agora, mais uma vez devido à democratização e às coligações feitas com outros partidos para chegar ao governo do estado, os partidários de Amaral Peixoto alteraram a sistemática dos pedidos. Ao invés de negociarem cargos na administração municipal - o que deveria ser feito agora diretamente com os prefeitos -, os políticos que buscavam novos cargos para si ou para seus aliados, remetiam-se ao Governador em busca de colocações na administração estadual e os pedidos eram feitos em nome dos partidos políticos ou do município de origem.

A solução para questões sobre definição de cargos de seus aliados era um ponto delicado na nova administração amaralista. Como a quantidade de aliados era cada vez maior e o número de cargos que poderiam ser preenchidos por eles não crescia na mesma proporção, os pedidos passaram a indicar o potencial de cada remetente, como forma de sensibilizar o governador em atendê-los. Podemos ver um exemplo desta tática utilizada na carta enviada por Faria Souto ao Comandante:

Comte. Amaral Peixoto

Estou aguardando, como me prometeu, definição da minha situação. Creio que não haverá melhor solução do que a continuidade do apoio franco e decisivo de Itaocara. Como o justo governo do Estado, pois eu serei o representante do município junto à comissão do PSD em Niterói e amigos meus e do meu querido pai seguem minhas palavras. Abraços afetuosos.¹⁶

Podemos perceber por esta carta que a negociação política tomava outros rumos durante o período democrático. No Estado Novo, as negociações eram feitas para a conquista de aliados e buscava as principais lideranças políticas dos municípios. No período pós-45, continuava sendo importante o apoio das lideranças municipais, mas devido aos votos que elas poderiam conseguir para as eleições em todas as esferas. A grande diferença deste período é que não existia mais a busca por tais lideranças, mas a renovação dos acordos com estes líderes.

¹⁶ Carta de Faria Souto a Amaral Peixoto. Arquivo EAP psd-r 45.10.19. Não consta a data de envio da carta.

5.3. Mudam os atores, permanecem as práticas.

A volta de Amaral Peixoto ao governo do estado pode ser vista como um elemento de consolidação do PSD no Rio de Janeiro. Entretanto, as eleições de 1950 marcaram o crescimento do PTB em todo o Brasil. Na política fluminense, o PTB teve um crescimento importante e um dos elementos que mais contribuiu para o fortalecimento do PTB-RJ foram as disputas internas no PSD.

Amaral Peixoto possuía uma rede de aliados desde o Estado Novo, forte e capaz de sustentá-lo na política fluminense. Entretanto, este grupo havia sofrido alguns abalos durante o governo Edmundo de Macedo Soares, que tentou desestabilizar o grupo amaralista através da substituição de homens da confiança dos amaralistas ou tentando trazer para seu grupo antigos aliados do Comandante, aproveitando-se das vantagens que o cargo de Governador lhe concedia. Com esta disputa entre o líder político e o Governador, muitos pessedistas preferiram não optar por um lado com medo da repercussão que esta escolha pudesse trazer para seu futuro político. Apesar da grande maioria dos políticos acreditar na vitória de Amaral Peixoto neste embate, existia o medo de haver uma perseguição política durante os quatro anos de mandato da corrente macedista. Com isso, muitos pessedistas resolveram ingressar no PTB, além daqueles que já haviam sido indicados pelos líderes pessedistas a filiar-se ao Partido Trabalhista, quando de sua fundação, para criar uma aproximação entre os dois partidos, diminuindo a diferença eleitoral na área urbana com relação a UDN. Este movimento foi muito bem demarcado por Silvia Pantoja, quando afirma que:

[...] o crescimento das hostes petebistas teve uma peculiaridade. Além do impulso decorrente do incremento da população urbana, o PTB-RJ beneficiou-se da cisão entre amaralistas e macedistas no interior do PSD. Em decorrência, muitos pessedistas, evitando tomar posição clara por Amaral Peixoto ou Macedo Soares, optaram por ingressar no PTB, como estratégia de busca por uma posição de neutralidade. Essa mudança de partido foi realizada até mesmo por antigos e importantes líderes que compunham a classe política fluminense. Entre os mais destacados estavam: Salo Brand e Tarcísio de Miranda (Campista) e Luís de Almeida Pinto (de Marquês de Valença).¹⁷

¹⁷ Silvia Regina Pantoja Serra de Castro. **Op. Cit.** P. 273.

Além dos políticos já citados no trecho, outros antigos correligionários de Amaral Peixoto já haviam deixado o PSD, como Roberto da Silveira. Antes de deixar o PSD, o político enviou uma carta ao Comandante Amaral Peixoto, informando sua decisão de deixar o partido, mas reiterando seu irrestrito apoio ao Comandante:

Embora afastado do PSD, continuarei a defender o governo de V. Excia, como sempre procedi, certo de que não estarei fazendo mais do que cumprir com um dever de coerência e de gratidão como fluminense.¹⁸

Roberto Silveira tornou-se conhecido na política fluminense através da liderança que exerceu no movimento estudantil fluminense, sobretudo em Niterói. Sua liderança nestes movimentos o levou a ocupar altos cargos no PSD de Bom Jesus de Itabapoana. Sua entrada no PTB foi de grande valia para seu crescimento político, uma vez que no PSD teria que disputar espaço com políticos que possuíam uma carreira maior e estavam mais enraizados nas máquinas administrativas, pois – como já afirmamos anteriormente – a preferência de ingressar nos quadros pessedistas foi dada aos prefeitos ou às lideranças municipais que tinham suas posições consolidadas anteriormente. Apesar da postura dos nomes mais importantes que deixaram o PSD para ingressarem no PTB ter sido a mesma de Roberto Silveira, mantendo o apoio ao líder pessedista e do próprio PTB não ter causado nenhum problema ao governo do Comandante, a adesão de políticos de prestígio no estado fez dos trabalhistas uma força emergente na política fluminense, o que poderia enfraquecer o grupo amaralista, uma vez que aquele era o partido do presidente Getúlio Vargas e conquistou uma grande força eleitoral neste período. Esta é mais uma diferença importante entre os dois governos de Amaral Peixoto. Durante a interventoria, o chefe do executivo tinha apenas uma corrente para se preocupar, que era a dos macedistas. A partir de 1945, especialmente na década de 1950, o PTB emergiu com grande força, mesmo sendo considerado a corrente urbana do PSD, acabou diminuindo o espaço eleitoral dos pessedistas. Por conta deste crescimento dos petebistas, era tão importante não perder o apoio dos trabalhistas, que era a ferramenta principal para

¹⁸ Carta de Roberto da Silveira a Amaral Peixoto. Arquivo EAP psd-r 46.11.10.

garantir não apenas a supremacia do PSD frente a UDN, mas a vitória do amaralismo sobre o macedismo no estado do Rio de Janeiro.

Para garantir o apoio de seus aliados de primeira hora e dos novos aliados, Amaral Peixoto foi obrigado a promover o que Pantoja considerou como uma “renovação das elites”, empossando um novo diretório pessedista em março de 1951. Esta atitude tinha como principais finalidades o fortalecimento o PSD em todo o estado do Rio de Janeiro e acabar - ou, ao menos, diminuir - com as disputas internas, para o que seria necessário retirar alguns de seus aliados oriundos do Estado Novo e privilegiar outros que haviam se juntado às hostes amaralistas com a expansão deste grupo. Entretanto, nem todos os membros do grupo aceitaram a decisão tomada pelo líder do partido, como nos mostra a seguinte missiva:

Parati, 26/05/51

Exmo. Sr. Governador Comandante Ernani do Amaral Peixoto,
Meus respeitos.

Não ignora V. excia, que minha volta às atividades políticas das quais estava afastado há 14 anos, o fiz devido aos insistentes pedidos seus. Estava vivendo em paz com minha família.

Depois dos convites, promessas que não as aceitei, veio a fase das perseguições e com elas os sofrimentos morais e materiais. V. Excia agora não precisa de mim, é governador e os amigos estão sobrando, estão subindo as escadas do palácio aos borbotões.

Diz-me a consciência que fui leal, dedicado e sincero; rejeitei a comodidade dos conchavos para sofrer, preferindo mais ficar com quem julgava ser meu amigo. Volto, senhor Governador, para minha casa a viver com os meus, que me são leais e sinceros. Já comuniquei ao diretório e agora o faço a V. Ex, que me desliguei do Partido Social Democrático, desejando muitas felicidades com os seus novos amigos.

Vindos de Angra dos Reis, aqui chegaram uns boatos e depois mais positivos, porque foram trazidos pelo Sr. Dr. Câmara Torres; é o seguinte: os Drs. Moacyr de Paula Lobo e Câmara Torres virão aqui em breves dias, autorizados pelo Presidente do PSD, que é V. Excia, para organizarem um novo diretório, em virtude de não mais merecer confiança o atual. O diretório e os vereadores estão aguardando a chegada destes senhores, para tomarem atitude que o caso requer.

Pedindo desculpas e desejando muitas felicidades para V. Excia, assinome.¹⁹

Esta missiva foi escrita por João Apolônio dos Santos Pádua, cerca de dois meses depois da organização da nova diretoria do PSD. Podemos perceber pelo relato do missivista que o chefe do partido, que era também o governador do estado, havia permitido a organização de um novo diretório pessedista em Parati. Pádua reitera seguidas vezes que o Comandante havia conquistado novos amigos e que, mesmo tendo o apoiado no momento em que solicitou, inclusive durante o governo Macedo Soares (representado pela “fase das perseguições”), a partir daquele momento estava retirando-se da política por não ser mais necessário seu apoio. Este não foi um caso isolado na política fluminense. Diversos diretórios municipais do PSD foram remontados no início da década de 1950. Certamente, novos membros foram conquistados, mas Amaral Peixoto também sofreu perdas neste movimento, devido ao descontentamento dos políticos locais com a nova configuração do PSD-RJ. Outro exemplo das conseqüências desta reorganização partidária pode ser notada no diretório de Barra Mansa:

Governador Amaral Peixoto

Levo ao conhecimento prezado chefe que esteve aqui em Barra Mansa nosso companheiro Dario Aragão, afim de impor renúncia de todo diretório do nosso partido, eleito até 1956 (grifos do autor). Maioria da diretoria da cidade não concorda com esta atitude de desconsideração do nosso amigo. Mário Reis, Presidente do Diretório, o qual ontem como hoje, nunca negou sua colaboração leal e sincera a direção do partido sob sua chefia. Com essa desleal atitude, visa nosso companheiro Dario Aragão colocar a direção do partido no município o snr. Sávio Gama, com o que não estou de acordo, por não haver motivo para tal desconsideração aos atuais dirigentes do partido, que considero merecedores de sua estima e confiança. No exercício da Presidência, em virtude da enfermidade do nosso Presidente, convoquei o diretório para reunião no próximo dia 12. Reunião essa cujos resultados poderão ser sobremodo graves e prejudiciais aos interesses partidários. Dessa forma, como um de seus devotados amigos daqui de Barra Mansa, achei de meu dever levar ao conhecimento a atual situação. Com objetivo de preservar a unidade de nossos companheiros, venho apelar eminente amigo e chefe de nosso partido no sentido de convencer esses nossos dois companheiros de desistir de tal atitude, cuja conseqüência será lançar desconfiança e desarmonia dentro do próprio diretório, que precisa, como sempre, manter-se coeso ao seu

¹⁹ Carta de João Apolônio dos Santos Pádua a Amaral Peixoto, em 26/05/1951. Arquivo EAP psd-r 46.11.30.

lado. Terminando, espero seu pronunciamento antes da reunião do dia 12.²⁰

Esta carta foi enviada por Orlando Gonçalves Brandão, membro do diretório municipal de Barra Mansa, para alertar ao Diretório Estadual que Dário Aragão, ex-integrante do grupo amaralista e político tradicional no município do Sul fluminense, estaria disposto a propor a renúncia coletiva do Diretório barra-mansense em protesto à atitude de nomeação de um novo presidente para o mesmo. A renovação das elites políticas, que tinha como uma de suas finalidades conter a disputa interna nos diretórios do PSD não surtiu o resultado esperado, já que as indicações de novos líderes nem sempre foram aceitas de forma pacífica pelos representados nos municípios. Desta forma, ao invés de apaziguar, este movimento fez com que vários diretórios entrassem em colapso, gerando cisões e rompimentos no PSD-RJ.

Apesar da diferença na condução das negociações e na forma pela qual os pedidos eram feitos, o clientelismo permanecia presente na política fluminense. Entretanto, conforme já discutimos em capítulo anterior, este é um fenômeno muito presente na política brasileira e não o encaramos como algo perverso. Com relação ao clientelismo, mudaram-se as dádivas, mas não a prática. Se anteriormente negociavam-se diretamente os cargos (inclusive o de Prefeito), agora a negociação tratava de recursos ou de cargos na composição do secretariado estadual. Como o próprio Amaral Peixoto prometera durante a campanha visando as eleições para o governo, ele continuou a ser o mesmo político do período autoritário, alterando-se apenas a dinâmica das negociações.

²⁰ Carta de Orlando Gonçalves Brandão a Amaral Peixoto, em 1952. Arquivo EAP psd-r 46.11.30

6

Considerações finais

6.1. O AMARALISMO NO RIO DE JANEIRO

Amaral Peixoto, como vimos no decorrer deste trabalho, formou e consolidou um grande grupo político, que comandou o estado por duas décadas e continuou a ter influência mesmo após o embate com Chagas Freitas e a fusão. Podemos afirmar que a formação do amaralismo no Rio de Janeiro teve como suporte as municipalidades. Foi na esfera municipal que Amaral Peixoto conseguiu arregimentar um grande contingente de políticos que propiciaram a base de seu domínio. A formação e consolidação do amaralismo, cujo domínio na política fluminense estendeu-se até a fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, basearam-se, portanto, em uma política realizada com forte inserção nos municípios, sobre os quais o Interventor mantinha o controle através de concessões políticas e econômicas.

Podemos afirmar, ainda, que o projeto político da interventoria Amaral Peixoto de sedimentar um bloco político foi bem sucedido, uma vez que ele se manteve estável por todo o período do Estado Novo no cargo e, posteriormente, com a democratização do país, comandou a formação do PSD no Rio de Janeiro, partido que conseguiu se manter no poder por quase duas décadas.

Mais do que um grupo, Amaral Peixoto construiu um estilo de fazer política, compartilhado por lideranças municipais e estaduais. Podemos afirmar, a partir daí, a criação de uma cultura política amaralista.

Para que possamos fazer esta discussão, devemos explicitar o que entendemos por uma cultura política. A noção de cultura política é também importante para a presente proposta. De acordo com Serge Bernstein,

a cultura política é um sistema de representações fundado sobre uma determinada visão de mundo, sobre uma leitura significativa, senão exata, do passado histórico, sobre as escolhas de um sistema institucional e de uma sociedade ideal, conforme os modelos retidos, e que se expressa

através de um discurso, código de símbolos, de ritos que a evocam sem que uma outra mediação seja necessária.¹

Segundo Angela de Castro Gomes, a cultura política permite pensarmos explicações e interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, sendo necessário compreender os códigos culturais e as orientações de seus atores conforme seu espaço e tempo de atuação. É importante ressaltar que o conceito de política foi ampliado e sua ação ultrapassava o campo político. Assim sendo, compreende-se que as relações de poder são próprias às relações sociais e capazes de propiciar o entendimento dos sentidos que os grupos atribuem à realidade social de seu tempo.²

A cultura política fornece instrumentos capazes de realizar uma análise a respeito da identidade dos grupos na sociedade. Ou seja, utilizamos esta noção como método de análise do grupo amaralista para articular um modelo interpretativo de sua rede de sociabilidade e como essa relação era construída. Desta forma, a noção de cultura política passa a ser importante para a explicação do comportamento político dos indivíduos, com destaque para a forma como os valores culturais são componentes internos da tomada de decisão.

O processo de socialização possui grande influência no comportamento político, pois o grau de homogeneidade de um grupo está diretamente relacionado ao controle dos governos sobre os indivíduos e a sociedade. Neste aspecto, é importante desenvolvermos uma reflexão sobre o amaralismo no estado do Rio de Janeiro, pensando se podemos classificá-lo como cultura política fluminense, uma vez que o quadro era de indefinição política até o ano de 1937, quando Amaral Peixoto assumiu o cargo de Interventor e deu início ao domínio de seu grupo na política fluminense.

Já identificamos nos capítulos anteriores que Amaral Peixoto constituiu uma forte máquina política, seja no período do Estado Novo ou no período democrático. Durante sua passagem pela interventoria estadual, construiu toda a

¹ Serge Bernstein. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa 1998.

² Angela de Castro Gomes. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: **Culturas políticas: ensaios de história cultural, cultura política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

sua base de sustentação política, seja em seu meio ou em relação aos habitantes do antigo estado do Rio de Janeiro.

Pensando em cultura política como um conjunto de práticas comuns a um determinado grupo, com características próprias que se mantêm inalteradas e são reconhecidas pelos grupos envolvidos, podemos classificar o amaralismo como uma cultura política. Durante os quase 20 anos entre a interventoria e o fim de seu mandato como governador, estendendo-se até o período da fusão com a Guanabara, Amaral Peixoto exerceu um incontestável domínio na política fluminense. Mesmo afastado do executivo estadual, seu grupo continuou a ser reconhecido e exercia grande influência nas decisões políticas.

Em 1937, ano em que foi indicado para a interventoria, Amaral Peixoto era um estrangeiro na política local. Para diminuir as resistências em torno de seu governo, o interventor articulou o apoio do grupo macedista e começou a impor um estilo diferente de governo, viajando por todo o estado para estreitar suas relações com os políticos locais e conquistar o apoio das lideranças municipais. O rompimento com o grupo liderado por José Eduardo de Macedo Soares ocorreu após a constatação do interventor e de políticos ligados a ele que a confiança de vários chefes políticos locais estava conquistada e Amaral Peixoto seria capaz de formar e liderar seu próprio grupo.

Durante todo o período do Estado Novo, Amaral Peixoto exerceu sua liderança de forma personalista, sempre mantendo contato direto com prefeitos e líderes municipais através das viagens e reuniões que realizava com estes. Neste período, seria fundamental manter sob controle as municipalidades através das negociações com seus mais destacados políticos, já que não havia eleição para os cargos executivos durante o regime autoritário liderado por Getúlio Vargas.

Com o fim do Estado Novo e o início do período democrático, o grupo amaralista sofreu seu primeiro golpe. Após a eleição de Edmundo Macedo Soares, candidato da UDN apoiado por Amaral Peixoto, o Governador rompeu o compromisso que havia assumido com o Comandante. Durante este período, Edmundo tentou atrair através de concessões e ameaças integrantes do grupo político dominante visando enfraquecer o amaralismo e tornar-se o chefe político do estado. Entretanto, suas ações não surtiram o efeito desejado e nas eleições seguintes Amaral Peixoto retomaria o posto de chefe do executivo fluminense com uma grande votação. Este período em que esteve afastado do executivo

fluminense é importante para comprovarmos que, apesar das relações de clientela desenvolvidas por Amaral Peixoto enquanto interventor, existia uma noção de pertencimento por parte dos políticos fluminenses em relação ao amaralismo.

Ao retornar ao poder em 1951, agora por intermédio dos votos dos fluminenses, Amaral Peixoto manteve o seu estilo de fazer política. A mudança do sistema político não impediu que as práticas desenvolvidas por ele no Estado Novo continuassem a ser postas em prática. Evidentemente, com a formação dos partidos e de alianças para a eleição estadual, a instância de negociação e as obrigações seriam outras.

Amaral Peixoto exerceu o papel de mediador entre os líderes municipais e as instâncias estadual e federal de poder e também entre os eleitores e seus representantes. Ao exercer este papel, sua obrigação era garantir os acessos que demandam os envolvidos nestas relações e também usufruir as benesses que estes acessos podem lhe garantir. Estas relações, consideradas clientelistas, não devem ser analisadas apenas sob a ótica da troca de benefícios. Ao realizar estes procedimentos para garantir a formação de um grupo político capaz de dominar o cenário político estadual e garantir a vitória nos pleitos que viriam a seguir, Amaral Peixoto e seus correligionários assumem uma obrigação com relações mais amplas que instituem obrigações morais entre os envolvidos. Devemos lembrar que o grupo amaralista permaneceu por um longo período como dominante no Rio de Janeiro, sendo afastado do poder apenas quando se deparou com um grupo tão forte e articulado como o que havia formado quase quatro décadas antes.

Outro ponto determinante para afirmarmos que o amaralismo configurou-se como uma cultura política fluminense são as questões do vínculo, a noção de pertencimento ao grupo. Percebemos que os políticos do grupo amaralista possuíam esta noção de pertencimento e freqüentemente apelavam ao seu líder político auxílio em determinadas situações e lembravam ao Comandante que estavam com ele desde sua entrada no cenário político estadual, sempre apoiando suas ações.

Se com relação aos políticos a questão da noção de pertencimento é importante para classificarmos o amaralismo como uma cultura política, no que

diz respeito aos eleitores a questão primordial é o voto. De acordo com Kuschnir³, a troca é uma dimensão fundamental do voto, sendo esta troca uma escolha racional do eleitor para potencializar seus dividendos, o que acaba por incluir estes indivíduos em redes sociais e simbólicas também no âmbito político.

Devemos considerar também ao analisarmos o amaralismo como uma cultura política o compartilhamento de valores e crenças entre os membros do grupo e, no período democrático, com os eleitores. Ainda de acordo com Kuschnir, é necessária a manutenção dos vínculos culturais com seus eleitores. Esta manutenção não está representada apenas pelas “trocas” que são realizadas, mas também pela via da continuidade, de “não mudar” suas práticas. Neste aspecto, percebemos que essa foi a estratégia elaborada por Amaral Peixoto em sua campanha para a sucessão de Edmundo Macedo Soares no governo do estado. Ao lançar sua candidatura, essa foi a sua “promessa de campanha”, manter o mesmo estilo de fazer política que havia implementado durante o Estado Novo, apesar das diferenças entre os dois momentos. Além disso, apesar das constantes perseguições a membros de seu grupo durante o período em que esteve afastado do executivo estadual, Amaral Peixoto relatou em suas memórias que frequentemente defendia os interesses de seus correligionários perante o governador, mesmo sabendo que teria dificuldades em conquistar os resultados esperados por eles com sua intervenção. Com estas medidas, Amaral Peixoto construía vínculos mais fortes, que ultrapassavam os limites do clientelismo e tornavam-se vínculos culturais.

Consideramos, então, o Amaralismo como a cultura política dominante no estado do Rio de Janeiro ainda que suas práticas políticas não sejam “originais” ou diferenciem este dos demais grupos políticos. Para afirmarmos isto levamos em consideração o fato dos políticos possuírem a noção de pertencimento àquele grupo e a capacidade deste grupo de reforçar seus laços eleitorais, já que em uma sociedade complexa existem diversas visões de mundo, e entre estas visões (na esfera política) sobressaiu-se o amaralismo.

³ Karina Kuschnir. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; UFRJ, Núcleo da Antropologia da Política, 1999.

7

Referências bibliográficas

BERNSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa 1998.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

BORBA, Julian. “Cultura política, ideologia e compromisso eleitoral: alguns apontamentos sobre o caso brasileiro”. **Opinião Pública**, Campinas, Vol. XI, n. 1, 2005.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. “Rui Barbosa e a razão clientelista”. **Dados**, vol 43, n. 1. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

_____. **Pontos e bordados: escritos sobre história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. **Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto**. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 1995.

DINIZ, Eli. **Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A nova ‘velha história’: o retorno da história política”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, nº. 10, 1992.

_____. **A República na Velha Província**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.

_____. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: UFRJ: Tempo Brasileiro 1994.

GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado. “Os documentos pessoais no espaço público”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, nº. 21. 1998.

GOMES, Angela de Castro (org.). **A Invenção do Trabalhismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. “O Ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual”. In: **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

_____. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. **Culturas políticas: ensaios de história cultural, cultura política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____. **Escrita de Si, Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. “Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, nº 21, 1998.

_____. “Política: história, ciência, cultura etc.”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1996.

_____, PANDOLFI, Dulce Chaves, ALBERTI, Verena (Coord.). **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

GONTIJO, Rebeca. “História, cultura, política e sociabilidade intelectual”. In: SOIHET, Rachel et alli (orgs.). **Culturas políticas: ensaios de história cultural, cultura política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. “Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, nº. 19, 1997.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KUSCHNIR, Karina e CARNEIRO, Leandro Piquet. “As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, nº. 24, 1999.

_____. **Eleições e representação no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

_____. **O Cotidiano da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975. 2ª Ed.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. “Repensando cultura e política no início da República: existe uma cultura política carioca”. In: **Culturas políticas: ensaios de história cultural, cultura política e ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

MOREIRA, Regina da Luz. **Tempos de Amaral**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

_____ e SOUSA, Luiz Otávio de. “Ermani do Amaral Peixoto”. In: Alzira Alves de Abreu et alli (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós 1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

NUNES, Edson. **A Gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia M. Lippi. **O Partido Social Democrático**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, 1973.

PINHEIRO, Eurico. **Três anos de realizações do governo Amaral Peixoto**. Niterói: Dias Vasconcellos, 1940.

PINTO, Surama Conde Sá. **A Correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, n.º. 21, 1998.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). **Chagas Freitas**. Rio de Janeiro: Editora FGV: Alerj, 1999.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 3ª Ed.

8

Fontes

8.1. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)

8.1.1. Arquivo Ernani do Amaral Peixoto

Séries: EAP_{ERI}, EAP_{PSD-N}, EAP_{PSD-R}, EAP_{GOV}, EAP_{AN}, EAP_{INT}

8.1.2. Arquivo do Partido Social Democrático do Rio de Janeiro (PSD-RJ)

8.1.3. Arquivo Agamenom Magalhães

8.1.4. Arquivo Edmundo de Macedo Soares

8.2. Fontes impressas

8.2.1. CAMARGO, Aspásia. Artes da política: diálogos com Ernani do Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

8.2.2. **Crônica política do Rio de Janeiro**. Coordenadora: Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

8.2.3. **Estado do Rio de Janeiro no Governo Ernani do Amaral Peixoto (1951 a 1954)**. Álbum com as realizações do governador Ernani do Amaral Peixoto.

8.2.4. GURGEL, Heitor. **O governo Amaral Peixoto (1937-1945)**. Rio de Janeiro: 1950.

8.2.5. PEIXOTO, Ernani do Amaral. **O Novo Governo Fluminense**. Discurso proferido em 1951.

8.2.6. **Paulo Duque**. Coordenador: Carlos Eduardo Sarmiento Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. (Conversando sobre política v. 2).

8.2.7. **Hamilton Xavier e Saramago Pinheiro**. Coordenadora: Marieta de Moraes Ferreira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. (Conversando sobre política v.5).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)